

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

MARINA GUGLIOTTI PESTANA

**COLECIONANDO LIVROS, FORMANDO MESTRES: A BIBLIOTECA
PEDAGÓGICA DA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO (1883)**

Mestrado em Educação, História, Política, Sociedade

São Paulo

2011

MARINA GUGLIOTTI PESTANA

**COLECIONANDO LIVROS, FORMANDO MESTRES: A BIBLIOTECA
PEDAGÓGICA DA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO (1883)**

Mestrado apresentado à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Educação, História, Política, Sociedade, sob orientação da Prof^a Dr^a Circe Maria Fernandes Bittencourt

ERRATA			
Folha	Linha	Onde se lê	Leia-se
Índice de ilustrações	16	1881	1880
Índice de ilustrações	18	Bouant e Saffray	Saffray
Índice de ilustrações	26	argentiona	...Argentina
Índice de ilustrações	33	...da	...das
Índice de ilustrações	39	...menians	...meninas
Epígrafe	1	um	un
14	22	...forma	...foram
14	28	Colocam	Colocaram
15	26	Darnton	Darnton (p.125, 2010)
15	28	Darnton	(Eggert-Steindel, 2005)
17	16	Secretario	Secretário
18	36	...alunos-mestres	...alunos-mestres ((Nery, p.3, 2009)
23	16	Recuo de citação	Não é uma citação
23	21	Farias Filho	Faria Filho
24	Nota de rodapé n.10	Farias Filho	Faria Filho
25	30	Farias Filho	Faria Filho
27	3	Farias Filho	Faria Filho
37	25	(Jornal "A província de São Paulo", 1877)	(Jornal "A Província de São Paulo", 1877 apud Bauab, p.84, 1972)
77	Figura 10	1881	1880
78	3	Possuem	Possuíam
80	Figura 12	...Émile Saffray	...Émile Bouant
96	6	...Brasil Imperial.	...Brasil Imperial. (Santos L., p.2, 2010)
96	9	...Médica no Brasil,	...Médica no Brasil (Santos L., p.2, 2010)
96	31	...o problema.	... o problema (Santos L., p.2, 2010)
97	2	... médico-higienista.	... médico-higienista (Santos L., p.2, 2010)
97	6	...dos indivíduos.	...dos indivíduos. (Santos L., p.3, 2010)
97	13	... urbanos.	... urbanos. (Santos L., p.3, 2010)
104	14	...ensino, bastante enfatizado e foram objeto de grande debate...	... ensino foram objeto de grande debate..
113	21		em: http://www.inep.fr/histoire/she/Buisson . Consultado em 25/09/2010
116	Antes de Ensaio Paulistas		EGGERT-STEINDEL, Gisela. Dos espaços de leitura à constituição de leitura pública - conformação da biblioteca pública de Jaraguá do Sul (SC): discursos e percursos (1937-1983).Tese – (Doutorado em Educação), Universidade de São

			Paulo, 2005.
118	Antes de Oliveira, José Feliciano de		NERY, Ana Clara Bortoleto. Escola Normal de Piracicaba: constituição do saber pedagógico. In II Seminário Brasileiro do livro e da leitura, p.1-18, 2009.
119	4	PRIMITIVO, Moacyr	MOACYR, Primitivo
119	Antes de SAVIANI, Demerval (et all)		SANTOS, Alexsandro do Nascimento. Pátria, Nação e povo brasileiro na produção didática de Manuel Bonfim e Olavo Bilac: Livro de Leitura (1899) e Atravez do Brasil (1910). Dissertação (Mestrado em Educação, História, Política, Sociedade). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.
119	Depois de SANTOS, Alexsandro do Nascimento		SANTOS, Luciano Rodrigues dos. O médico-higienista e a arquitetura escolar no Brasil sob o prisma da educação sexual entre os séculos XIX e XX. Scientiaplena, vol 6, n.6, p.1-12, 2010.

Pestana, Marina Gugliotti

Colecionando livros, formando mestres: a Biblioteca Pedagógica da Escola Normal de São Paulo (1883) / Marina Gugliotti Pestana; Orientadora Circe Bittencourt. – São Paulo, 2011. 137 p.

Dissertação (Mestrado em Educação, História, Política, Sociedade) – Programa Educação, História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

1. Bibliotecas escolares. 2. Escola Normal de São Paulo. 3. Formação de professores 4. História dos livros escolares 5. Métodos de ensino I. Pestana, Marina Gugliotti, II. Bittencourt, Circe, III. Título

Banca Examinadora

À querida amiga Gislaine da Silva (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Circe Maria Fernandes Bittencourt, minha orientadora, tanto pela sugestão do tema, que proporcionou a oportunidade de reunir minhas duas formações, historiadora e bibliotecária, como pela condução segura e precisa do trabalho, dosando com sabedoria autonomia e contenção.

Agradeço aos professores Carlota Boto e Mauro Castilho Gonçalves, pela leitura criteriosa e pelas observações agudas na banca de qualificação, me auxiliando a encontrar os melhores caminhos para a conclusão deste trabalho.

Agradeço aos professores e colegas do Programa Educação História Política, Sociedade, pela convivência enriquecedora e amiga ao longo destes dois anos. Um agradecimento especial à secretária do Programa, Elisabeth Adania (Betinha), sempre ágil quando os prazos estão se esgotando e generosa quando precisamos de uma palavra amiga.

Agradeço aos professores Ivan Russeff e Marize Carvalho Vilela, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, pela inspiração, estímulo e confiança.

Agradeço aos responsáveis pelos arquivos e bibliotecas que consultei durante o trabalho e em especial aos colegas da Biblioteca da Faculdade de Educação da USP – FE/USP, na figura de sua diretora, Miguelina (Lina) Alves Flexa, do responsável pelo atendimento, José Aguinaldo da Silva e da bibliotecária Ivani Lomeu Bastos, responsável pela Biblioteca do Livro Didático, onde se encontra o acervo da Biblioteca Paulo Bourroul. Sem a disponibilidade e acolhida calorosa deles, este trabalho teria sido inviável.

Agradeço aos meus colegas e amigos da Biblioteca Victor Civita, da Fundação Memorial da América Latina, pelo apoio: Aparecida da Graça Guimarães, Rejane Desterro e Margarida Fernandes.

Agradeço a minha família e amigos a compreensão pelas falhas e ausências que um trabalho deste porte nos obriga.

Agradeço à Marta Regina Saia, os conselhos preciosos ao longo do trabalho e a revisão atenta do texto final.

RESUMO

Neste trabalho investigamos a constituição de parte do acervo adquirido pelo professor Paulo Bourroul em viagem à França no ano de 1883 para integrar a biblioteca da Escola Normal de São Paulo, considerada a primeira voltada para a formação de professores na cidade de São Paulo. Os livros trazidos para a 4ª Cadeira – Metodologia e Pedagogia constituem nosso objeto e nossa principal fonte para a realização desta pesquisa. O objetivo deste estudo foi mapear as principais idéias pedagógicas que os livros adquiridos pelo professor Paulo Bourroul colocaram em circulação e assim conhecer os modelos por eles apontados para a formação dos professores da Escola Normal de São Paulo no último quartel do século XIX.

Palavras-chaves: Bibliotecas escolares, Escola Normal de São Paulo, Formação de professores, História dos livros escolares, Métodos pedagógicos.

ABSTRACT

This work investigates the constitution of part of the collection acquired by Teacher Paulo Bourroul in traveling to France in the year of 1883 to integrate the library of the Normal School of São Paulo, considered the first one dedicated teachers' formation in the city of São Paulo. The books brought to the 4th Chair - Methodology and Pedagogy - constitute our object and our main source for the realization of this research. The objective of this study was to survey the main pedagogical ideas that the books purchased by teacher Paulo Bourroul put into circulation and in this way know the models pointed by them for the teachers' training of the Normal School of São Paulo in the last quarter of the nineteenth century.

Keywords: School libraries, Normal School of São Paulo, Teachers' Training, History of Schoolbooks, Pedagogical Methods.

SUMÁRIO

Introdução.....	12
Capítulo 1 As Escolas Normais: a construção da profissão docente.....	21
1.1 As Escolas Normais no Brasil Imperial.....	22
1.2 A Escola Normal de São Paulo.....	29
Capítulo 2 Paris capital do século XIX: a presença francesa.....	46
2.1 São Paulo: <i>une ville française</i>	49
2.2 Um diretor francês para a Escola Normal.....	52
2.3 Uma biblioteca francesa na Escola Normal.....	58
Capítulo 3 O caminho dos livros e a viagem das idéias pedagógicas.....	71
3.1 As Exposições Universais e as Conferências pedagógicas: circulação de saberes.....	75
3.2 O método intuitivo.....	79
3.3 Rastros, vestígios, sinais: Célestin Hippeau e a educação comparada na imprensa e nos projetos políticos.....	83
3.4 Direção moral para os professores.....	88
3.5 Manuais de História da Educação.....	89
3.6 O Dicionário de Buisson e os tratados de pedagogia: a ciência chega à escola.....	91
3.7 Higiene escolar e arquitetura: construindo espaços e educando corpos.....	94
3.8 Apropriações e consumo.....	100
Considerações finais.....	104
Fontes.....	107
Bibliografia.....	112
Anexos.....	122

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Primeira Escola Normal de São Paulo, que funcionou em um edifício anexo à Catedral da Sé, em 1846. (Poliantéia, s.d).....	30
Figura 2. Segunda Escola Normal de São Paulo, que funcionou em uma sala anexa à Faculdade de Direito, no Largo de São Francisco (Poliantéia, s.d).....	34
Figura 3. Rua das Casinhas, onde seria instalada a Escola Normal (Militão de Azevedo, 1862).....	36
Figura 4. Edifício do Fórum, onde funcionou a Escola Normal nos primeiros anos de sua terceira fundação, (1880/1881). (Poliantéia, s.d).....	39
Figura 5. Rua da Boa Morte. No sexto edifício do lado direito (o único sobrado), foi o local onde funcionou a Escola Normal em sua terceira fase, de 1881 a 1894. (Poliantéia, s.d.).....	42
Figura 6. Alunos em frente à Escola Normal, no antigo casarão da Rua da Boa Morte. (Poliantéia, s.d).....	43
Figura 7. Desenho do professor Paulo Bourroul (Poliantéia, s.d).....	55
Figura 8. Biblioteca Paulo Bourroul, na Escola Normal Caetano de Campos (Poliantéia, s.d.).....	57
Figura 9. Biblioteca Paulo Bourroul na FE/USP, hoje (2010).....	58
Figura 10. Conferências Pedagógicas de Paris, 1881.....	77
Figura 11. Conferências pedagógicas dirigidas aos mestres e aos alunos-mestres, Mariotti.....	78
Figura 12. Leçon des choses, de Bouant e Émile Saffray.....	80
Figura 13. Exercícios de trabalho, segundo o método Froebel e Pestalozzi.....	80
Figura 14. O livro de Froebel, que tanta influência exerceu na educação brasileira.....	81
Figura 15. Manual prático para jardins de infância, de Jacobs.....	82
Figura 16. A Escola Froebel, de Octavie Masson.....	82
Figura 17. Lição de coisas, Jules Paroz.....	83
Figura 18. Excursões pedagógicas, Bréal.....	84
Figura 19. A instrução pública na argentiona, Hippeau.....	85
Figura 20. Instrução pública na Alemanha, Hippeau.....	85
Figura 21. Instrução pública na Inglaterra, Hippeau.....	85
Figura 22. Instrução pública na França, Itália e Estados do Norte, Hippeau.....	86
Figura 23. Instrução pública russa, de Célestin Hippeau.....	87
Figura 24. Cartas sobre a profissão de professor, Théry.....	88
Figura 25. Manual de Pedagogia, Charbonneau.....	89
Figura 26. História da doutrinas de educação na França, Compayré.....	90
Figura 27. História da Pegagogia, Paroz.....	91
Figura 28. Locke, traduzido por Compayré e o Dicionário de Buisson, considerado a “Bíblia da Instrução primária”.....	92
Figura 29. Lições de psicologia, Marion.....	93
Figura 30. Arquitetura escolar, Félix Narjoux.....	95
Figura 31. Educação física de menians e meninos: a atuação dos higienistas na educação.....	97

Obs: As figuras de nº9 a nº31 são fotos tiradas do acervo da biblioteca Paulo Bourroul no ano de 2010.

El libro no es un ente incomunicado: es una relación, es un eje de innumerables relaciones. Una literatura difiere de otra, ulterior o anterior, menos por el texto que por la manera de ser leída. Si me fuera otorgado leer cualquier página actual - ésta, por ejemplo - como la leerán el año dos mil, yo sabría cómo será la literatura el año dos mil.

Jorge Luis Borges

Introdução

Esta pesquisa aborda os livros adquiridos para a 4ª Cadeira – Pedagogia e Metodologia, pelo professor e posteriormente diretor da Escola Normal, Dr. Paulo Bourroul, para compor o acervo da primeira biblioteca voltada para a formação de professores em São Paulo¹.

O acervo foi comprado no ano de 1883 quando o Dr. Paulo Bourroul, ainda professor da Escola Normal de São Paulo, empreendeu uma viagem à França para adquirir um laboratório de físico-química e alguns livros. Desde então a coleção integrou a biblioteca da Escola Normal de São Paulo que, com o advento da República, passou a chamar-se Instituto de Educação Caetano de Campos.

Quando, em 1978, a Secretaria Estadual de Educação mudou-se para o prédio da escola na Praça da República, a biblioteca encontrava-se sob a guarda do Arquivo do Estado.

Nesse ínterim, a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, dado o interesse que a biblioteca Paulo Bourroul encerra para estudos e pesquisas realizados pelo seu corpo docente, fez contato com a Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia e negociou a doação do acervo para FEUSP.²

A biblioteca é composta por cerca de 8.000 itens e não recebeu nenhum tratamento técnico ao longo dos anos. O único levantamento encontrado sobre seu acervo foi um fichamento preliminar realizado para concretizar sua transferência.³

Hoje é uma das coleções especiais da Biblioteca da Faculdade de Educação da USP e faz parte do Centro de Memória da Educação - FEUSP que tem entre suas atribuições a coleta e a preservação de documentos da história da educação brasileira.

A reflexão sobre a composição do acervo adquirido para integrar a biblioteca pedagógica da Escola Normal de São Paulo, constituída no ano de 1883 para uso de docentes e alunos, insere esta

¹ Não existe ainda um estudo sistemático sobre este acervo. Um trabalho que aborda o assunto é o de Marta Carvalho, “Uma biblioteca francesa para a Escola Normal de São Paulo (1882): livros de formação profissional e circulação de modelos culturais. In: *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, pp.17-40, 2007.

² A transferência do acervo foi formalizada por ato do então secretário da Cultura, Ciência e Tecnologia, Dr. Max Feffer, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 26/05/1976 (Almeida, 1977).

³ ALMEIDA, Marina dos Santos e MAEDA, Elza Yukie. Método para o fichamento preliminar de grandes doações: uma experiência da FEUSP. In 9º Congresso Brasileiro & V Jornada Sul-Rio-Grandense de Biblioteconomia e Documentação, Porto Alegre, 3 a 8 de julho de 1977.

investigação na problemática da produção, circulação e apropriação de modelos culturais, que considera os livros e demais materiais impressos como objetos culturais em uma dupla perspectiva: a da sua materialidade e da função de dispositivos que asseguram a difusão dos saberes pedagógicos.

Esse tipo de abordagem possibilitou a ampliação dos objetos que fazem parte do campo de trabalho do historiador e tem se pautado, sobretudo, pela investigação “da dimensão cultural de uma sociedade historicamente localizada” (Barros, p.126, 2005), incorporando as práticas cotidianas e propondo uma nova forma de interrogar a realidade. (Amaral e Faria p.183, 2007)

Sendo assim, os processos que envolvem a relação entre a história dos textos, a história dos livros e a história da leitura, nos permite uma fértil reflexão sobre a História como um discurso acerca da realidade e ainda como o historiador exerce seu ofício para compreendê-la. (Amaral e Faria, p.184, 2007)

Vários pesquisadores Chartier (1998, 2000, 2002, 2004, 2009), Darnton (1987, 1997, 1998, 2010), Ginzburg (1989, 2001, 2009) têm elaborado trabalhos e reflexões sobre a história do livro e da leitura, apresentando questões importantes acerca do tema, principalmente no que tange às possibilidades e aos limites de recuperar a história da leitura, possibilidade esta considerada parcial dada às dificuldades de reconstruir todos os seus vestígios.

A questão da formação dos professores por meio desta biblioteca inscreve-se em uma prática cultural e ao mesmo tempo imprime, naqueles que a utilizam, determinadas representações destinadas a moldar certos padrões e a viabilizar um determinado repertório que se mostrará importante para a vida social, já que as práticas e as representações resultam de motivações e necessidades sociais. (Barros, p.134, 2005)

À luz das novas teorias da comunicação, além do autor como produtor cultural, o leitor, ao ter contato com a obra, torna-se ele também um produtor de sentidos. Com habilidades e competências próprias, bagagem cultural e capacidade de dialogar com outras leituras, o leitor pode recriar o texto original. Sendo assim, uma prática cultural reconhecida como a leitura não pode ser pensada apenas no momento de sua produção, mas também no de sua recepção.

A reflexão sobre a produção e a circulação de materiais pedagógicos impressos nas escolas brasileiras tem sido objeto de estudo em vários trabalhos, Bastos (2002, 2005, 2008, 2009), Boto (1998, 2004, 2008), Carvalho (2001; 2006; 2007), Schaffrath (2009), Valdemarin (1998, 2000), Vidal, (2005, 2009) e tem cumprido um importante papel nos estudos sobre a História da Educação no Brasil.

Uma das primeiras questões que surgiram ao conhecer a Biblioteca foi, em um acervo de mais de 8.000 títulos, identificar os que fizeram parte do núcleo original trazido pelo professor Paulo Bourroul.

Encontrar a relação dos livros comprados em meio à correspondência mantida entre ele, quando professor da Escola Normal e o Presidente da Província, nos levou a outra questão. No manuscrito, os títulos estão incompletos e/ou abreviados. Procedemos então a indispensável correção dos nomes por meio de pesquisas no próprio acervo, no fichário elaborado no momento da doação da Biblioteca para a FE/USP e nos sites do *Institut National de Recherche Pédagogique* e no *Google Books*. Alguns não foram identificados, pois estão relacionados apenas de forma genérica e sem autoria.

Após a correção dos nomes, mergulhamos novamente no acervo para procedermos a localização dos itens. Foram feitas várias visitas, pois a biblioteca não possui nenhum tipo de organização, sendo necessário passar e repassar várias vezes todos os itens a procura dos títulos exatos.

Em meio a isso, a leitura dos relatórios elaborados pelo professor Paulo Bourroul, do Regulamento da Escola Normal, das leis e decretos que versavam sobre a Instrução pública e a Escola Normal e da correspondência mantida entre ele, o Inspetor da Instrução Pública e o Presidente da Província, traziam as questões e as motivações para o estabelecimento da Biblioteca e o processo de sua estruturação e consolidação.

Por se tratar de materiais frágeis, tanto os livros quanto os outros documentos foram fotografados, visando sua preservação do excesso de manipulação e também para que pudessem ser analisados com a calma e a frequência necessárias. Algumas destas imagens foram inseridas neste trabalho no sentido de trazer à tona a questão da materialidade do impresso, difusor dos saberes pedagógicos que o acervo propõe.

Embora o Regulamento da Escola Normal estabelecesse as disciplinas e os conteúdos que deveriam ser ministrados, nada diz sobre uma bibliografia recomendada para a formação dos alunos-mestres. Neste sentido, este trabalho tem por objetivo mapear as principais idéias pedagógicas que os livros adquiridos pelo professor Paulo Bourroul para a 4ª Cadeira – Metodologia e Pedagogia colocam em circulação e assim conhecer os modelos por eles apontados para a formação dos professores da Escola Normal de São Paulo no último quartel do século XIX.

Abordaremos esta questão sob as seguintes perspectivas: o acervo em relação a suas origens, isto é, a França, considerando que o Professor Paulo Bourroul também era francês, a circulação das idéias pedagógicas nos debates sobre a instrução pública ao longo do século XIX, o que eles

propunham para a formação dos professores e como essas idéias se expressavam no conjunto dos livros.

No primeiro capítulo consideraremos a Escola Normal de São Paulo inserida no contexto das discussões sobre a instrução pública ao longo do século XIX até a sua consolidação, que ocorreu durante o período em que Paulo Bourroul atuou como professor e diretor da Instituição, momento este que se deu a compra do acervo. Para tanto faremos um breve histórico desse tipo de instituição no Brasil e na cidade de São Paulo.

No segundo capítulo destacaremos a presença francesa no Brasil, mais especificamente na São Paulo oitocentista, considerando as origens do acervo e do professor Paulo Bourroul, também francês.

No terceiro capítulo estabeleceremos um mapeamento dos circuitos nacionais e internacionais em que se difundiram modelos pedagógicos, tendo o acervo como parâmetro e, a partir disso, esboçar o que este acervo propunha para a formação dos professores da Escola Normal naquele período.

Os livros trazidos pelo professor Paulo Bourroul, principalmente os pertencentes à 4ª Cadeira – Pedagogia, Metodologia, que serão analisados neste trabalho, tem a dupla função de se constituírem objeto privilegiado de nossa pesquisa e também sua principal fonte. Outra importante documentação consultada foram os manuscritos que se encontram no Arquivo do Estado de São Paulo, onde se destaca a correspondência entre os políticos, legisladores, diretores, professores e alunos da Escola Normal. No Instituto de Estudos Brasileiros da USP – IEB/USP encontram-se alguns impressos do século XIX, principalmente os relatórios dos diretores da Escola Normal e o Regulamento da mesma, que também se mostraram de extrema relevância para a realização desta pesquisa.

No prefácio que escreveu para a obra de Lucien Febvre e Henri-Jean Martin, “O aparecimento do livro” (1992), o bibliófilo José Mindlin afirma que a história do livro pode ser estudada sob diversos ângulos, assim como o historiador Robert Darnton que a considera um campo bastante amplo onde não se pode negligenciar a história das edições, do papel, dos tipos, da leitura e das bibliotecas. (Darnton, p.125, 2010)

O trabalho sobre este acervo nos coloca o problema conceitual sobre as bibliotecas nesse período e em particular sobre a biblioteca escolar. Segundo Jean Hébrard, o primeiro indício de constituição de um espaço destinado aos livros nas escolas primárias apareceu na França, numa circular aos Governadores enviada pelo ministro Gustave Rouland, em 31 de maio de 1860. Nela, Rouland se refere a “uma pequena biblioteca-armário, destinada à conservação dos livros, dos cadernos e dos quadros impressos para uso da escola”. (Hébrard, p.17, 2004)

E ainda que

no futuro, todo projeto de construção ou aquisição de escola, para cuja execução se solicite auxílio, deverá ser acompanhado de um orçamento especial de despesas relativas ao mobiliário escolar, no qual será incluída, prioritariamente, uma biblioteca. (Hébrard, p.17, 2004)

A biblioteca-armário não foi pensada apenas como local para guardar os instrumentos de trabalho do professor, mas como um espaço que visava uma parcela da população pouco familiarizada com os impressos

A aquisição de uma biblioteca é o ponto de partida para a concretização de um pensamento que, há muito tempo, foi objeto dos mais legítimos esforços. Dotar as populações trabalhadoras de um acervo de obras úteis é uma necessidade que, cada dia, faz-se sentir mais seriamente. (Hebrard, p.19, 2004)

Respondendo a uma questão lançada pelo governo sobre o que poderia contribuir para melhorar a instrução primária nas comunidades rurais, a maioria dos educadores concluiu pela importância da formação de bibliotecas. Daí, oficialmente e com o apoio dos professores, no dia 1º de junho de 1862 o ministro Rouland transformou o armário-biblioteca em Biblioteca Escolar. A responsabilidade ficava a cargo do professor e a finalidade desta biblioteca era a de empréstimo de obras aos alunos e às famílias. Assegurando que

isso será [para as famílias], nas longas vigílias de inverno, um excelente meio de escapar dos perigos da ociosidade, e a experiência provou que, no campo sobretudo, a leitura em voz alta no seio da família, tem atrativos mais potentes; é precisamente a fim de prevenir as funestas conseqüências de escolhas imprudentes ou ruins que pareceu necessário regulamentar a colportagem. O que não se deve esperar, depois disso, de uma medida que, satisfazendo uma necessidade incontestável, deve dirigi-la em proveito da moral pública! (Hébrard, p.27. 2004)

Sendo assim

As bibliotecas escolares parecem, efetivamente, então, ter se desenvolvido, de maneira contínua, entre o Segundo Império e a *belle époque*, tentando, não sem dificuldades,

conjugar sua dupla finalidade de serem bibliotecas de sala de aula e bibliotecas de empréstimos destinadas aos familiares dos alunos. (Hébrard, p.32, 2004)

Podemos notar semelhante preocupação nos Estados Unidos, no mesmo período. Em várias comunidades norte-americanas a única educação que as crianças tinham acesso era por meio da escola dominical. As escolas públicas funcionavam só alguns meses por ano e em comunidades mais afastadas elas nem existiam.

As escolas dominicais colocavam a disposição da comunidade uma pequena biblioteca que ficava a cargo de algum voluntário e era instalada geralmente na igreja mais próxima. Os alunos dessas escolas podiam escolher entre as obras devotas do catálogo e levá-las por empréstimo de uma semana. “Em 1850, havia cerca de 200 bibliotecas nas escolas dominicais norte-americanas”. (Lerner, p.196, 1999)

Ainda segundo o autor, quando as idéias de uma educação pública e gratuita se difundiram principalmente pelos Estados do norte, começaram a surgir leis exigindo que as escolas abrissem bibliotecas para os adultos e as crianças, oferecendo assim uma alternativa às bibliotecas religiosas das escolas dominicais, como demonstra o discurso do secretario de educação do distrito de Connecticut

El edificio de la escuela es el lugar adecuado para alojar la biblioteca del distrito. Una biblioteca de libros bien selectos, abierta al maestro, los niños y los adultos del distrito en general, para referencia y lectura, completa los recursos de la educación en las escuelas. Sin esos libros, la instrucción en la escuela no es útil en la práctica, y el arte de la imprenta no se pone a disposición de los pobres y los ricos. (Lerner, p.196, 1999)

No Brasil, antes da chegada da Corte Portuguesa, as instituições religiosas eram as principais mantenedoras e administradoras dos colégios e das bibliotecas do Brasil colônia. A partir de 1810, além da instalação da Biblioteca Real e da primeira tipografia, algumas bibliotecas públicas foram criadas pelo país afora. (Marotto, p.18, 2009)

Uma das primeiras menções que se fez à bibliotecas escolares públicas foi em 1879⁴, no Decreto 7.247, do Ministro do Império Leôncio de Carvalho. Nesse documento, Carlos Leôncio de Carvalho expõe as medidas que o país deveria tomar para o desenvolvimento da instrução pública e entre elas estava a criação das bibliotecas escolares e dos museus pedagógicos.

⁴ Antes disso, em 1869, a biblioteca da Escola Normal de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, já havia sido fundada por Alambary Luz, seu então diretor. (Villela, p.110. 2002)

A biblioteca da Escola Normal de São Paulo, consolidada em 1883 com a incorporação do acervo trazido pelo Professor Paulo Bourroul, teve uma dupla função: como fonte de leitura para os professores e alunos e como meio de formação dos novos professores. De acordo com Chartier & Hébrard,

A biblioteca (escolar) é útil também para eles, (professores) assegurando-lhes acesso a objetos que significam ao mesmo tempo seu *status* e sua função, os instrumentos necessários para seu trabalho. (p.13, 1995)

A especificidade deste espaço nos leva a refletir sobre a gama de sentidos atribuídos a ele. Sobre isso, nos propõe Jacob,

a biblioteca é um lugar, uma instituição. É o cruzamento paradoxal de um projeto utópico (fazer coexistir num mesmo espaço todos os vestígios do pensamento humano confiados à escrita) com as restrições técnicas, ergonômicas, políticas de conservação, de seleção, de classificação e de comunicação dos textos, das imagens e, hoje, dos sons. (Jacob, p.10, 2000)

E ainda que

toda a biblioteca dissimula uma concepção implícita da cultura, do saber e da memória, bem com da função que lhes cabe na sociedade de seu tempo. (...) Pois a história das bibliotecas no Ocidente é indissociável da história da cultura e do pensamento, não só como lugar de memória no qual se depositam os estratos das inscrições deixadas pelas gerações passadas, mas também como espaço dialético no qual, a cada etapa dessa história, se negociam os limites e as configurações da tradição, as fronteiras do dizível, do legível e do pensável, a continuidade das genealogias e das escolas, a natureza cumulativa dos campos de saberes ou suas fraturas internas e suas reconstruções. (Jacob, p.10-11, 2000)

Tendo em vista tais proposições, o acervo adquirido para a biblioteca da Escola Normal de São Paulo pode ser pensado como a expressão material das políticas para a formação de professores. Os critérios de escolha desses livros, as políticas de aquisição e o repertório bibliográfico propriamente dito, a organização material do acervo, a maneira como a biblioteca foi disposta espacialmente, os modos peculiares de empréstimo ou de consulta, podem nos dar pistas sobre as formas pelas quais os responsáveis pela Instrução Pública articularam as representações de formação dos alunos-mestres.

A forma de organizar, delimitar e articular o mundo pode ser considerada como fazendo parte das lutas de representação. Para Chartier, “as lutas de representação tem tanta importância quanto às lutas econômicas para a compreensão dos mecanismos pelos quais um grupo se impõe, ou tenta impor sua concepção de mundo social, seus valores e seu domínio” (Chartier, p.17, 1990). Segundo o autor, as representações que circulam não estão envoltas em uma aura de neutralidade, pois sendo expressão de uma coletividade, estão sempre em concorrência. Sendo assim a produção dessas representações – “matrizes de práticas construtoras do mundo social, são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam, formando uma rede de relações materiais e simbólicas”. (Chartier, p.17, 1990)

Ao enfatizar as práticas escolares e suas representações, nosso trabalho procura cruzar a História Cultural e a História da Educação promovendo sua “desnaturalização”, nas palavras de Marta Carvalho. (p.316, 2003)

Segundo a autora, é na década de 1980 que a história da educação começa a ser reescrita, pois

Até então a história da educação havia se constituído, predominantemente, como história dos sistemas educativos baseada em documentação oficial emanada pelo Estado e centrada nos estudos das políticas e dos dispositivos legais que teriam assegurado a organização e expansão desses sistemas. (Carvalho, p.317, 2003)

A consequência disso é que a História da Educação⁵ praticada até então “foi cega à historicidade própria da instituição escolar, naturalizando o objeto escola”. (Carvalho, p.317, 2003)

A emergência e a consolidação do tema cultura escolar nas pesquisas em História da Educação, já nos anos 1990, se dá ao mesmo tempo em que se amplia o diálogo com a chamada História Cultural francesa. Desta maneira, procura-se dotar a História da Educação de outras abordagens e novas perspectivas, sendo que uma das perspectivas fundamentais dos estudos sobre as culturas escolares é aquela que enfoca as práticas escolares. Segundo Faria Filho “uma das explicações para isso é que tanto a temática — a cultura escolar — quanto à abordagem — a história cultural — contribuam para a criação de lugar confortável para a educação no terreno da cultura, não mais ancorado nos estudos sociológicos, mas historiográficos”. (Faria Filho & Vidal, 2008)

Aliás, para alguns pesquisadores o estudo das práticas se constitui como o ponto fundamental da renovação dos estudos históricos em educação. No entanto, não podemos perder de

⁵ Sobre a conformação do campo da História da Educação no Brasil, vários trabalhos já foram publicados, dentre eles Carvalho & Nunes (1993), Carvalho (1998, 2000), Nunes (1996), Lopes (1986), Lopes e Galvão (2001), Warde (1984), Saviani (1998), Monarcha (1999), Faria Filho e Vidal (2003, 2008).

vista a dificuldade em realizar uma pesquisa histórica que pretenda ter acesso às práticas escolares. Nos últimos anos, “o diálogo estabelecido pelos historiadores da educação com a historiografia e com outras áreas das ciências humanas e sociais como a antropologia, sociologia, lingüística, entre outros, muito tem contribuído para uma melhor delimitação teórico-metodológica das pesquisas sobre as práticas e para uma discussão do próprio estatuto epistemológico deste objeto”. (Farias Filho & Vidal, 2008)

Este trabalho ainda pretende, ao recuperar a história da biblioteca da Escola Normal de São Paulo, contribuir para iluminar um fato importante na área educacional que ocorreu durante a vigência do Império, considerado por parte dos historiadores da educação como “uma época de grande vazio em termos de iniciativas educacionais”. (Dias, p.2, 2002)

Isso ocorreu, como esclarece Dias (2002), devido à atuação de intérpretes posteriores, interessados em construir uma história republicana associada às idéias de progresso, desenvolvimento e modernidade, em detrimento ao momento anterior, representado como de silêncio, vergonha, atraso e ausência⁶.

Não podemos perder de vista que os trabalhos produzidos pelos historiadores são documentos e como tal, construtores de memória, nunca neutros, nunca inócuos, “mas antes de mais nada o resultado de uma montagem consciente ou inconsciente, da história da época, da sociedade que os produziram (...) para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente, determinadas imagens de si próprias”. (Le Goff, pp. 547-48, 1990)

Sendo assim, considero este trabalho⁷ uma tentativa de “rever antigas temáticas apontando novas perspectivas” (Dias, p.21, 2002). O século XIX foi pródigo em empreendimentos relativos à profissionalização e à organização do campo do profissional docente, tornando necessária uma revisão crítica do período e, principalmente, da idéia de que só os educadores republicanos implementaram mudanças que deram à Escola Normal um lugar de destaque na sociedade paulistana.

⁶ Rodrigues (1930), Oliveira (1932), Carvalho (1940), Tanuri (1979, 2000), Hilsdorf (1986), Monarcha (1999).

⁷ Assim como os trabalhos de Bauab (1972) e mais recentemente de Dias (2002).

Capítulo 1 - As Escolas Normais: a construção da profissão docente

“Adoptando a importante opinião de um illustre publicista que disse: - Instruir o povo deve ser a nossa verdadeira aspiração de progresso, se queremos constituir uma nação livre e nos elevarmos á altura dos destinos americanos”

Trecho de carta do Barão de Vergueiro e Barão do Embaré, enviada ao Presidente da Província de São Paulo, Dr. Laurindo Abelardo de Brito, em 27 de dezembro de 1880.

Neste capítulo faremos um breve histórico do surgimento e estabelecimento das Escolas Normais no Brasil, mais especificamente em São Paulo, para compreendermos a Instituição para a qual foram destinados os livros comprados pelo professor Paulo Bourroul.

O surgimento das Escolas Normais está “ligado à institucionalização da instrução pública no mundo moderno, ou seja, à implementação das idéias liberais de secularização e extensão do ensino primário a todas as camadas da população” (Tanuri, p.62, 2000). Segundo a autora essa responsabilidade só é tomada efetivamente pelo Estado a partir da Revolução Francesa com a formação de “professores leigos, idéia essa que encontraria condições favoráveis no século XIX” (ibidem). Esse século funcionou como uma espécie de incubadora das escolas normais que se proliferaram de forma rápida por todo o mundo. (Moraes, p.3, 2007)

Segundo Schaffrath

A história da Escola Normal está associada à necessidade da profissionalização dos docentes no mundo moderno que se construía sob o signo da ordem social burguesa. Neste contexto, as Escolas Normais surgem como o lugar especializado em formar professores para o ensino primário tem sua história perpassada por toda uma conjuntura sócio-política, que como se pode perceber, vai além de questões de cunho meramente pedagógico. (p.146, 2008)

Para Mario Manacorda, (p.228, 1986) as raízes da Escola Normal européia ultrapassam as iniciativas da Contra Reforma, que tinham como característica serem ou do tipo assistencial - para os mais pobres, ou aristocráticas para a formação de uma elite dirigente. Estas escolas eram em sua maioria ligadas a alguma ordem religiosa, como no caso da oferecida pelos jesuítas no Brasil.

A experiência do seminário de Jean Baptiste de La Salle no início do século XVIII foi uma das precursoras na formação docente francesa. Ele defendia uma ampla formação cultural para os mestres, incluindo além da leitura, gramática, sistema de pesos e medidas, aritmética e canto. Ao

mesmo tempo, apontava a necessidade de uma formação prática em escolas infantis. Para ele o ensino deveria responder às necessidades dos alunos transmitindo-lhes conhecimentos e formando seus hábitos morais e intelectuais. Com estas idéias, La Salle fundou em várias cidades da França os chamados "seminários de professores."

Outra iniciativa importante para os cursos de formação docente na Europa foi a criação de escolas formadoras de professores a partir do Movimento Pietista Alemão. Segundo Heloisa Villela (p.44, 1990), os Pietistas se opunham à concepção intelectualista do cristianismo, que deformaria os princípios da Reforma. O Movimento Pietista criou na Alemanha do século XVIII um sistema de ensino completo em vários níveis. São deste período os *Seminarium praeceptorum* - que deram origem às Escolas Normais na Alemanha e as *Realschulen* - escolas científico-técnicas. (Manacorda, p.235, 1989)

No entanto, explica Tanuri, (p.62, 2000) a primeira instituição com o nome de Escola Normal funcionou na França - inspirada no modelo alemão, isto em 1794. Ainda segundo Manacorda, (p.248, 1989), Frederico II da Prússia, depois da Guerra dos Sete Anos, elaborou um novo sistema educacional criando as *Hausptschulen*, escolas de formação profissional das quais faziam parte as *Normalschulen* escolas onde existiam "normas" para a formação de professores. Foi então que os seminários franceses destinados à formação docente foram designados com o nome de "Escolas Normais".

Mesmo com dificuldades de funcionamento, as Escolas Normais logo se disseminaram por toda a França. Em 1832, ela contava com trinta e seis Escolas Normais, todas para o sexo masculino e no ano seguinte este número já era de quarenta e sete. Dez anos depois esse número já havia dobrado. Segundo Schaffrath, "as Escolas Normais foram sucesso na Alemanha e na França, onde se acreditava em seu poder de melhorar os níveis do ensino primário, o que fez com que, em 1833, a Lei Guizot⁸ estabelecesse que em cada Estado francês houvesse uma Escola Normal." (p.148, 2008)

1.1 As Escolas Normais no Brasil Imperial

Ao refletirmos sobre os processos escolares que ocorreram durante o período imperial, podemos considerar as várias ações do Estado por meio da legislação "como uma forma discursiva de intervenção na sociedade e de produção de práticas" (Souza, p. 10, 2000), que vão se expandindo e se consolidando ao longo do tempo.

⁸ Essa lei, promulgada na França em 28 de junho de 1833, é uma das primeiras a estabelecer normas para a instrução primária, exercendo grande influência no Brasil.

A própria escola parecia não ter um papel destacado na sociedade e foi também durante o século XIX construindo sua legitimidade social e produzindo seu próprio lugar. (Farias Filho, p. 135-136, 2000)

Influenciada pelas idéias revolucionárias francesas, a independência brasileira desejou instaurar políticas públicas voltadas para a educação popular, expressas nas discussões que aconteceram na Assembléia Constituinte e que resultaram na Constituição Imperial de 1824.

Esse documento assegurava instrução primária e gratuita a todos os cidadãos, porém, “fazer da instrução primária um direito assegurado a todo cidadão, não é sem dúvida o melhor meio de torná-la obrigatória, pois a existência de um direito pressupõe sempre a existência de condições que o torne exequível”. (Carvalho, p.612-13, 1958)

O item 2 do § 10 do Ato Adicional promulgado em 1834, à Constituição de 1824, descentralizou a organização e administração do ensino elementar e secundário, passado-as à competência das Províncias, repetindo no âmbito das mesmas o que acontecia no âmbito federal: a multiplicação das leis, dos atos administrativos, das portarias enfim, todas no sentido de criar sistemas regionais de ensino elementar acessível a todos.

Podemos observar que nas duas décadas posteriores à Independência, as discussões sobre a importância da instrução pública esteve relacionada à instauração, por parte do Estado imperial, de um “arcabouço jurídico institucional de sustentação legal” desse Estado, numa tentativa de fazer com que a população e mesmo o corpo governamental obedecessem às determinações legais emanadas desse poder. (Farias Filho, p.137, 2000)

O Ato Adicional corresponde aos propósitos descentralizadores da corrente liberal e suscita opiniões diversas. Para alguns historiadores a “descentralização fragmentou os poucos projetos e recursos existentes, contribuindo para a proliferação de leis contraditórias e na prática pôs por terra a instrução no Brasil Imperial”. (Castanha, p.86, 2007)

Para outros, como Laerte Ramos de Carvalho

“quaisquer que sejam as opiniões de teóricos teimosos, o Ato Adicional representou no Império uma conquista duramente alcançada e que, pelo menos, teve a virtude de libertar as regiões prósperas do país dos malefícios de uma legislação centralizadora e asfíxiante. A expansão de um sistema escolar, em todos os níveis e graus, não depende apenas do empenho idealista de alguns homens que compreendem, em seu significado íntimo, a função

do trabalho educacional na edificação dos regimes políticos. Não resta dúvida, entretanto, que o Ato Adicional, delegando às províncias a competência de legislar sobre assunto de ensino elementar e médio, propicia condições tais de incentivo à realização de trabalhos pedagógicos que, se não se concretizaram foi porque a maioria dos homens que exerciam qualquer parcela do poder público, não se mostrou à altura da exigência constitucional”. (p.614/615, 1958)

O fato é que as províncias não estavam preparadas para o encargo e nem possuíam recursos para tal. A falta de pessoas capacitadas para exercer o magistério fez-se notar e junto a isso, a necessidade de haver uma escola que pudesse formar os mestres.

O mesmo vale para a lei básica do ensino que vigorou durante muitos anos no Império, promulgada em 15 de outubro de 1827, foi a primeira Lei Geral relativa ao Ensino Elementar. Esta lei tornou-se um marco na educação imperial, de tal modo que passou a ser a principal referência para os docentes do primário e do ginásio nas províncias. A Lei tratou dos mais diversos assuntos como descentralização do ensino, remuneração dos professores e mestres, ensino mútuo, currículo mínimo, admissão de professores e escolas de meninas.

Carneiro Leão⁹, comentando a lei básica do ensino elementar, diz que

“Esta reforma da instrução primária, minguada na forma bem como no fundo, segundo parece, nunca chegou a ter a aplicação que o sistema comportava. Verdadeiro fiasco administrativo, quase todos os ministros que se seguiram na pasta do Império até 1854, não fizeram senão pô-lo em evidência, alegando ora a falta de edifícios apropriados, ora a incompetência dos mestres, ora a insuficiência dos respectivos vencimentos. A maioria das escolas não foram providas por falta de mestres, além do que a inspeção era difícil e imperfeita”. (Bauab, p.18, 1972)

Antes que se fundassem quaisquer estabelecimentos destinados exclusivamente à formação dos professores, existiram as escolas de ensino mútuo¹⁰ – instaladas a partir de 1820 (Bastos, p.108, 1999), que tinham a preocupação não só de ensinar a ler, mas também de preparar docentes. Essa foi, segundo Tanuri, a “primeira forma de preparação de professores, forma exclusivamente prática, sem qualquer base teórica” (p. 63, 2000), forma esta que seria institucionalizada em 1827, pelo Decreto das Escolas de Primeiras Letras

⁹ Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês do Paraná (1801-1856), estadista do Império.

¹⁰ Sobre o ensino mútuo no Brasil ver Bastos & Farias Filho (1999) e Saviani [et al...], 2006.

As escolas serão de Ensino Mútuo nas capitais das províncias; e o serão também nas cidades, vilas lugares populosos delas em que se for possível estabelecerem. Para as escolas de ensino mútuo se aplicarão os edifícios, que houverem com suficiência nos lugares delas, arranjando-se com utensílios necessários à custa da Fazenda Pública(...) Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais, e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional, os princípios de moral cristã e de doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionadas á compreensão dos meninos; preferindo para o ensino da leitura a Constituição do Império e História do Brasil. (...) ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica ; (...) Os castigos serão aplicados pelo método de Lancaster. (Moacyr, p.189-191, 1937)

O Decreto propunha ainda que “os professores que não tiverem a necessária instrução deste ensino irão instruir-se em curto prazo e à custa de seus ordenados nas escolas da Capital”. (Tanuri, p.63, 2000)

Nesse período, os professores eram em sua maioria leigos e mal pagos. Paravam de ensinar assim que arranjavam melhor colocação. Exerciam sua profissão com tamanha rudeza e brutalidade que obrigou o governo a decretar uma lei que proibia os castigos físicos. (Hollanda, p.370, 1989)

Embora tenha havido alguns esforços para a implantação desse tipo de ensino, a proposta do método não obteve sucesso (Villela, p.150, 1999), mas mesmo assim ele continuou a ser obrigatório, como demonstra a Lei de quatro de abril de 1835, que criou a Escola Normal do Rio de Janeiro. Em seu artigo 1º estabelecia como finalidade da escola habilitar “as pessoas que se destinarem ao magistério da instrução primária, e os professores atualmente existentes que não tiverem adquirido a necessária instrução nas escolas de ensino mútuo, na conformidade da lei de quinze de outubro de mil oitocentos e vinte e sete, artigo quinto”. (Villela, p.151, 1999)

O método lancasteriano ou mútuo de ensino e formação de professores durou até meados dos anos de 1840 quando foi, aos poucos, sendo substituído pelo simultâneo em várias províncias brasileiras¹¹.

Embora não tenha alcançado os mesmos resultados que obteve em outros países, o método mútuo colocou em pauta questões importantes sobre “a organização da classe, a necessidade de espaços e materiais específicos para a realização da instrução na escola, sobre *a necessidade de formação dos professores*”. (Farias Filho, p.142, 2000, grifo meu)

¹¹ Uma das primeiras foi a província da Bahia, que em 1842 previa a utilização tanto do método mútuo quanto do simultâneo. No município neutro isso ocorreu em 1849 quando foi “assumido definitivamente o novo método”. (Villela, p.168, 1999)

Em 1854 foi baixado o Decreto que aprovou o Regulamento para a Reforma do Ensino Primário e Secundário do Município da Corte, conhecido como Reforma Couto Ferraz, que embora se dirigisse à Corte - continha normas alusivas à jurisdição das províncias, isso considerando o caráter modelar que a legislação do município neutro exercia sob as outras províncias.

Couto Ferraz, descrente em relação à eficácia das Escolas Normais, fechou a Escola Normal de Niterói quando Presidente da Província do Rio de Janeiro, dizia que estas escolas eram “onerosas, ineficientes, quanto à qualidade da formação que ministravam e insignificante em relação ao número de alunos que nela se formavam” (Saviani, p.21, 2006), propondo sua substituição pelos professores adjuntos. Estes seriam contratados e passariam por um concurso, os que se destacassem seriam nomeados pelo Governo.

A conseqüência mais duradoura da Reforma Couto Ferraz foi ter reforçado a adoção, por parte de várias províncias, da obrigatoriedade do ensino. No que dizia respeito às Escolas Normais, suas pretensões figuraram em “letra morta”, pois as províncias continuaram a realizar projetos e esforços para criá-las.

Segundo Villela

A obrigatoriedade e a universalização do ensino, expressão máxima do racionalismo iluminista, não foi a tradução de uma proposta democrática, ajustando-se bem a uma sociedade hierarquizada como era o Brasil Imperial. A expansão do ensino primário não significou para as elites políticas, que todos deveriam chegar ao mesmo estágio, muito pelo contrário. Tinham a intenção de por meio da instrução elementar, unificar certos padrões sociais, difundindo o que se acreditava ser uma “moral universal. (p.154, 1999)

Em 1879 foi decretada a Reforma Leôncio de Carvalho, que tinha como essência a liberdade de ensino, “salvo a inspeção necessária para garantir as condições de moralidade e higiene” (Carvalho, 1879). No que dizia respeito às Escolas Normais, estipulava um regulamento que fixava além do currículo, a nomeação de professores, órgão dirigente e remuneração de funcionários (artigo 9º). Este mesmo decreto previa a criação de bibliotecas e museus pedagógicos onde houvessem Escolas Normais (artigo 8º).

O Decreto de Leôncio de Carvalho pode ser considerado o último ato legislativo do Império. Rui Barbosa o debateu através dos seus “Pareceres” e ainda surgiram outras propostas “que não passaram da condição de projeto”. (Saviani, p.27, 2006)

Os anos 1870 foram um marco na questão dos métodos de ensino e da formação de professores, com a divulgação e apropriação entre nós das idéias e experiências inspiradas na

produção do educador suíço Jean-Henri Pestalozzi¹², mudando o curso das discussões sobre os métodos, que passaram “a incidir diretamente sobre as relações pedagógicas de ensino e aprendizagem”. (Farias filho, p.143, 2000)

As primeiras experiências com Escolas Normais no Brasil, como aponta Villela (p.103, 2000), aconteceram num período de instabilidade política e grande tensão, marcado pelo desgaste das propostas liberais e a assunção das práticas conservadoras¹³. De acordo com ela, os políticos que assumiram o poder nas províncias no período regencial estavam sintonizados com o pensamento iluminista que marcou fortemente as idéias pedagógicas do período. Eles acreditavam que somente pela instrução se chegaria a “estágios mais elevados de civilização”. Tendo as nações européias como modelo, entendiam que a falta de instrução de nosso povo era a verdadeira causa da distância entre o Brasil e os países desenvolvidos.

Várias províncias buscaram uma uniformidade por meio da instrução, estabelecendo uma “cruzada pelo bem comum” da sociedade, segundo alguns políticos, já que a falta de instrução estava intimamente relacionada não só com o atraso, mas também com a violência. A “educação” então formaria os homens que seriam responsáveis pela elevação intelectual e moral da população, padronizando modelos culturais e convivência social. (Villela, p.104, 2000)

A Escola Normal do Rio de Janeiro (1835), a primeira do Brasil, sofreu com a instabilidade política, sendo fechada em 1849 e reaberta somente em 1862. Para Tanuri (p.64, 2000), “depreendendo-se do currículo, bem como das exigências para ingresso”, ficou caracterizado “um ensino apoucado, estreitamente limitado em conteúdo ao plano de estudos das escolas primárias”. Mesmo assim, ela serviu de modelo para outros estabelecimentos congêneres e à sua fundação observa-se uma sequência de atos de criação dessas escolas em outros pontos do país: na província da Bahia em 1836, Minas Geraes em 1840 e em São Paulo no ano de 1846.

Heloisa Villela (p.72, 1990), analisando as políticas educacionais do século XIX, enfatiza que o fator fundamental da educação naquele momento foi a ampliação da questão escolar em questão social e política. Social, já que era preciso disseminar a instrução entre as diversas classes sociais urbanas e rurais. E política, porque a escola era uma das instituições capaz de impor uniformidade nacional num tempo de consolidação do Estado brasileiro.

Segundo Eric Hobsbawm (1997), a criação da instituição escolar moderna está entre as “tradições inventadas” no século XIX

¹² Tal método conhecido como “intuitivo” ou “lição de coisas” é defendido por Rui Barbosa em seus “Pareceres” e também está no regulamento da Escola Normal de São Paulo (1880), como o método a ser aplicado nas escolas-anexas. “Possuindo esta o material necessário para sua aplicação”, como enfatiza o Diretor em seu relatório (Bourroul, 1883).

¹³ Para conhecer melhor o período, ver Matos, I. O tempo saquarema. São Paulo/Brasília: Hucitec/INL, 1987.

A escolarização fornecia não só um meio conveniente de comparação entre indivíduos e famílias sem relações pessoais iniciais e, numa escala nacional, uma forma de estabelecer padrões comuns de comportamentos e valores. Além disso, permitia, dentro de certos limites, a possibilidade de expansão para uma elite da classe média alta, socializada de alguma maneira devidamente aceitável. Aliás, a educação no século XIX tornou-se o mais conveniente e universal critério para determinar a estratificação social, embora não se possa definir com precisão quando isto aconteceu. A simples educação primária fatalmente classificava uma pessoa como membro das classes inferiores. O critério mínimo para que alguém pudesse ter status de classe média reconhecido era educação secundária a partir de, aproximadamente, 14 a 16 anos. A educação superior, exceto por certas formas de instrução estritamente vocacional, era sem dúvida um passaporte para a alta classe média e outras elites. (Hobsbawm, p.301, 1997)

A análise de Hobsbawm, de acordo com Valdemarin (p.75, 2000), indica historicamente a razão para a disseminação da escolarização e, de maneira bastante significativa, a formação cultural como um critério de diferenciação entre os diversos grupos sociais. Sendo assim, podemos afirmar que a difusão diferenciada da cultura entre a população passa a caracterizar a função social da escola, a fim de legitimar o pertencimento social e a propagação de determinados valores.

Entre nós, desde a Independência até a proclamação da República e mesmo depois dessa, poucas alterações são percebidas no que tange às questões educacionais e, embora Império e República sejam duas formas distintas de organização política, a composição de forças no poder público continuava, todavia sob a égide dos antigos donos do poder. (Schaffirah, p.145, 2008)

As políticas educacionais continuaram com os mesmos princípios professados pelo regime anterior, mudando apenas o enfoque da educação pública primária, que na República foi aclamada como instrumento para viabilizar o sistema de voto universal. Para Jorge Nagle (p.283, 1976), a superação do regime monárquico pelo republicano não implicou numa transformação consistente nos fundamentos sociais da sociedade brasileira. Sob o novo regime político, permaneceu praticamente a mesma estrutura do poder, a mesma mentalidade, as mesmas instituições básicas e, principalmente, os mesmos interesses dos grupos dominantes do Período Imperial. (Schaffirah, p.145, 2008)

1.2 A Escola Normal de São Paulo

A Escola Normal de São Paulo, malgrado fechamentos e reaberturas ao longo do século XIX, foi um dos mais importantes estabelecimentos de ensino do Estado de São Paulo e sua história vincula-se, desde o início, à formação de várias gerações de professores voltados ao ensino primário.

Sua fundação deveu-se ao Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, que conferiu às então criadas Assembléias Legislativas Provinciais, entre outras atribuições, a de legislar sobre a instrução pública, cabendo às províncias o dever de criar estabelecimentos próprios para promovê-la. Para tanto, foram criadas as primeiras escolas normais brasileiras por iniciativa das províncias, como é o caso do Rio de Janeiro, em 1835, da Bahia, que teve sua primeira escola normal instalada em 1836 e de Minas Geraes no ano de 1840, em Ouro Preto.

“Atendendo às crescentes reivindicações descentralizadoras provindas de diversas províncias, cuja virulência, em alguns casos, já parecia ameaçar a unidade nacional, (...) foi promulgado o Ato Institucional. Sem extinguir o poder moderador ou mesmo atingir o regime vitalício do Senado, a adição à Constituição de 1824 consistiu na extinção do Conselho de Estado e na criação das Assembléias legislativas provinciais, a que foram dadas importantes atribuições, tais como fixar as despesas provinciais e os impostos para ela necessários. No campo da instrução pública, a lei conferiu a cada província do império o direito de legislar sobre a instrução primária e secundária, permitindo que criassem sistemas paralelos de ensino, mas reservando ao governo central a exclusividade de regular os estabelecimentos de ensino superior”. (Haidar, p. 17, 1972)

O ano de 1828 é importante para a então província de São Paulo, pois começa a funcionar a Academia de Direito, fato que é considerado o mais importante da primeira metade do século XIX. Graças disso, São Paulo torna-se o “burgo de estudantes”¹⁴ tão comentado pelos viajantes do século XIX, que iria transformar a vida política e cultural da cidade.

¹⁴ Esta expressão foi cunhada pelo escritor e bacharel Ernani da Silva Bruno para definir a cidade entre os anos de 1828-1872, devido à fundação da Academia de Direito que se constituiu em um importante centro intelectual do Brasil Imperial e foi fundamental para mudar a paisagem tanto física quanto moral da até então pacata São Paulo.



Figura 1. Primeira Escola Normal de São Paulo que funcionou em um edifício anexo à Catedral da Sé (Poliantéia, s.d)

A criação da Escola Normal se deu após vários debates na Assembléia Provincial, quando foi apresentado um projeto de criação de uma escola para formação de professores na província, no ano de 1843, cujos dispositivos principais deram subsídios para a criação da primeira Escola Normal de São Paulo pela lei nº 34, de 16 de março de 1846. Foi a primeira lei de instrução primária da Província de São Paulo, que em seu artigo 31º, diz que “o governo estabelecerá na Capital da Província uma escola normal de instrução primária”.

Em 1847, pela lei nº5 de 16 de fevereiro, foi criado um curso semelhante para as mulheres, destinado não apenas às meninas do Seminário da Glória, mas às mulheres em geral. Porém, essa escola é extinta sem ao menos ter chegado a funcionar. (Rodrigues, p.34, 1930)

A Escola Normal da Capital, que funcionava em um edifício ao lado da Catedral no Largo da Sé, teve como primeiro professor o Dr. Manuel José Chaves, que tomou posse em 24/10/1846 e inaugurou a tradição dos “mestres-bacharéis. Ele também acumulou o cargo de diretor, até sua aposentadoria, quando a escola foi fechada, em 1867.

Durante esse tempo, a ela foi subordinada à Superintendência da Inspetoria Geral da Instrução Pública, e funcionou sem um regimento interno, com um número de matrículas que variava entre 11 e 21 alunos por ano. Nessa escola existiam somente alunos do sexo masculino, os quais, se aprovados, poderiam prover cadeiras de instrução primária, independente de concurso.

O programa de ensino denotava o caráter de continuação do ensino elementar, pois compreendia as matérias de ensino da escola primária (Lógica, Gramática, Língua Nacional, Aritmética, Geometria Prática, Caligrafia, Doutrina Cristã), acrescentadas de uma matéria considerada pedagógica, “Métodos e Processo de Ensino”. (Bontempi, p.530, 2004)

As exigências para o ingresso também eram mínimas e segundo Bauab (p.38, 1972), “as condições para matrícula são: ter o matriculado idade que a lei exige (16 anos), ser livre e de bons costumes, precedendo o exame de ler e escrever, como é determinado pela mesma lei”.

A Escola Normal não tinha boas condições materiais, como pode ser constatado em ofícios e relatórios elaborados pelo Dr. Manuel José Chaves, seu professor e diretor:

“a escola abre às quatro horas da tarde. Possui parco mobiliário e utensílios de aula: um banco, uma pedra de geometria, uma mesa; inexistem dicionários, modelos de caligrafia e instrumentos para trabalhos de geometria prática”. (Chaves, 1860)

“O plano de estudos da aula é estabelecido conforme a natureza das matérias do ensino” escreveu em seu relatório o professor Manuel José Chaves ao Dr. Diogo de Mendonça Pinto, primeiro inspetor da Instrução Pública de São Paulo. “Sendo que os métodos são “admitidos para as matérias que fazem objeto do curso.” (Chaves, 1860)

E continua

“Tenho ensinado todos os métodos próprios para a direção da instrução e educação da mocidade, n’este ensino emprego os tratados metodológicos mais célebres, servindo-me principalmente de alguma coisa do método Descartes, que é obra recomendável para explicar esta matéria em geral, e depois trato dos métodos especiais de ensino, do singular, mútuo e

simultâneo, mostrando as vantagens de uns e inconvenientes de outros. A disciplina da aula é a mesma usada em todas as classes de tais ensinios.” (Chaves, 1860)

Em relação à prática de ensino, como não havia escola anexa, estes eram feitos na própria sala, como diz o mestre: “Eu explico como devem ensinar as primeiras letras em todos os seus diversos processos e depois disso faço praticar, mandando várias ocasiões este ou aquele aluno para dirigir os exercícios.” (Chaves, 1860)

Em 1864 foi feita uma tentativa de melhoria do ensino normal por meio de uma reforma aprovada pela Assembléia Provincial que propunha a nomeação de outro professor e o aumento de uma para duas cadeiras. A primeira cadeira teria como disciplinas: gramática, lógica, teoria e prática de aritmética até proporções, sistema métrico de pesos e medidas, noções elementares de geometria, de agrimensura e nivelamento, caligrafia, princípios da doutrina e religião do Estado; e na segunda cadeira seriam ministradas as seguintes matérias: o ensino dos elementos da história e geografia universais, especialmente do Brasil e da província de São Paulo, e noções de ciências físicas e sua aplicação aos usos da vida (Moacyr, pp.331, 333, 1937), e habilitação no idioma francês. Porém esta reforma é vetada pelo Presidente da Província, Francisco Ignácio Homem de Mello alegando o aumento das despesas. (Bauab, p.43, 1972)

O desprestígio político, a escassa procura e as críticas contundentes levaram à sua extinção, em 1867, por uma simples emenda do orçamento para o exercício de 1867/1868, com a justificativa de falta de alunos, ficando o governo autorizado a jubilar o professor Diogo de Mendonça, em razão do tempo de exercício, fato que ocorre em 1870.

Com o fechamento da Escola Normal, voltam a ser realizados “concursos” no palácio do governo para o provimento das cadeiras de professores das escolas primárias. Tais exames aconteciam, segundo Bauab (p.56, 1972), perante uma comissão de três pessoas na presença do Inspetor de Instrução Pública, tendo como temas: leitura, escrita, noções de gramática portuguesa, princípios elementares de aritmética, sistema métrico de pesos e medidas, doutrina da religião do Estado e sistema prático de método de ensino. Poucos professores se interessavam pelo exame, já que obtinham o cargo através de outros meios, como o de nomeação.

A existência do curso normal não mudou a maneira de pensar dos governantes. A população, que parecia mais preocupada com a sobrevivência, não fazia nenhuma reivindicação em relação à educação. (Tanuri, p.74, 2000)

A cidade de São Paulo, que até os anos 70 do século XIX parecia ainda o “burgo de estudantes” que gravitava em torno da Faculdade de Direito, expandiu-se de forma crescente e imprevisível passando a conhecer novas funções e a mudar (Bauab, p.59, 1972). Esse período, que

vai até mais ou menos os anos 80, constituiu-se em um marco na história da província, chamado por alguns de “a segunda fundação de São Paulo”. (Bauab, p.59, 1972)

Embora estivesse conhecendo um expressivo desenvolvimento econômico, “a capital da Província não tem iluminação que preste, não tem água para a satisfação de seus habitantes, não tem praças ornadas, chafarizes, monumentos ou edifícios públicos”. (Morse, p.130, 1954)

No que diz respeito à educação, “o ensino público não inspira a menor confiança e nem pode tornar-se proveitoso porque a corporação docente em sua generalidade ou é incapaz ou vive desviada das suas funções magisteriais e entregue a ocupações de outra ordem” (Rodrigues, p.73, 1930), diz o novo diretor da Instrução Pública, Dr. Francisco Aurélio de Souza Carvalho, nomeado em princípios de 1873, substituindo Dr. Diogo de Mendonça Pinto, aposentado depois de exercer a função por 22 anos.

Fundamentado como de “urgente necessidade”, oferecer aos candidatos a professores “uma fonte em que pudessem beber os conhecimentos indispensáveis” (Rodrigues, p.73, 1930), fez com que se começasse a pensar em uma nova escola normal, que deveria ser aberta logo que possível.

Sendo assim, João Theodoro Xavier, Presidente da Província de São Paulo discutiu e aprovou a criação de uma escola normal para a formação de professores.

Coincidindo com a lei nº 9, de 22 de março de 1874, que instituiu a obrigatoriedade de ensino para menores de 7 a 14 anos do sexo masculino, e 7 a 11 anos do feminino, a Escola Normal foi reaberta em 16 de fevereiro de 1875. Essa segunda fundação da Escola Normal foi atribuída aos esforços do inspetor geral de instrução pública, Francisco Aurélio de Souza Carvalho. (Rodrigues, p.73, 1930)

Para a mentalidade liberal que vigia nas elites políticas, a universalidade da instrução obrigatória era “o motor que há de produzir a renovação do país criando uma consciência popular esclarecida”, nas palavras de Roque Spencer Maciel de Barros¹⁵ (Bauab, p.105, 1972), trazendo para a ordem do dia a questão educacional, como argumentou o bacharel Alambary Luz, inspetor do ensino da Corte e diretor da Escola Normal de Niterói:

¹⁵ Roque Spencer Maciel de Barros (1927-1999), teórico do liberalismo.



Figura 2. Segunda Escola Normal de São Paulo, que funcionou em uma sala anexa à Faculdade de Direito, no Largo de São Francisco (Poliantéia, s.d)

“Um povo sem instrução chamado para nomear seus mandatários ou escolhe a quem lisonjeie as suas paixões grosseiras, ou curva-se à sargúcias despóticas de seus pretensos mentores.

As urnas populares nas mãos da ignorância transformam-se em verdadeiras bocetas de Pandora, quando deviam ser os sagrados instrumentos da felicidade nacional”. (Villela, p.107, 2005)

Segundo a lei, as exigências para o ingresso no curso não eram muito diferentes da anterior. Este seria um curso de 2 anos, com número limitado de alunos, podendo matricular-se indivíduos maiores de 16 anos, de moralidade notória, que já soubessem ler, escrever e contar, e que não sofressem de moléstias contagiosas, nem tivessem defeitos que os inabilitassem para o magistério.

As disciplinas que faziam parte do currículo eram: na 1ª Cadeira, “Língua nacional e franceza, caligrafia, doutrina cristã, aritmética, inclusive sistema métrico, metódica e pedagogia, com exercícios práticos nas escolas públicas da Capital”. Na 2ª Cadeira seriam ministradas as seguintes matérias: “Elementos de cosmografia e geografia, especialmente do Brasil e noções de história sagrada e universal, especialmente do Brasil”. (Artigo 8º § 4º, Lei nº 9 de 22 de março de 1874)

Ainda segundo a lei, para dar aulas na Escola Normal, exigia-se concurso e as seguintes habilitações: “os graus científicos conferidos pelas faculdades de direito, de medicina, de matemáticas, de belas-letas, pelo Imperial Colégio de Pedro II, por quaisquer academias estrangeiras, ordens de presbítero ou aprovações plenas das matérias constitutivas do curso normal”.

Pensou-se, na época, a formação profissional por meio do ensino institucionalizado, leitura de livros, estudo metódico e exercícios práticos. A Escola Normal foi então concebida para ser um centro de formação profissional, de difusão do progresso intelectual e um multiplicador de conhecimentos.

A Escola Normal passou a funcionar em uma sala anexa à Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, mas fora prometido para breve um edifício próprio, que deveria possuir dois andares, sendo no andar superior instalada a escola e no inferior, o Mercado da Cidade. (Rodrigues, p.90, 1930)

O local escolhido foi a famosa Rua das Casinhas, cujo nome procede do fato de existirem vários pequenos comércios, constituindo um aglomerado de pequenas casas isoladas, segundo Saint-Hilaire.

“não há em São Paulo rua mais freqüentada do que a das casinhas. A gente do campo ali vende suas mercadorias aos comerciantes, em cujas mãos os consumidores vão adquiri-las. Durante o dia nota-se ali o acúmulo de negros, de roceiros, de muares, de arrieiros; de noite a cena é outra: os animais de carga e os compradores cedem lugar a verdadeiras nuvens de prostitutas de baixa classe, atraídas pelos camaradas (servidores livres) e pelos roceiros, que elas tentam pescar em suas redes. (Saint-Hilaire, p. 181 e 187, 1976)

O viajante ainda comenta que nunca viu um número de prostitutas como em São Paulo e que elas eram “de todas as cores (...) caminhavam devagar ou esperavam os fregueses nas esquinas”. (Saint-Hilaire, p. 181 e 187, 1976)

Após sua segunda fundação, em 1875, os exames para provimento de cargos de professores passaram a ser realizados na Escola Normal de São Paulo. No exame, que consistia em uma prova escrita, o candidato deveria desenvolver uma tese de acordo com o ponto sorteado. Aos alunos diplomados era oferecido um certificado de habilitação e o provimento de cargo, na forma vitalícia.



Figura 3. Rua das casinhas em 1862, onde seria instalada a Escola Normal (Miltão de Azevedo)

Diferentemente do que ocorria, passaram a ser aceitos candidatos de ambos os sexos, mas as aulas eram em períodos e locais diferentes. O curso feminino foi instalado numa sala do pavimento inferior ao Seminário da Glória.

O professor possuía pouca representatividade política e social. O caráter intelectual do trabalho docente não era levado em conta, considerando o grande número de pessoas desqualificadas para a função e a falta de reconhecimento da profissão, fato que levava a população a “não considerar a escola como seu patrimônio”. (Moacyr, p.380-81, 1936)

O ensino era visto como um sacerdócio¹⁶, devendo ser exercido por pessoas que demonstrassem caráter moral e dedicação ao ofício (Soares, p.117, 2007). Isso ficou claro no discurso proferido na inauguração da escola, ocasião em que o primeiro professor nomeado, Dr. Paulo do Vale, alertava que ser professor

¹⁶ Essa idéia representou uma contradição dentro da sociedade brasileira, pois se por um lado, existiam os discursos dos políticos e intelectuais em favor do progresso e o papel fundamental da educação para equiparar o Brasil às nações desenvolvidas, por outro, convivia-se com a desvalorização do trabalho dos professores, mal preparados, mal remunerados e seu trabalho comparado a um apostolado.

“constitui como um sacerdócio, que exige vocação e não pode ser procurado como indústria lucrativa. Nem basta a vocação natural ou adquirida sem outras qualidades que a desenvolvam e consolidem. Se pois vós não sentis capaz, se não podeis levar essa vida de abnegação e sacrifício, ensinando e estudando, ainda é tempo de recuardes: não escasseia no Brasil, e em nossa Cara Província especialmente, onde se ganhe o pão e o nome. Compreendemos que é prometido ao professor apenas “a satisfação da consciência, que é sempre a recompensa infalível das boas ações”. (Rodrigues, p. 130, 1930)

No ano de 1875 até seu fechamento, em 1878, foram matriculados 124 alunos na seção masculina, dos quais 27 receberam a carta de habilitação. Na feminina, do total de 90 alunas matriculadas, 17 receberam a carta de habilitação. (Monarcha, p.103 1999)

No ano de 1876, o regulamento sofreu algumas mudanças: a idade mínima para admissão passou a ser 18 anos e o número de cadeiras aumentou para 4, embora continuassem a ser ministradas por 2 professores: 1ª cadeira: língua nacional e aritmética, 2ª Cadeira: francês, metódica e pedagogia, 3ª Cadeira: Cosmografia e geografia e 4ª Cadeira: história universal e sagrada, história pátria e lógica. Mais tarde o número de professores seria aumentado para quatro, ficando cada um responsável por uma matéria.

O regulamento de 5 de janeiro de 1877 estabeleceu que o cargo de diretor da escola deveria ser ocupado por um dos seus professores, e o mesmo a respeito do cargo de secretário. E conforme foi estabelecido nesse regulamento, foi anexada à Escola Normal uma escola primária do sexo feminino e outra do sexo masculino na “freguesia da Sé”, cujos professores passaram a fazer parte do corpo docente da Escola Normal.

Estas escolas anexas, mesmo sendo muito importantes para a formação dos professores, não mereceram a devida atenção do Governo “Acham-se instaladas no pavimento inferior do Tesouro Provincial, tendo entrada a escola do sexo masculino do lado da rua da Imperatriz, e a do feminino da do Comércio”. (Jornal “A Província de São Paulo”, 1877)

Os professores, por meio de ofícios enviados ao Inspetor Geral da Instrução Pública, davam a conhecer as dificuldades da instituição: a falta de livros e a pobreza dos alunos para comprá-los, as salas de aula escuras, incômodas e insalubres. (Bauab, p.96/97, 1972)

Pouco tempo depois de sua reabertura, a escola sofreu a influência do revezamento dos partidos monárquicos no poder. Com a queda do partido conservador, sob a qual fora criada, entrou para a presidência da Província o liberal João Batista Pereira, que, três meses depois fechou temporariamente a Escola Normal, através do ato de 9 de maio de 1878.

Alegando a falta de condições materiais, o presidente Pereira “nada tem a que apegar-se, a não ser à realidade dos fatos”

“A Escola Normal não poderia continuar nas condições em que se achava: não tinha casa, nem mobília, nem professores, nem materiais didáticos. Não tinha casa. O edifício que se começou a construir para esse fim recebeu novo destino. O plano primitivo fora alterado de modo a poder-se acomodar no pavimento superior o Tesouro Provincial. E o pavimento térreo que, por aquele plano, devia ser reservado para uma praça de mercado, é que foi adaptado para abrigar a Escola Normal. A mobília, com exceção de alguns bancos, era emprestada e alguns donos a reclamavam. Os professores que deviam ser quatro, pois havia quatro cadeiras, achavam-se reduzidas a três, pela demissão motiva de um deles, a 11 de abril, isto é, pouco antes do fechamento. Desses três, só um dava exemplo de assiduidade; os outros dois haviam abandonado o exercício das respectivas cadeiras. Não houve dificuldades em dispensá-los, porque nenhum deles obtivera o cargo por concurso. Quanto a materiais didáticos, pode-se dizer que não existiam. Não havia sequer mapas, cartas, globos e outros aparelhos para o ensino da geografia e cosmografia. Isso na secção masculina. Na secção feminina o estado era mais lastimoso. Por outro lado, os alunos eram em número reduzido, quer noutra secção, e nestas condições não era coisa para sentir-se o fechamento da Escola. Ela estava muito longe de poder satisfazer às exigências dum estabelecimento modelo.” (Rodrigues, p.103, 1930)

Em virtude do fechamento da escola, em 30 de junho de 1878, pois a Assembléia Provincial não votou a verba para seu exercício de 1878/1879, os alunos da terceira turma, que deveriam se formar em 1878, não concluíram o curso.

Na Assembléia Legislativa de São Paulo e na imprensa, principalmente no jornal “A Província de São Paulo”, ocorriam intensos debates sobre a questão da instrução pública e a formação dos professores. Constatando a falta de mestres para o provimento das cadeiras das escolas de instrução primária e o despreparo dos que se apresentavam, o Inspetor da Instrução Pública diz “não ser possível instrução pública sem escola normal. Quem faz as escolas não são as leis, nem o governo e nem os vencimentos: são os mestres. É na escola normal que o homem aspira as funções do magistério e aprende “o que é mister saber”. (Bauab, p.108, 1972)

No jornal “A Província de São Paulo”, em 27/09/1879 em carta aberta ao Presidente da Província, escreve “Comenius”¹⁷

¹⁷ Pseudônimo utilizado por Rangel Pestana segundo nos informa Anaete Regina Schelbauer em *A Constituição do método de ensino intuitivo na Província de São Paulo(1870-1889)*, p.230, 2003.

“um mestre não se improvisa. O melhor serviço que o governo pode prestar ao ensino primário é a fundação de estabelecimentos onde o mestre possa receber os conhecimentos necessários à sua missão. O professor tem em si, como o soldado e como o padre, uma vocação para seu estado, sem a qual lhe seria impossível suportar as fadigas”.

Em vista das pressões e da situação caótica que se encontrava o ensino em São Paulo, a Escola Normal foi reaberta definitivamente pela lei nº 130, de 25 de abril de 1880, e instalada em 2 de agosto no edifício do Fórum, na antiga Rua do Tesouro. Este mesmo documento autorizou também a reforma do ensino e o estabelecimento de um regulamento interno. A chamada terceira fundação da Escola Normal ocorreu por iniciativa de Laurindo Abelardo de Brito, presidente da Província, diplomado pela Escola Normal quando de sua primeira instalação, em 1846.



Figura 4. Fórum, onde funcionou a Escola Normal, nos primeiros anos de sua terceira fundação, 1880/81 (Poliantéia, s.d)

Para Villela (p.115, 2000), nos anos 70 e 80 do século XIX assistimos a uma revalorização das escolas normais. Segundo ela, muitos fatores contribuíram para isso, pois o país vivia um novo momento que repercutia por todos os setores da sociedade. O enfraquecimento das bases do poder conservador e da própria monarquia, o avanço dos chamados liberais junto ao movimento abolicionista trouxeram a necessidade da substituição do braço escravo na lavoura, forçando a

assimilação de novas tecnologias de produção e a busca de solução por meio da imigração estrangeira, principalmente europeia. Tal quadro dava margem ao bipartidarismo e polarizava as discussões.

Com a promulgação da lei Euzébio de Queiroz, o capital antes investido no comércio de escravos passou a se diversificar sendo aplicado em obras como a construção de estradas de ferro, navegação a vapor, cabos telegráficos e outros. Essas mudanças acabaram por estimular uma variedade de outros serviços e como consequência ampliaram a demanda por instrução. Essa questão passou a ser cada vez mais valorizada pela elite, para quem a defesa da educação do povo tornou-se uma questão eleitoral, moral e de preparação de mão de obra capaz de substituir com vantagens a mão de obra escrava.

A década de 1880 também trouxe mudanças para cidade de São Paulo que se transformou em um conglomerado urbano e cosmopolita, concentrando as funções de capital política, administrativa, econômica e cultural da província.

Nas últimas décadas do século XIX,

Com o desenvolvimento da lavoura cafeeira na Província, o número de habitantes de São Paulo passou a crescer em grandes proporções, devido, principalmente, ao afluxo de imigrantes, requisitados pelos fazendeiros para o suprimento de mão de obra agrícola, que declinava devido às dificuldades impostas, desde 1850, ao fim do tráfico de escravos da África. A Sociedade Promotora da Imigração, criada em 1886, a fim de promover a introdução de imigrantes, garantiu o enorme fluxo migratório para São Paulo: de 1886 a 1895, a SPI intermediou a chegada de 220 mil imigrantes na Província, que no período recebeu um total de 480.896 pessoas. (Bontempi, p.532, 2004)

Havia uma diferença enorme entre o número de habitantes e o número de escolas. O intenso fluxo migratório trazia um contingente de pessoas que falavam idiomas diversos e tinham costumes diferentes, contribuindo dessa maneira para o aumento do analfabetismo. Segundo relatório da Comissão Central de Estatística

em 1887 com uma população de 1.225.394 habitantes (cerca de 26% na idade entre 6 e 15 anos), o índice de analfabetos era de 77% em relação à população total e de 71% em relação a população de seis anos e mais. Na Capital, que tinha 47.697 habitantes, o coeficiente de analfabetos era de 62% em relação a população total e de 55% em relação à população de seis anos e mais. (Bontempi, p.532, 2004)

Esse quadro indicava a necessidade de se aprimorar as iniciativas que até então tinham sido tomadas em relação à instrução pública, principalmente no que diz respeito à formação dos professores para as séries fundamentais.

A Escola Normal de São Paulo teve estabelecido o regulamento interno, exigência da lei, aos 30 de junho de 1880, baseado principalmente no decreto 7247 de 1879, expedido pelo Ministro do Império, Leôncio de Carvalho. Esse decreto foi o primeiro documento advindo do poder central a ocupar-se com o ensino normal, e conforme seu artigo 8º “o governo poderá criar ou auxiliar escolas normais nas províncias”, estabelecendo uma série de normas e regulamentações. Este documento serviu de modelo para a organização de várias escolas normais do Império.

Para o jornal “A Província de São Paulo”, em artigo publicado no dia 12/07/1880, a reabertura da escola foi realizada sem os devidos cuidados, principalmente no que diz respeito ao local de sua instalação

”A precipitação e a economia dos dinheiros públicos são de certo as causas de passarem dois ilustrados cavalheiros, diretor da escola e inspetor da instrução pública, pelo desgosto de concordarem com a escolha do local”, o mesmo prédio do Tesouro, onde funcionara anteriormente e já tantas reclamações provocara a precariedade e insalubridade das instalações.

A parte térrea do célebre casarão das verduras não está no caso de servir para aí estabelecer-se a Escola Normal. Duvidamos mesmo que as salas, mal ventiladas, recebendo pessimamente a luz, possam admitir os alunos de ambos os sexos, feita a separação determinada pelo Regulamento”. (Bauab, p.117, 1972)

A Escola Normal foi transferida, em 1881, para um sobrado colonial na Rua da Boa Morte nº 39 (atual Rua do Carmo), cujas condições não eram muito melhores, tendo sido qualificado pelo Imperador, quando de passagem por São Paulo, de “pardieiro”. (Monarcha, p.112, 1999)



Figura 5. Rua da Boa Morte. No sexto edifício do lado direito (o único sobrado), foi o local onde funcionou a Escola Normal em sua terceira fase, de 1881 a 1894. (Poliantéia, s.d)

Seu programa foi estendido para três anos, com cinco cadeiras, cada qual com seu respectivo professor. A 1ª cadeira era ocupada pelo Dr. Vicente Mamede de Freitas, que também era diretor, e lecionava Gramática e Língua Nacional; a 2ª cadeira, de Aritmética e Geometria, era ocupada pelo Dr. Godofredo José Furtado; a 3ª, pelo Dr. José Estácio Corrêa de Sá e Benevides, que ensinava História e Geografia; a 4ª era ocupada pelo Dr. Ignácio Soares de Bulhões Jardim, que ministrava as aulas de Pedagogia e Metodologia; e a 5ª cadeira, de Francês, Física e Química, era ocupada pelo professor Dr. Paulo Bourroul.

Diferentemente das anteriores, essa escola tinha à frente um diretor, contava com cinco cadeiras, sendo uma delas de pedagogia e metodologia, distribuídas nos três anos de curso, e com aulas mistas. Junto à Escola Normal foi criado o Curso Preparatório anexo, com uma classe para cada sexo. A seção masculina era dirigida por Antonio da Silva Jardim, que, como lente da Cadeira de português da Escola Normal, difundiu a Cartilha Maternal (1876) de João de Deus, cujo método de leitura, baseado na “palavração”, vinha suplantando o antigo método da soletração. (Bontempi, p.531, 2004)



Figura 6. Alunos em frente à Escola Normal, no antigo casarão da Rua da Boa Morte. (Poliantéia, s.d)

Mais tarde, em virtude do disposto na lei nº 59, de 25 de abril de 1884, o programa foi desdobrado em oito cadeiras, com oito professores. Ainda assim, o conteúdo do curso da Escola Normal, fundada pela terceira vez em 1880, bem como sua duração, de 3 anos, era inferior ao secundário da época.

Mesmo com a persistência de alguns problemas

a Escola Normal passa a atrair o interesse dos homens e mulheres que, na Cidade em crescimento, buscam promoção social. Ao normalista o diploma oferecia a oportunidade de conquistar um emprego público, ingressar na Faculdade de Direito ou encontrar ocupação mais bem remunerada no comércio. Por isso, durante a década de 1880, principalmente a partir de 1885, a procura pela Escola Normal de São Paulo cresceu consideravelmente, a ponto das matrículas suplantarem a capacidade física do edifício, o que obrigou os professores a lecionarem em turnos separados. De acordo com os relatórios dos presidentes de Província, entre 1880 e 1889, a Escola Normal de São Paulo teve 1835 matrículas e diplomou 357 indivíduos, 51 do sexo masculino e 64 do sexo feminino. (Bontempi, p.531, 2004)

O contato dos estudantes da Faculdade de Direito com os normalistas era constante, já que vários alunos da Faculdade procuravam obter seu diploma de normalista através de exames vagos e mais tarde tornavam-se professores. Isso fazia com que as idéias que percorriam a juventude acadêmica penetrassem na Escola Normal, não só pelos citados mestres, mas pelo próprio clima cultural da época. (Bauab, p.166, 1972)

Embora de forma esparsa, as idéias liberais começavam a ser sentidas com maior intensidade ao mesmo tempo em que São Paulo transformava-se no centro da província mais rica do país.

A organização do Partido Republicano Paulista, em janeiro de 1872, e da Convenção de Itu, em 1873, propiciaram a disseminação de idéias republicanas que passaram a se espalhar na Capital e, segundo João Dornas Filho, a Faculdade de Direito “exerceu sobre as massas escolares uma incoercível influência no sentido da República”. (Bauab, 167, 1972).

Mesmo apresentando uma grande instabilidade ao longo de sua história, notamos que a partir da década de 1880 a instituição alcançou autonomia e projetou-se

de forma tão evidente no ambiente cultural da Província que chegou mesmo a ofuscar o brilho de outras importantes instituições de ensino atuantes na época, como o Seminário Episcopal e a própria Faculdade de Direito. (Monarcha, p.114, 1999)

Além das idéias republicanas, houve na década de 1880, “a intensificação da propaganda positivista em São Paulo e o acirramento da disputa ideológica no interior da Escola Normal”. (Monarcha, p.137, 1999)

Desde meados dos anos de 1870, “desiludidos com a prática do liberalismo no Brasil (mas não com a teoria), muitos reformistas do fim do império encontraram no positivismo comteano a fonte de inspiração”. (Viotti, p.167, 1999)

Formando um grupo bastante heterogêneo, os positivistas brasileiros eram em número reduzido e ligados menos à filosofia e mais ao “estado de espírito e ao clima de opinião (...) desprezando mesmo os elementos essenciais para o proselitismo”. (Hollanda, p.289/290, 1985)

Ainda segundo o autor, as doutrinas de Comte no Brasil “serviram para alimentar um ingênuo cientificismo’ não ocorrendo aos seus simpatizantes que “pudesse ser falso na política o que parecia verdadeiro na física e na mecânica”. (Hollanda, p.337, 1985)

Na Escola Normal de São Paulo, os professores Antonio da Silva Jardim, Godofredo José Furtado e Cypriano José de Carvalho eram considerados “positivistas ortodoxos”, e travaram,

segundo Monarcha, uma disputa pela posse espiritual e pela condução política da cidade. (p.137, 1999), fazendo da escola um espaço de tensão e de disputas. (Dias, p.87, 2008)

É nesse contexto que ocorreu a compra dos livros para a constituição da Biblioteca, pelo professor Paulo Bourroul.

Capítulo 2. Paris, capital do século XIX: a presença francesa no Brasil

- Menina, por que te meteste a aprender o francês, quando ainda ignoras o português?...

- Ah, titio!... é tão agradável ouvir très jolie! Em português não há isso.

Quase tudo foi se afrancesando.

Joaquim Manuel de Macedo. Memórias da Rua do Ouvidor, 1878

Neste capítulo levantaremos alguns pontos importantes sobre a presença francesa no Brasil, recriando parcialmente o clima francófilo que dominou o século XIX, principalmente na São Paulo oitocentista, estabelecendo assim uma relação entre as origens do acervo da biblioteca da Escola Normal de São Paulo e do professor Paulo Bourroul, também francês.

Paris, capital do século XIX, segundo Walter Benjamin. O desenvolvimento de uma sociedade industrial de massa, o advento do proletariado, a experiência da multidão na grande cidade, a do choque, a mercadoria, a “perda da aura” do poeta (Benjamin, 1989), tudo isso exerceu uma enorme atração para a elite brasileira, que tinha a França como modelo cultural e estético. O imperador Pedro II declarava ser a França “a pátria de sua inteligência”¹⁸.

Embora a Revolução Francesa assustasse o jovem império brasileiro, é certo que em outros aspectos os franceses representaram uma importante referência cultural. (Vidal & Lucas, p.9, 2009)

Como demonstram os trabalhos de Freyre (1940), Viotti (2000), Bivar (2007), Vidal & Luca (2009), a presença francesa no Brasil, mesmo que esparsa e indiretamente começou a se instituir desde a colonização, com as incursões de cientistas, viajantes, contrabandistas e missionários, que deixaram dentre as marcas iniciais a escrita de obras com impressões acerca do Brasil.

Segundo Freyre “a presença em nosso país de seus autores correspondeu a uma ação de influência de idéias, estilos e maneiras francesas trazidos por eles” (Freyre, p. 33, 1940). A penetração cultural era evidente e seguiu-se no correr dos séculos por meio dos livros e de membros da elite que foram estudar na França e foi se acentuando durante o século XIX, com o aumento do número de imigrantes franceses que atravessavam o Atlântico. (Bivar, p.3, 2007)

Para o escritor Joaquim Manuel de Macedo, a “verdadeira” invasão francesa no Rio de Janeiro deu-se em meados do século XIX, como ele explica

¹⁸ Expressão encontrada nos diários de D.Pedro II, quando de sua primeira viagem ao Egito (18-12-76). Eis o parágrafo completo: “Do alto desse pilono adorei a Deus, criador de tudo quanto é belo, voltando-me para as minhas duas pátrias, o Brasil e a França, esta pátria de minha inteligência a outra de meu coração. (Camara, p.42, 2005)

No décimo sexto século Villegaignon, e após ele Bois-le-Comte com centenas de soldados e com o apoio mal dissimulado do governo francês não puderam manter a conquista da baía do Rio de Janeiro, de suas ilhas e pontos do continente e verem realizar a aspiração da *França Antártica*.

No século décimo nono, em um ou dois anos, em 1822, enfim, uma dúzia (nem tanto) de *francesas* sem peças de artilharia, nem espingardas, nem espadas, e apenas com tesoura e agulhas fundaram suave e naturalmente, e sem oposição nem protestos, a *França Antártica* no Rio de Janeiro. (Macedo, p.185/186, 1952)

A partir do século XVIII, o francês concorreu com o latim como língua culta, sendo falado em Minas Gerais e no Rio de Janeiro (Villalta, p.346, 1997). O domínio da língua francesa era uma credencial cultural importante para a elite brasileira.

Desde então, o modelo francês começou se disseminar no Brasil e existem vários estudos sobre sua influência, principalmente no que diz respeito à educação. (Bastos, p.42, 2008).

Essas marcas são evidentes, como por exemplo, no caso da publicação do livro *L'instruction publique au Brésil (1500-1889): histoire et législation*¹⁹, de José Pires de Almeida em 1889. Este livro tinha como principal objetivo mostrar ao mundo os feitos do Império brasileiro sobre instrução pública e foi escrito em francês, fato assim justificado pelo autor

A idéia de escrever um livro e publicá-lo *numa língua universalmente reconhecida* nasceu do legítimo sentimento de orgulho nacional, como também do patriótico desejo de suprir uma sensível lacuna existente nos livros dos escritores que se ocuparam do estado da instrução em diferentes países do globo. (Almeida, p.17, 1889, grifo meu)

Os primeiros franceses residentes no Brasil iniciaram o ensino da língua e dos costumes, instalando escolas e liceus, seguidos de algumas ordens religiosas que vieram a convite do próprio imperador, em 1854. O ápice da penetração da língua e da cultura francesas, principalmente na corte, foi a instalação da Aliança Francesa, em 1885, uma das mais antigas do mundo.

Agnès Guillemin afirma que

o enorme sucesso das escolas privadas laicas francesas é uma prova do domínio cultural francês, principalmente no ensino do modo de vida, de boas maneiras, da etiqueta, e também

¹⁹ Traduzido para o português em 1989, com o título de *História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889)*

no que se refere à adoção da última moda de Paris, isto é, de artigos de luxo, de roupas, visto que o comércio francês está muito ligado à vida das mulheres. (Bastos, p. 43, 2008)

Determinante para o aprofundamento desse contato foi a vinda da família real em 1808, trazendo consigo hábitos de luxo europeus, e mesmo fugindo de Napoleão, carregaram modistas e cabeleireiros franceses.

Com a restauração borbônica em 1816, a cultura francesa volta a ser bem recebida na corte brasileira, culminando com o convite de D. João VI para virem ao Brasil destacados artistas franceses, que resultou na famosa “missão francesa”.

Jean-Baptiste Debret, um dos artistas que fez parte desse grupo, comentou o fascínio que os hábitos franceses exerceram sobre uma parcela da população brasileira,

A moda, essa mágica francesa, em boa hora fez sua irrupção no Brasil. O Império de D. Pedro tornou-se um de seus mais brilhantes domínios, ela reina ali como déspota, seus caprichos são leis: nas cidades, toalete, refeições, dança, música, espetáculos, tudo é calculado a partir de Paris, e, nessa relação assim como em algumas outras, certos departamentos da França estão ainda bem atrás das províncias do Brasil. (Vidal & Lucas, p. 10, 2009)

A francofilia espalhou-se pelo Brasil de maneira desigual, sentida de forma mais intensa em cidades grandes e populosas como eram o Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Por se tratarem de cidades portuárias, estavam mais suscetíveis ao contato com navios europeus. Além disso, o passado de riqueza açucareira do Recife, o fato de ter sido capital por tantos anos, no caso de Salvador e a presença da corte no Rio de Janeiro garantiam o fluxo econômico e a afluência dos mais variados profissionais franceses: de artistas a artesãos, em busca de prosperidade. Nestas cidades, o falar francês era de “bom-tom” entre a nobreza e os mais abastados.

Chamou a atenção da preceptora alemã Ina von Binzer que chegou ao Brasil no ano de 1881, a utilização do francês na comunicação entre a elite. Segundo ela a língua era falada no dia-a-dia, “nas aulas, como na mesa, só se fala francês e com os pretos, português” (Binzer, p.28, 1982). Como quando comenta sobre seu primeiro patrão, sr. Rameiro, fazendeiro da região do Rio de Janeiro

Ele falava português e francês. Parece que não existem quase brasileiros que não fale francês, embora alguns deles possuam apenas uma vaga noção sobre o país a que esta língua pertence, ignorando mesmo que existem mais algumas cidadezinhas além de Paris. Na

cabeça da preta que me serve – a minha negra- Paris corresponde a todo o lugar fora do Brasil. (Binzer, p.18, 1982)

Segundo Bittencourt

A aceitação e opção pela França entre setores de nossas camadas dominantes devem ser entendidas na trama de interesses econômicos e culturais estabelecida entre os dois países, e não como uma simples decorrência de “importação de idéias” feita pelas classes dirigentes. Havia interesses de ambos os lados para a implantação de uma “cultura francesa no Brasil”. (p.71, 2008)

Ainda de acordo com a autora, havia o desejo da incipiente França capitalista de penetrar em uma região dominada pelo comércio inglês. Além disso, existia a afinidade nacional com o modelo francês de modernidade, que combinava mais com os valores católicos conservadores de nossas elites do que o protestantismo do mundo anglo-saxão. (Bittencourt, p.72, 2008)

Em São Paulo a presença francesa é percebida mais tardiamente, mas não com menos intensidade como mostraremos a seguir.

2.1 São Paulo, *une ville française*

Em São Paulo, a presença francesa passou a ser mais sentida depois da segunda metade do século XIX, momento em que a cidade de São Paulo conheceu uma paulatina, porém profunda, transformação motivada principalmente pela expansão da indústria cafeeira, a construção das estradas de ferro e a acentuada imigração européia.

Ao assomar no topo das exportações do país, o café enriqueceu as elites paulistanas e ocorreu um processo de aproveitamento endógeno da riqueza. (Deaecto, p.94, 2002)

As viagens à Europa propiciavam o contato com a cultura francesa e tornavam sua assimilação mais rápida. A mudança de hábitos fez crescer a demanda por bens culturais ao mesmo tempo que incrementou o comércio, onde os produtos franceses eram comuns.

Os franceses residentes no Brasil, com sua *joie de vivre*, acabaram também por fazer parte de um processo de difusão de bens culturais e simbólicos, onde tudo que fosse civilizado passaria obrigatoriamente pela França (Bivar, p.195, 2007), intensificando a demanda por bens e serviços, como a moda, que se transformava em elemento de sociabilidade na sociedade moderna

Esta atividade impõe comportamentos, estabelece modas estéticas e dinamiza um setor importante da economia, liderado pelas indústrias de bens de consumo, além é claro, de incentivar a importação de produtos provenientes dos grandes centros de cultura de Paris, especialmente. (Deaecto, p.170, 2002)

A francesa foi um elemento precioso para a nossa “desbotocudização”, termo utilizado pelo escritor Hilário Tácito, pseudônimo de Toledo Malta, no romance Mme. Pommery (Haddad, p.13/14, 1952)

A francesa ensinou a envergar a casaca. Ensinou a tomar champagne. (...) Ensinou a conversar, coisa impossível a certa hora com as brasileiras mais ou menos analfabetas, que sabendo embora francês, ignoravam a arte da palestra. Com a francesa, a mulher brasileira aprendeu a ter gosto. A se maquilar. A se vestir. A comer com guardanapo, garfo e faca. (Haddad, p.14, 1952)

Os anúncios das casas comerciais que abundavam nos jornais e nos almanaques da Província comprovam a importância não só dos comerciantes de origem francesa como também de artesãos das mais variadas profissões: das cobiçadas modistas e chapeleiras aos mestres-cucas.

Tal influência não se restringia ao mundo da moda e da elegância. Nos últimos anos de século XIX, uma grande parte dos republicanos apropriou-se da simbologia francesa ligada à Revolução – Marianne, o barrete frígio, a Marselhesa e o vocabulário político, como a palavra cidadão (Vidal & Luca, p.11, 2009). Segundo José Murilo de Carvalho, não faltava quem manifestasse a esperança de que a monarquia caísse no ano do primeiro centenário da queda da Bastilha²⁰. (Carvalho, p.12, 1990)

O aumento do número de viajantes estrangeiros criou a necessidade do estabelecimento de restaurantes e hotéis e foram dois franceses, Charles e Fontaine “que desafiaram o tabu e abriram ao público as primeiras casas de pasto”. (Morse, p.12, 1950)

Logo em seguida surgiram os hotéis cujos proprietários eram Adolfo Dusser, Mme Lagrade e Lefrèvre,

este bom francês, e inexcusável “*maître d’hôtel*”, atraía ao seu modesto, mas, para o tempo, imponente estabelecimento, a aristocracia de São Paulo, que, por vezes, em

²⁰ Segundo Vidal (p.11, 2009), quem fazia essa pregação abertamente era o professor da Escola Normal Silva Jardim.

salas reservadas, realizava ali alegres ceiadadas. (Morse, p.12, 1950)

O comércio livreiro “está quase todo na mão dos franceses” (Viotti, p. 286, 2000) e a presença da Livraria Garraux, fundada em 1864, foi um marco dessa penetração, funcionando como importante centro difusor da cultura francesa na cidade.

Para Deaecto

“A ampla difusão do livro francês – fato comprovado no estudo dos catálogos da Casa Garraux, a maior livraria²¹ que a cidade conheceu no Oitocentos – é fruto da tradição, de uma longa tradição que vinha sendo fundada desde o final do setecentos, por uma elite intelectual (...). Tradição que molda não apenas as mentes como as sensibilidades, ao ponto de um intelectual constatar que as experiências vivenciadas nos livros não poderiam ser consubstanciadas senão em solo francês”. (Deaecto, p.25, 2005)

Nas bibliotecas particulares das famílias abastadas, era comum a presença de livros franceses, como na casa de Dona Maria Paes de Barros, que escreve em suas memórias

“Grandes e pequenos, todos no sobrado falavam francês. Também era nessa língua os livros didáticos, bem como os volumes das duas estantes que se viam na espaçosa sala de estudos (...).No afã de ilustrar os filhos, o Comendador Barros mandou vir da França uma boa coleção de obras para a mocidade: histórias, viagens e biografias de homens célebres. As mais velhas recebiam a Revista Popular, tão apreciada das famílias, e *L’Echo des Feuilletons*, publicação de novelas que as deliciavam com as façanhas dos heróis de Alexandre Dumas e as apaixonadas ternuras de Mme Cottin. Desses volumes maravilhosos, as pequenas só vislumbavam as gravuras, suspirando para que logo chegasse o tempo de lhes ser permitida tal leitura. (Barros, M. P., p. 14, 1998)

Prossegue a autora

Enquanto a gramática francesa era decorada a fundo, limitava-se o ensino do português a minguados estudos no pequeno volume da enciclopédia. (Barros, M. P., p. 14, 1998)

Os testemunhos acima chamam atenção para a não menos importante presença francesa na educação dos jovens da elite paulistana. Fundadores de várias instituições educacionais e trabalhando como preceptores e governantas, os educadores franceses exerceram, nas palavras de Viotti (p.293, 2000),

²¹ Segundo Deaecto, o termo livraria teve até a segunda metade do século XIX duplo sentido; o de loja de livro e coleção de livro.

“poderosa influência e atração”, sobre seus jovens pupilos. Na maioria das vezes, ministravam aulas em francês, proporcionando uma divulgação cada vez maior do idioma, do pensamento e dos livros.

E mesmo para ensinar outro idioma como o alemão era necessário lançar mão do francês, é o que nos conta Ina Von Binzer

Atravessamos penosamente a aula de alemão, sempre com o auxílio do francês que ainda é o melhor recurso, porque, quando começam a falar alemão, não entendo patavina. (Binzer, p.21, 1982)

Idêntico papel desempenharam os colégios e seminários fazendo com que os jovens, formados nestas condições, ficassem “para sempre ligados à França, intelectual e sentimentalmente”. (Viotti, p.294, 2000)

Tal ascendência ultrapassava a influência das governantas e os muros das instituições educacionais francesas para atingir a educação como de um modo geral, inspirando os currículos escolares e os livros didáticos, em geral traduções de manuais franceses²².

Em relação às idéias e inovações pedagógicas, vários autores franceses são apropriados pela elite intelectual nacional. Segundo Bastos (p.43, 2008), os intelectuais brasileiros buscavam nos franceses “o embasamento científico para o desenvolvimento da educação”. O que pode ser comprovado pela compra do acervo da Escola Normal de São Paulo, no ano de 1883.

2.2 Um diretor francês para a Escola Normal

Dentre as várias famílias francesas que aportaram no Brasil, uma nos interessa sobremaneira: a família Bourroul.

De origem provençal, chegaram ao Brasil, no grupo de franceses que migraram em meados do século XIX, dois irmãos, Camilo e Celestino Bourroul.

Os irmãos Bourroul chegaram ao Rio de Janeiro em 1839, lá permanecendo apenas um mês. Em outubro vieram para São Paulo e foram morar na Rua do Rosário, onde se instalaram como comerciantes: Celestino Bourroul abriu uma loja de tecidos e seu irmão, uma botica. (Bivar, p.89, 2007)

Emília Viotti nos lembra que

²² Ver Bittencourt, C. Livro didático e saber escolar (1810-1910).

Outra proeminência francesa nos anúncios dos jornais paulistanos da segunda metade do século XIX, a de remédios, elixires e drogas variadas. Não faltava a uma farmácia caseira o remédio de Le Roy, ou o Vinho Marsa – tônico do dr. Moucelot, da Faculdade de Medicina de Paris – ou a poção anti-reumática do dr. Vaumé. Esses remédios eram vendidos frequentemente em farmácias, em muitas das quais o farmacêutico como o muito apreciado Camilo Bourroul, eram franceses. (Viotti, p.290, 2000)

Por algum motivo, que pode ter sido o de pagar dívidas, Camilo vendeu ao irmão Celestino todos os pertences de sua Pharmacia Paulistana, em 1869. Incluindo as máquinas, utensílios, móveis de sala e alcova, já que trabalhava e morava na mesma Rua da Imperatriz, n.º.20. Mesmo após os trâmites de venda, que devem ter sido sob acordo familiar, Camilo continuou a figurar como farmacêutico em publicações e almanaques. (Bivar, p.172, 2007)

Em 1861, nosso boticário, Camilo Bourroul havia firmado contrato com a Província para iluminá-la com “azeite de resinoso fotogênico”, por 10 anos. Dizendo fornecer “luz mais viva, branca e de melhor densidade, oferecia 37 lâmpões” com os respectivos braços de ferro para serem colocados nas ruas e praças da cidade. Propôs também iluminar o interior do Palácio e da Tesouraria, totalizando “246 lâmpadas internas”, cujos modelos seriam trazidos da Europa. (Martins, p.460, 2003)

Esses franceses, difusores do *savoir faire* que tanto fascinava os brasileiros, estabeleciam, por meio de seus ofícios, um caminho de civilidade que passava necessariamente pela França (Bivar, p.195, 2007). Celestino e seu outro irmão Estevão, que era professor de francês, foram considerados por Ernani da Silva Bruno como “introdutores do bom-gosto na cidade”. (Bruno, p. 669, 1954)

Mas nem só de remédios e tecidos viviam os Bourroul. A loja de Celestino Bourroul “em 1873 era o centro das sumidades literárias e políticas, lentes, deputados, cônegos, figuras de escol do burgo provinciano, a sair de suas feições coloniais, com o incremento da evolução da academia de Direito de São Paulo”,²³

Os casamentos sofriam ingerência familiar, pois eram considerados como uma maneira de estabelecer laços sociais, financeiros e culturais (Bivar, p.301, 2007). Vide o casamento de Celestino Bourroul em São Paulo, no ano de 1847, com D. Rita Maria da Conceição Ramos, filha do capitão Joaquim José Ramos, de importante família paulista.

²³ Segundo Duílio Crispim Farina, “Franceses destacados”, citado no Dicionário de Famílias Brasileiras, P.520, v.1,

Já seu irmão, Camilo, casou-se em Nice, no dia 11 de fevereiro de 1854 com a francesa Mathilde Casson e desse enlace, nasceu Paulo Bourroul em 27 de janeiro de 1855.

Paulo Bourroul fez seus estudos elementares no Brasil e diplomou-se em medicina na Bélgica. Depois de formado, retornou ao Brasil onde prestou exame de proficiência na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e iniciou sua carreira médica.

Em fins de 1879 veio para São Paulo e no ano seguinte casou-se com uma prima, D. Sebastiana Bourroul, filha de seu tio Celestino, com quem teve dois filhos.

No ano seguinte, foi nomeado pelo então presidente da província Dr. Laurindo de Brito para exercer de forma interina a 2ª Cadeira (Gramática e Geometria), na recém-reaberta Escola Normal de São Paulo. Com a recusa do professor convidado para a 5ª cadeira (Francês, Física e Química), o Dr. Paulo deixou a 2ª Cadeira e assumindo a de Francês, Física e Química.

O professor da 1ª cadeira (Gramática e Língua Nacional) e Diretor da Escola Normal, Dr. Mamede de Freitas, deixou o cargo em 1882 para assumir uma vaga de professor substituto na Faculdade de Direito de São Paulo. A partir daí, o cargo de Diretor da Escola Normal de São Paulo passou a ser ocupado pelo Dr. Paulo Bourroul.

Sua passagem pela Escola Normal foi marcada por duas iniciativas importantes: a aquisição do laboratório de Física e Química e dos livros para a biblioteca da Escola. A intuição didática do professor foi destacada por J. L. Rodrigues em seu trabalho, já que sua viagem tinha propósitos particulares e ele “aproveitou” para a compra do laboratório e dos livros,

em princípios de 1881, (...) o Dr. Paulo Bourroul teve necessidade de fazer uma viagem à Europa, a negócios de sua família. Como o lente de Física e Química vinha insistindo sobre a necessidade dum laboratório para o ensino experimental das respectivas disciplinas, o Presidente da Província confiou-lhe o encargo da sua aquisição. O Dr. Paulo Bourroul comprou um laboratório igual aos das Escolas Normais da França, e como dos 6 contos de réis que levava para esse fim, restou alguma coisa, S. S. empregou o remanescente na compra de cerca de 200 volumes para o começo da atual biblioteca. Mesmo assim ainda pode restituir ao tesouro um saldo de mais de 600\$000. Coisa digna de nota: o Dr. Paulo Bourroul fizera a sua viagem no gozo de uma licença comum: em vez da comissão a que fazia jus pelo serviço prestado, teve ainda que sofrer o desconto correspondente ao período de sua licença. (Dias, p.149, 2002)

E ainda

A intuição didática do Dr. Paulo Bourroul ficou bem documentada no seu empenho em montar o laboratório de física e química, sem o qual não poderia fazer o ensino intuitivo e eficiente. De volta para São Paulo ele instalou esse laboratório num pavilhão anexo, com ampla chaminé, para assegurar o arejamento do recinto. (Rodrigues, 1930, p.126-127)

A imprensa da época destacou o propósito do professor Bourroul de comprar os equipamentos necessários para os laboratórios da Escola e assim torná-la moderna e parecida com as escolas européias, como apareceu no jornal “A Província de São Paulo” em 07/11/1882

Para a Europa – Seguiu hoje para a Corte com destino a Paris, onde vai demorar-se por algum tempo, em uso de licença concedida, o sr. dr. Paulo Bourroul, diretor e professor da escola Normal, e clínico nesta cidade. Leva também a comissão de comprar aparelhos necessários ao ensino de química e física naquela escola e mais alguns objetos para o ensino intuitivo. Deve estar de volta no princípio do ano próximo. Desejamos-lhe feliz viagem. (Dias, p.250, 2002)

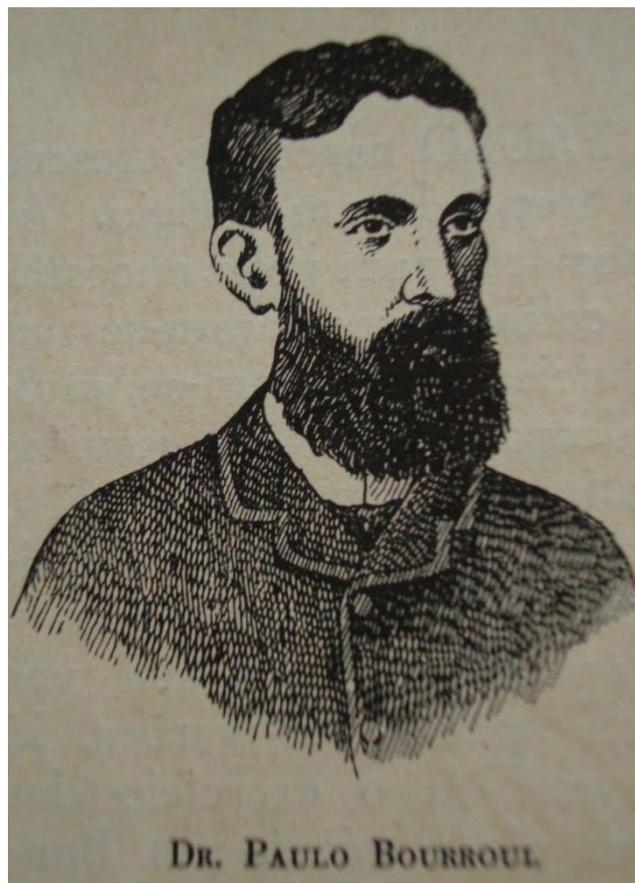


Figura 7. Desenho do Professor Paulo Bourroul ((Poliantéia, s.d)

Quando retornou, Dr. Paulo Bourroul publicou uma declaração no jornal “A Província de São Paulo”, na edição de 06 de março de 1883, explicando tanto sua viagem como as aquisições dos livros²⁴ e do laboratório de Física e Química

Tem-se escrito que o exmo. Sr. Conselheiro Soares Brandão cedeu apenas às minhas reclamações quando encarregou-me das compras dos instrumentos necessários para montar os laboratórios de física e química da Escola Normal. É meu dever retificar tal asserção. Meses antes que eu fosse chamado a dirigir a Escola, s. exc. dirigiu um ofício ao ilustrado Dr. Vicente Mamede de Freitas, então diretor, pedindo-lhe uma relação dos utensis e aparelhos necessários aos estudos da física e da química. Logo depois da minha nomeação, e na primeira entrevista que tive com s. exc. chamou minha atenção para a necessidade de o mais breve organizar o ensino prático dessas matérias. Por isso, ao tratar-se da minha viagem à Europa, ponderei a s. exc. que a ocasião parecia oportuna para a compra dos aparelhos. Imediatamente o Sr. Conselheiro Soares Brandão oficiou-me encarregando-me não só da compra dos instrumentos como também da de obras pedagógicas destinadas a biblioteca, e o do estudo da organização de um museu pedagógico, que s. exc. pretendia anexar à Escola. Tal foi todo esse negócio a minha intervenção. Faço esta declaração já para restabelecer a verdade dos fatos, já para evitar comentários errôneos e equívocos. (Dias, p. 250-251, 2002)

Enquanto esteve à frente da Escola Normal, o professor Bourroul participou intensamente da vida docente da Província. Sua presença era freqüente em bancas examinadoras de concursos e de encerramento de atividades em escolas primárias, públicas e privadas. Participou ainda, junto a outros professores da Escola Normal, da Diretoria Provisória do Liceu de Artes e Ofícios, ministrando aulas de química.

Sua participação em várias atividades, e ainda sem abandonar sua clínica médica que funcionava na Rua da Imperatriz, n° 18 (Jornal “Monitor Católico”, 02/11/1879), o deixou sobrecarregado.

No dia 12 de janeiro de 1884, em carta dirigida ao Presidente da província Barão de Guajará, o Dr. Paulo Bourroul pediu exoneração dos cargos de professor da 5ª Cadeira e de diretor da Escola Normal, para ocupar o posto de médico da Fábrica de Ferro do Ipanema.

²⁴ Esta iniciativa de compra de livros para a montagem de uma biblioteca para a Escola Normal não foi a primeira. Consta em documentação depositada no Arquivo do Estado de São Paulo que no período de 1875 a 1878, a chamada segunda fase da Escola Normal de São Paulo, alguns professores solicitaram e obtiveram autorização para o mesmo propósito.

Para Rodrigues

Sua passagem pela Escola Normal ficou assinada pela instalação do Laboratório de Física e Química e pelo começo da Biblioteca. Homem de cultura e com ascendência pessoal, sua direção, embora curta, constitui uma época de real progresso para nosso mais antigo instituto de ensino normal. (p. 126-27, 1930)

Com o advento da República, o Dr. Paulo Bourroul fez parte da organização do Serviço Sanitário na gestão do Dr. Cesário Motta, permanecendo nessa instituição durante as administrações de Sérgio Meira e Emílio Ribas, “secundando em São Paulo os esforços de Oswaldo Cruz no combate à febre amarela (...) e na campanha de vacinação preventiva contra a varíola”. (“Poliantéia”, 1948)

Ressaltando o aspecto humanista do Dr. Bourroul, o “Poliantéia” diz que

Ao mesmo tempo em que servia como médico no Serviço Sanitário, o Dr. Paulo Bourroul mantinha uma clínica exclusivamente para os pobres, à qual dedicou muitos anos da sua laboriosa e edificante existência.

O professor Paulo Bourroul faleceu em São Paulo, aos 86 anos, em 30 de setembro de 1941. No ano seguinte, o Secretário da Educação, atendendo a solicitação da Diretoria da Escola



Figura 8 Biblioreca na Paulo Bourroul, Escola Normal Caetano de Campos (Poliantéia, s.d)

Caetano de Campos, a antiga Escola Normal de São Paulo, batizou a biblioteca da escola com o nome de seu antigo professor e diretor.



Figura 9 Biblioteca Paulo Bourroul, na FEUSP. (2010)

2.3 Uma biblioteca francesa na Escola Normal

Em ofício ao então presidente da província Francisco de Carvalho Soares Brandão, datado de 25 de outubro de 1882, o diretor da Escola Normal de São Paulo, Dr. Paulo Bourroul, acusou o recebimento de verba e de autorização para a compra dos “aparelhos necessários para o ensino de Física e Química para a Escola Normal, das obras pedagógicas²⁵ para a Biblioteca da mesma Escola e do estudo da organização de um Museu Pedagógico”. (Bourroul, 1882)

De Paris²⁶, em 10 de janeiro de 1883, Paulo Bourroul enviou uma carta ao mesmo Francisco

²⁵ Uma das possíveis indicações para a formação deste acervo, segundo Marta Carvalho, foi o contato do professor Paulo Bourroul com o *Catalogue des Bibliothèques des Écoles Normales*, proposto pelo então Ministro da Educação francesa, Jules Ferry. A instrução normativa que instituiu o catálogo dos livros que deveriam compor o acervo das bibliotecas das Escolas Normais francesas foi elaborado em 1882, coincidindo com a viagem de Paulo Bourroul. (Carvalho, p.36, 2007), mas só foi publicado no ano seguinte.

²⁶ Segundo Deaecto, (p.246, 2005), a economia do livro nutre-se da circulação dos pequenos e grandes circuitos que permitem que os livros cheguem ao leitor. Ela nos lembra que por razões ligadas à questões técnicas e econômicas, a capital francesa se firmou como o maior centro produtor e exportador de livros na Europa.

Soares Brandão relacionando o conteúdo das caixas que seriam remetidas ao Brasil, constando a lista dos livros, mapas e material para o laboratório de Física e Química.

O Professor Paulo Bourroul adquiriu em sua viagem 122 títulos que contemplavam todas as cadeiras, exceto a 1ª, de Gramática e Língua nacional²⁷.

Para Bastos,

esse quadro explica (...) a utilização de autores e obras escolares editados no estrangeiro, destinados a todos os níveis de ensino, especialmente em língua francesa, oriundas da França e da Bélgica. O estudo da influência da literatura didática francesa, significativa e de longa duração, é uma primeira aproximação com o tema, tendo em vista que, para Choppin (2002), essa literatura é um “*instrumento de pesquisa complexo e que a análise de seus conteúdos é indissociável da de seus usos, reais ou supostos*”. (p.45, 2008)

Relacionamos abaixo os livros trazidos pelo professor Paulo Bourroul²⁸, de acordo com cada cadeira.

Para as disciplinas da 2ª cadeira, Aritmética e Geometria, foram adquiridos os seguintes itens:

- 1- *Aritmétique*, de Sylvestre François Lacroix
- 2- *Algèbre*, de Sylvestre François Lacroix
- 3- *Géométrie*, de Sylvestre François Lacroix
- 4- *Géométrie*, de Adrien-Marie Legendre.

Para as disciplinas da 3ª cadeira, Elementos de Cosmografia, Geografia e História, foram adquiridos os seguintes itens:

- 1- *Atlas de Géographie contenant 94 cartes*, de Eugène Cortambert
- 2- *Dictionnaire de biographie et d'histoire*, de Louis Charles Dezobry e Théodore Bachelet,

²⁷ Para realizar a correção dos títulos dos livros, a lista manuscrita pelo professor Paulo Bourroul foi cotejada com o Catálogo Provisório da Bibliotheca da Escola Normal de São Paulo, publicado no relatório apresentado ao presidente da província no ano de 1884, no site do *Institute de Recherches Pedagogique* (INRP) e no *Google Books*.

²⁸ Cabe informar que esta relação foi baseada na lista dos livros manuscrita pelo Prof. Bourroul.

- 3- *Supplément au Dictionnaire*, de Dezobry et Bachelet
- 4- *Histoire de l'Amérique du Sud*, de Alfred Joseph Deberle,
- 5- *Histoire du peuple suisse*, de Karl Dändliker,
- 6- *Histoire sainte*, de Victor Duruy
- 7- *Histoire grecque*, de Victor Duruy
- 8 - *Histoire romaine*, de Victor Duruy
- 9 - *Histoire du moyen-âge*, de Victor Duruy
- 10- *Histoire des temps modernes*, de Victor Duruy
- 11- *Histoire de France*, de Victor Duruy, 2 vols.
- 12- *Histoire de l'Angleterre*, de Jules Auguste Fleury,
- 13- *L'homme primitif*, de Louis Figuier
- 14- *Les races humaines*, de Louis Figuier
- 15- *La terre et les mers*, de Louis Figuier
- 16- *Les vies des savants illustres*, de Louis Figuier:
- 17- *Histoire de L'Empire Ottoman*, de La Jonquière,
- 18- *Histoire de L'Autriche-Hongrie*, de Louis Leger,
- 19- *Histoire ancienne des peuples de l'Orient*, de Gaston Maspero,
- 20- *La terre et l'homme*, de Louis-Ferdinand Alfred Maury,
- 21- *Histoire de la Russie*, de Alfred Nicolas Rambaud,
- 22- *Histoire de l'Espagne*, de Hemile Reynald
- 23- *Histoire resumée de l'Italie*, de Jules Zeller.

Para as disciplinas da 4ª Cadeira, Pedagogia, Metodologia, Instrução Religiosa e Cívica, foram adquiridos os seguintes itens:

- 1- *L'école*, de Jules Simon,
- 2- *Direction morale pour les instituteurs*, de Théodore-Henri Barrau,
- 3- *Excursions Pédagogiques*, de Michel Bréal
- 4- *Quelques mots sur l' instruction publique en France*, de Michel Bréal
- 5- *Questions d'enseignement*, de Ernest Bersot
- 6- *Conseil d'enseignement*, de Ernest Bersot
- 7- *L' instruction civique à l'école*, de Paul Bert
- 8- *Leçons des choses*, de Emile Bouant
- 9- *Conférence pédagogiques faites aux instituteurs en 1880*

- 10-*Congrès pédagogiques des instituteurs en France (1881)*
- 11-*Cours de pédagogie*, de Michel Charbonneau,
- 12-*Pédagogie des travaux à l'aiguille*, de Mme. Pauline Cocheris
- 13-*Histoire critique des doctrines de l'éducation en France*, de Gabriel Compayré, 2vols.
- 14- *Exercices et travaux pour les enfants selon la méthode et les procédés de Pestalozzi et de Froebel*, de Fanny Ch. Delon e M. Delon,
- 15- *L'éducation nouvelle*, de Edmond Dreyfus-Brissac
- 16- *L'éducation de l'homme*, de Fredrich Froebel
- 17- *L'éducation physique des filles*, de Jean-Baptiste Fonssagrives,
- 18- *L'éducation physique des garçons*, de Jean-Baptiste Fonssagrives
- 19-*Traité de l'éducation des filles*, de Francois Fénelon
- 20- *La réforme d'enseignement en France*, de Th.Ferneuil,
- 21- *Pédagogie pratique*, de Théodore Garsault
- 22-*Méthode Froebel: Le jardin d'enfants dons et occupations, à l'usage des mères de famille, des salles d'asile et des écoles primaires*, de Herman Goldammer
- 23- *Quelques réformes dans les écoles primaires*, de Jules Hayem
- 24- *Cours de moral des écoles primaires*, de P. Janet
- 25- *Cours de morale des écoles normales*, de P. Janet
- 26- *Études de pédagogie morale*, de E. Labbé
- 27- *Leçons de psychologie appliquée à l'éducation*, de Henri Marion
- 28- *Instruction publique en Italie*, de Célestin Hippeau
- 29-*Instruction publique en Allemagne*, de Célestin Hippeau
- 30- *Intruction publique en Angleterre*, de Célestin Hippeau
- 31-*Instruction publique en Argentine*, de Célestin Hippeau
- 32- *Instruction publique dans les États-Unis*, de Célestin Hippeau
- 33-*Instruction publique dans les États du Nord*, de Célestine Hippeau
- 34- *Instruction publique en France*, de Célestin Hippeau
- 35- *Instruction publique en Russie*, de Célestin Hippeau
- 36- *Conférence de Pédagogie*, de Louis Mariotti
- 37- *L'école Froebel*, de Octavie Masson
- 38- *Conseils sur la direction des salles d'asile*, de Marie Pape-Carpantier
- 39- *Études sur la vie et les travaux de J. H. Pestalozzi*, de Phillibert Pompée
- 40- *Plan d'études et programmes pour l'enseignement en France*, 1 lr

- 41- *L'école primaire: cahiers de pédagogie d'après les principes de Pestalozzi*, de Jules Paroz
- 42- *L'enseignement élémentaire: plan d'études et leçons de choses pour des enfants de six à neuf ans*, de Jules Paroz
- 43- *Hygiène scolaire influence de l'école sur la santé des enfants*, de Aimé Riant
- 44- *Pédagogie à l'usage de l'enseignement primaire*, de Paul Rousselot
- 45- *La pédagogie féminine: extraite des principaux écrivains qui ont traité de l'éducation des femmes depuis le 16e siècle*, de Paul Rousselot
- 46- *L'école primaire et la pédagogie élémentaire*, de Paul Rousselot
- 47- *L'enseignement civique à l'école normale*, de Henri Rozy
- 48- *Émile ou l'éducation*, de Jean-Jacques Rousseau
- 49- *Les écoles publiques, construction et installation en Belgique et en Hollande*, de Felix Narjoux
- 50- *Règlement pour la construction des écoles en Suisse*, de Félix Narjoux
- 51- *Construction des écoles primaires et des salles des asiles*, de Félix Narjoux
- 52- *Construction des écoles normales*, de Félix Narjoux
- 53- *Manuel d'enseignement primaire*, de Eugène Rendu
- 54- *La science de l'éducation*, de Alexandre Bain
- 55- *De l'éducation*, de Herbert Spencer
- 56- *Leçons des choses*, de Charles Saffray, 2 vols.
- 57- *Lettres sur la profession d'instituteurs*, de Augustin François Théry
- 58- *Nouvelles lettres*, de Augustin François Théry
- 59- *Dictionnaire de pédagogie et d'instruction primaire* de Ferdinand Buisson, 2 vols.
- 60- *Conférence sur les devoirs des instituteurs primaires*, 2vols., de Charles August Salmon
- 61- *10 volumes de la Revue Pédagogique. Collection 1878 à 1882 inclus*
- 62 – *Quelques mots sur l'école*, de Michel Bréal
- 63- *Pensées sur l'éducation*, de John Locke
- 64- *Manuel des jardins d'enfance*, de Jacobs
- 65- *Leçon d'hygiène*, de Pecault
- 66- *Traité des études*, de Rollin
- 67- *Pédagogie*, de Vincent
- 68- *Organisation et plan d'études des écoles*

- 69- *Plan d'étude des écoles normales*
- 70- *Éducation intermédiaire*, de Marc Girardin
- 71- *Histoire de la pédagogie*, de Jules Paroz
- 72- *Écoles maternelles*, de Marie Matrat
- 73- *L'éducation dès les berceaux*, de Bernard Perez

Para as disciplinas da 5ª Cadeira, Gramática e Língua Francesa, Noções de Física e Química, foram adquiridos os seguintes itens:

- 1- *Physique*, de Edmond-Jean Langlebert
- 2- *Chimie*, de Edmond-Jean Langlebert,
- 3- *Leçons élémentaires de chimie moderne*, de Charles Adolphe Wurtz,
- 4- *Physique*, de Adolphe Ganot
- 5- *Histoire de la littérature française*, de Jacques Demongeot,
- 6- *Grammaire de la langue française*, de Pierre Auguste Lemaire.

Classificados como Obras gerais, temos:

- 1- *Dictionnaire des sciences*, de Marie-Nicolas Bouillet,
- 2- *Histoire des littératures étrangères*, de Jacques Demongeot, 2vols
- 3- *Histoire de la littérature italienne*, de Louis Étienne,
- 4- *Les grandes inventions modernes*, de Louis Figuier,
- 5- *Astronomie populaire*, de Camille Flammarion,
- 6- *Zoologie*, de Paul Gervais,
- 7- *Cours de philosophie*, de Henry Joly,
- 8- *Histoire naturelle*, de Jean Langlebert,
- 9- *Manuel de gymnastique à l'usage des écoles*,
- 10- *Histoire de la littérature grecque*, de Alexis Pierron
- 11- *Histoire de la Littérature romaine*, de Alexis Pierron
- 12- *Géologie*, de Charles Vélain.
- 13- *Histoire naturelle*, de J. Langlebert
- 14- *La plante: botanique simplifiée*, de Grimard
- 15- *Connais-toi, toi-même: notions de psychologie*, de Louis Figuier
- 16- *Programmes divers*, 8 lrs

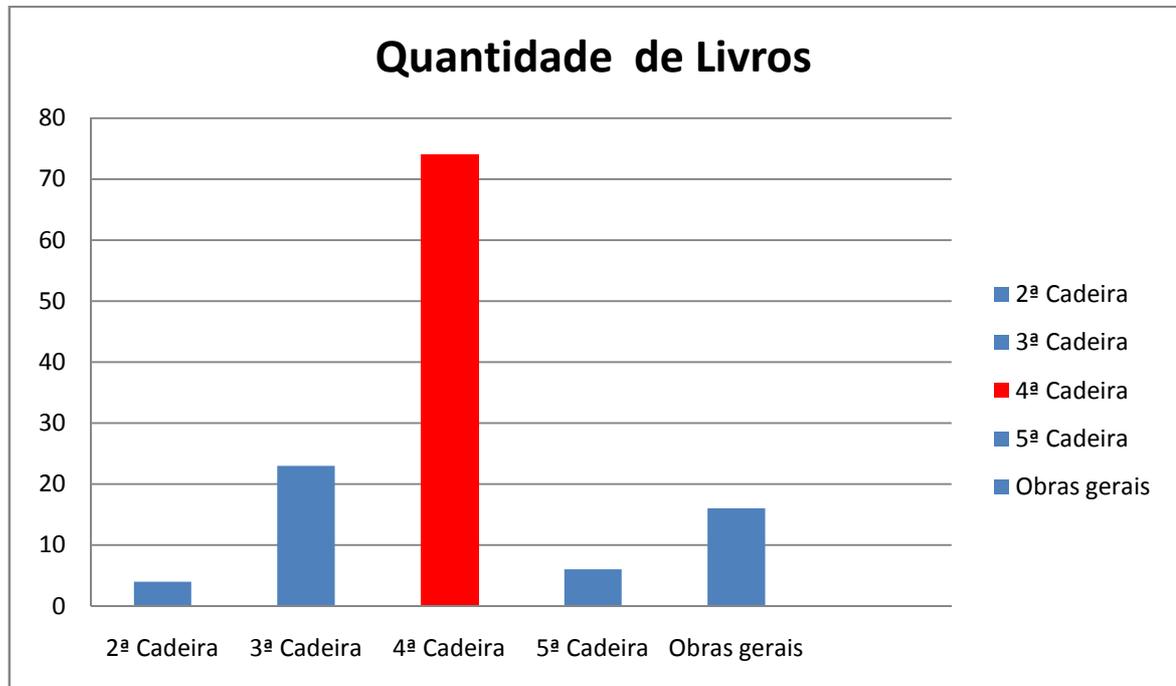
Além dos livros e do material para o laboratório de físico-química, o professor Paulo Bourroul também adquiriu:

- 1- Sete caixas com material necessário para Lição de coisas,
- 2- Mapas: da Europa, da Ásia, da África, América e Oceania e Mundi
- 3-Quadros cosmográficos de Antoine Guillemin: estrelas e nebulosas, planetas e cometas, o sol a terra e a lua.
- 4- Quadro sinóptico para trabalho de agulha de Mme. Cocheris

É nítida a preocupação do professor Paulo Bourroul com a questão da formação dos professores, já que a maiorias dos títulos adquiridos por ele são para a 4ª Cadeira, como demonstra a tabela abaixo

Disciplinas	Quantidade de Títulos	%
2ª Cadeira	4	3,28
3ª Cadeira	23	18,85
4ª Cadeira	73	59,84
5ª Cadeira	6	4,99
Obras gerais	16	13,11
Total	122	100

Gráfico demonstrativo da quantidade dos títulos adquiridos distribuídos segundo as respectivas cadeiras



Na Biblioteca Paulo Bourroul, que atualmente se encontra na Faculdade de Educação da USP, não foram localizados todos os livros que constam da lista trazida pelo Professor Paulo Bourroul para a 4ª Cadeira, Pedagogia e Metodologia. Os 128 anos de sua aquisição, as mudanças a que foram submetidos e o fato de nunca terem recebido um tratamento adequado no que diz respeito a sua preservação e controle, provavelmente contribuíram para a perda de parte de seu precioso acervo.

Dos 73 títulos comprados pelo professor Paulo Bourroul para a 4ª Cadeira, localizamos 40 livros e uma revista:

1-*Histoire critique des doctrines de l'éducation en France depuis le seizième siècle* par Gabriel Compayré (professeur de Philosophie à la Faculté des Lettres de Toulouse) Troisième édition. Paris: Librairie Hachette et Cie ,1881. 2 vols

2- *Leçons de psychologie appliquée à l'éducation* par Henri Marion (Docteur des Lettres. Professeur de Philosophie au Lycée Henry IV. Membre du Conseil Supérieur de l'Instruction Publique). Deuxième édition. Paris: Librairie Classique Armand Colin et Cie, 1882.

3- *Conférence de pédagogie. Manuel des élèves-maîtres et des instituteurs* par L. Mariotti (Directeur de l'École Normale de Versailles) Cinquième édition, Revue et augmentée. Paris: Librairie Hachette et Cie, 1881.

4- *Leçons des choses: enseignement basé sur l'étude d'objets divers et propres à inculquer des notions utiles à développer l'intelligence et à former le langage parlé et écrit* par Jules Paroz (Directeur d'École Normale) Quatrième édition. Paris: Librairie Sandoz et Fischbacher, 1881.

5- *L'éducation dès les berceaux: essai de pédagogie expérimentale* par Bernard Perez. Paris: Librairie Germer Baillière et Cie, 1880.

6- *La réforme de l'enseignement public en France: et les nouveaux programmes adaptés par le Conseil Supérieur de l'Instruction Publique* par Th. Ferneuil. Deuxième édition revue et augmentée. Paris: Librairie Hachette et Cie. 1881.

7- *Manuel pratique des jardins d'enfants de Frédéric Froebel* par J.-F. Jacobs (Ancien élève de l'École Normale de l'État à Liège, Directeur des Écoles Communales de Saint-Josse- Ten-Noode) Quatrième édition revue et augmentée. Paris: Librairie G. Fischbacher, 1880.

8- *Lettres sur la profession d'instituteur* par A. Théry (Inspecteur général honoraire de l'Instruction Publique) Septième édition. Paris, Librairie Ch. Delagrave, 1882.

9- *Quelques mots sur l'instruction publique en France* par Michael Bréal (professeur au Collège de France, Membre de l'Institut). Deuxième édition. Paris: Librairie Hachette et Cie, 1879.

10- *Excursions pédagogiques: un voyage scolaire en Allemagne* par Michael Bréal (Membre de l'Institut). Paris: Librairie Hachette et Cie, 1882.

11- *Écoles primaires et salles d'asiles. Construction et installation. À l'usage de MM. les Maires, Députés Cantonaux et Membres de l'enseignement primaire* par Félix Narjoux (Architecte de la Ville de Paris). Paris: Librairie Ch. Delagrave et Librairie Vv E. Movel et Cie., 1879.

12- *Les écoles publiques construction et installation en Suisse.* Documents officiels, services intérieurs et extérieurs – Bâtiments scolaires, mobiliers scolaires – services annexes. Par Félix Narjoux (Architecte de la ville de Paris). Paris: Ve. Morel et Cie, Libraires- Éditeurs. 1879.

13- *Les écoles normales primaires*. Construction et installation par Félix Narjoux (Architecte de la Ville de Paris). Paris: Librairie Ch. Delagrave et Librairie Vv E. Mobil et Cie., 1880.

14- *Émile ou de L'éducation* par Jean-Jacques Rousseau (Extraits comprenant les principaux éléments pédagogiques des trois premiers livres avec une introduction et des notes par Jules Steeg). Troisième édition. Paris: Librairie Hachette et Cie. 1882.

15- *L'instruction publique dans l'Amérique du Sud (République Argentine)*. Enseignement primaire, enseignement secondaire, enseignement supérieur par C. Hippeau (Professeur honoré par Faculté, Secrétaire du Comité des Travaux Historique et des Sociétés Savants (section d'Histoire et de Philosophie). Paris: Librairie Académique. Didier et Cie, Libraires Éditeurs, s.d.

16- *L'instruction publique en Angleterre* par C. Hippeau. Paris, Librairie Académique. Didier et Cie, Libraires Éditeurs, 1872.

17- *L'instruction publique en Allemagne*. Salles d'asiles (Kindergarten), Écoles Realschulen, Gymnases. Universités. Écoles spéciales par C. Hippeau. Paris: Librairie Académique, Didier et Cie, Libraires Éditeurs, 1873.

18- *L'instruction publique en Italie* par C. Hippeau. Professeur honoré par Faculté, Secrétaire du Comité des Travaux Historiques et des Sociétés Savants (Section d'Histoire et de Philologie). Paris: Librairie Académique Didier et Cie, Libraires Éditeurs. 1875.

19- *L'instruction publique dans les États du Nord (Suède-Norvège-Danemark)* par C. Hippeau. Professeur honoré par Faculté, Secrétaire du Comité des Travaux Historiques et des Sociétés Savants (Section d'Histoire et de Philologie). Paris: Librairie Académique Didier et Cie, Libraires Editeurs. 1876.

20- *L'instruction publique en Russie* par C. Hippeau. Professeur honoré par Faculté, Secrétaire du Comité des Travaux Historiques et des Sociétés Savants (Section d'Histoire et de Philologie). Paris: Librairie Académique Didier et Cie, Libraires Editeurs. 1878.

21- *L'instruction publique en France pendant la révolution*. Discours et rapports de Mirabeau, Talleyrand-Périgord, Condorcet, Lanthenas, Romme, Le Peletier, Saint-Fargeau, Calès, Lakanal, Daunou et Fourcroy publiés par C. Hippeau. Paris: Librairie Académique Didier et Cie, Libraires Éditeurs. 1882.

22- *L'école Froebel* histoire d'un jardin d'enfants simple récits pour servir de guide aux mères de famille & aux institutrices des écoles gardiennes et des salles des asiles par Octavie Masson. Paris: Librairie Sandoz & Fischbacher, 1880.

23- *Cour d'hygiène* par le Dr. Elie Pécaut. Paris: Librairie Hachette et Cie. 1882.

24- *Quelques pensées sur l'éducation* par John Locke. Traduction nouvelle avec préface et commentaires par Gabriel Compayré. Paris: Librairie Hachette et Cia, 1882.

25- *Pédagogie pratique*, simples conseils aux maîtres par T. Garsault (Inspecteur de l'instruction primaire, officier de l'instruction publique). Paris: Librairie Classique de Ch. Fouraut et fils. 1882.

26- *L'école* par Jules Simon. Quatrième édition. Paris: Librairie Internationale A. Lacroix, Verboeckhoven & Cie, Éditeurs. 1863.

27- *Leçons des choses*. Récits et lectures sur les sujets indiqués pour la classe préparatoire par les programmes du 2 août de 1880. A usages des élèves de la classe préparatoire des Lycées des élèves des écoles primaires et de tous les enfants de 8 à 12 ans par Émile Bouant, Ancien élève de l'École Normale Agrégé des Sciences Physiques, professeur au prytanée militaire. Troisième édition ornée des nombreuses vignettes. Paris: imprimerie et librairie classiques.

28- *Conseil d'enseignement*, de philosophie et de politique par Ernest Bersot, membre d'Institut, directeur d'École Normale Supérieure. Paris, Librairie Hachette et Cie, 1879.

29- *Questions d'enseignement*, études sur les réformes universitaires par Ernest Bersot (Ancien directeur de l'École Normale Supérieure. Paris: Librairie Hachette et Cie. 1880.

30- *L'éducation d'homme* par Frédérick Froebel (Traduit de l'allemand par la Baronne de Chombrucche. Deuxième Édition par le portrait de Froebel. Paris: Fischebacher, Libraires-Éditeurs, 1881.

31- *L'éducation physique des filles* ou avis aux familles & aux instituteurs sur l'art de diriger leur santé et le développement par J.-B. Fonssagrives, professeur d'hygiène à la Faculté de Montpellier. Paris. Delagrave et Cie, Librairies-éditeurs, Quatrième Édition, 1881.

32- *L'éducation physique des garçons* ou avis aux familles & aux instituteurs sur l'art de diriger leur santé et le développement par J.-B. Fonssagrives, professeur d'hygiène à la Faculté de Montpellier. Paris. Delagrave et Cie, Librairies-éditeurs, 1870.

33- *De l'instruction intermédiaire et de ses rapport avec l'instruction secondaire*, par M. Saint-Marc Girardin, député. Nous avons pensé qu'en matière d'instruction publique surtout il s'agit plutôt de regulariser et améliorer ce qui existe que de détruire pour inventer et renouveler sur la foi de théories hasardeuses (M. Guizot, exposé des motifs du projet de loi sur l'instruction primaire en 1833). Paris: Imprimerie et librairie classiques de Jules Delalain, imprimeur de l'Université Royale de France. 1847.

34- *L'éducation nouvelle: études de pédagogie comparée* par Edmond Dreyfus-Brisac. Rédacteur en chef de la Revue Internationale de l'Enseignement. Paris: G. Masson. Éditeur. Librairie de l'Académie de Médecine. 1882.

35- *Histoire Universelle de la Pédagogie* renfermant les systèmes d'éducation et les méthodes d'enseignement des temps anciens et modernes, les biographies de tous les pédagogues célèbre, le développement progressif de l'école, depuis le moyen-âge jusqu'à nos jours, la comparaison et la caractéristique des pédagogies anglaise, allemande et française, etc, etc. dédiée aux élèves des écoles normales, aux instituteurs, aux chefs d'instruction et aux autorités scolaires par Jules Paroz, directeur d'École Normale, Cinquième Éditions, revue, corrigée et augmentée. Paris, Librairie Ch Delagrave, 1883.

36- *Cours théorique et pratique de pédagogie* par Michael Charbonneau, directeur d'École Normale de Melun, officier d'instruction publique. Onzième Édition, revue et corrigée, précédé d'une introduction par M. J.-J. Rapet, inspecteur général honoraire de l'enseignement primaire. Paris: Librairie Ch. Delagtave. 1882.

37- *Méthode intuitive*. Exercices et travaux pour les enfants selon les méthode et les procédés de Pestalozzi et de Froebel par Mme Fanny Ch. Delon, directrice d'une école professionnelle à Paris et Ch. Delon, licencié en sciences. Troisième édition. Paris: Librairie Hachette et Cia, 1882.

38- *Conférences pédagogiques* de Paris en 1880. Rapports et procès verbaux. Librairie Hachette et Cie, s.d.

39- *De l'éducation* par Herbert Spencer. Édition populaire. Deuxième tirage. Paris: Librairie Germer Baillièrre et Cie.

40- *Revue Pédagogique* publiée sous les auspices et avec la collaboration des membres de l'Institut, professeurs, et inspecteurs de l'enseignement public, directeurs d'écoles normales et

instituteurs libres. Directeur M. Ch. Hanriot, agrégé des classes supérieures, docteurs en Lettres, anciens professeurs de faculté, inspecteurs honoraire d'academie. Premier et second semestre 1878. Paris, Librairie Ch. Delagrave. 1878.

41- *Dictionnaire de Pédagogie* d'instruction primaire publié sur la direction de F. Buisson, agrégé de l'Université, inspecteur général d'enseignement primaire. Avec le concours d'un grand nombre de collaborateurs, membres de l'Institut, publicités, fonctionnaires de l'instruction publique, inspecteurs, professeurs et instituteurs de France et de l'étrangers. Paris: Librairie Hachette et Cie, 1882. 2 vol

Capítulo 3 - O caminho dos livros e a viagem das idéias pedagógicas

Pode-se fazer tudo pela escola, pelo liceu ou pela universidade; se depois faltar a biblioteca, nada será feito

Jules Ferry

O Regulamento da Escola Normal, expedido em 30 de junho de 1880, previa a existência de uma biblioteca “composta de livros dos melhores escriptores sobre as diversas matérias do ensino normal e dos livros de Sciencias, Historia, Viagens, Literatura, Artes e Officios” (Artigo 134°).

Segundo este mesmo Regulamento, a 4ª Cadeira Metodologia, Pedagogia, deveria compreender “exercícios de Intuição e Doutrina christã” (Artigo 4°). Ministrada a partir do segundo ano, compreenderia além dos exercícios de intuição e Doutrina christã, “a exposição dos systemas e processos especiaes de communicar a instrução primaria, e dos preceitos de educação physica, intellectual e moral. Esta ultima será sempre exposta debaixo do ponto de vista da moral christã, sendo, portanto esses estudos acompanhados do da Doutrina christã.” (Artigo 5°). No terceiro ano, seria “revista de toda a matéria estudada, especialmente os methodos de ensino, fazendo-se applicações praticas e exercicios de intuição; regras de educação civil, acompanhadas do conhecimento de todos os artigos da Constituição Politica do Imperio”. (Artigo 5°).

O Regulamento também previa, em seu artigo 6°, “exercícios práticos” nas salas anexas, acompanhados pelo professor de Pedagogia e pelo responsável pelas salas anexas, para “applicação das regras que devem ser observadas na practica dos methodos”.

As obras que deveriam constar no acervo da Biblioteca são colocadas de maneira bastante genérica e nenhum título é indicado de forma explícita. Além da ênfase na “doutrina christã”, só os “exercícios de intuição” e “métodos de ensino” são mencionados. Porém, ao observarmos os títulos percebemos que alguns temas nortearam a formação deste acervo. Realizamos então um mapeamento das idéias pedagógicas que circulavam naquele momento, tecendo uma relação entre elas e o conjunto dos livros adquiridos para a 4ª Cadeira, procurando assim, conhecer os modelos indicados para a formação dos professores da Escola Normal de São Paulo naquele período.

Compartilhamos com Diana Vidal a idéia de que “o século XIX no que diz respeito à constituição de modelos escolares pode ser pensado a partir da circulação de pessoas, objetos e modelos pedagógicos entre a Europa e as Américas (Vidal, p.37, 2009). A reflexão sobre a produção, circulação e consumo de bens culturais nos ajudam a pensar sobre as imbricações, as circularidades e os intercâmbios representados pelos livros comprados pelo professor Paulo

Bourroul e sua recepção na Escola Normal da então província de São Paulo, adensando assim nossa compreensão sobre o que eles significaram para a formação dos professores naquele período. Pois, de acordo com Correia & Peres “o processo de circulação dessas obras entre comunidades e países, importação e normalização desde os títulos até o léxico utilizado, tem lugar a transferência de sentidos e conotações que vão gerando descontinuidades e discrepâncias não redutíveis a simples adaptações, mas que apelam a uma utilização ampla do conceito de tradução.” (Bastos, p.162, 2009).

Mais do que transplante cultural, as soluções trazidas de outros países para o Brasil foram objeto de interpretação e para Vidal (p.42, 2009), “o que desponta são os indícios das apropriações operadas”.

Alguns documentos consultados chamam nossa atenção para “a intuição didática” do professor Paulo Bourroul, no que diz respeito à aquisição da bibliografia para a Escola Normal, porém pretendemos atribuir a ele outro papel: o de mediador cultural²⁹. Segundo Maria Lucia Pallares-Burke “a recepção de uma cultura por outra exige, pois, que ela seja traduzida por um intermediário” (Pallares- Burke, p.14, 1996).

Neste sentido

Pensar esses sujeitos sociais, esses viajantes da segunda metade do século XIX, como a própria indústria escolar, na qualidade de mediadores culturais impõe um duplo desafio: perceber o esforço consciente que realizaram de tornar “o outro” compreensível e reconhecer a existência de processos não conscientes operados pelo hibridismo de culturas. (Vidal, p.42, 2009)

Trabalhando nas fronteiras, ou seja, na passagem de uma cultura a outra - a cultura pedagógica francesa expressa nos livros e a brasileira - o acervo da Biblioteca da Escola Normal de São Paulo nos leva a reconhecer que as “práticas culturais não são puras, mas se constituem como um meio para que os sujeitos se situem frente à heterogeneidade de bens e mensagens de que dispõe nos circuitos culturais”. (Vidal, p.43, 2009)

A viagem do professor Paulo Bourroul se deu no contexto político de restauração da Terceira República Francesa e a criação da escola primária, concretizada em 1882. Neste momento foi instituída, entre outras coisas, a laicidade dos programas e a obrigatoriedade do ensino, dando

²⁹ Para o conceito de mediação cultural consultar Clifford Geertz (1989) e Marshall Sahlins (2006).

seqüência à lei da gratuidade da escola, decretada em 1881, como parte do movimento de reorganização do sistema nacional de ensino francês.

Neste período, o ministro da Instrução Pública, Jules Ferry, toma várias iniciativas para criar e fomentar bibliotecas escolares por toda a França³⁰, colocando especial ênfase nas bibliotecas para as Escolas Normais, criando inclusive um catálogo de obras que deveriam integrar o acervo das bibliotecas desta instituição.

A adoção de livros escolares franceses faz parte de um projeto de expansão do mercado editorial e livreiro, mas também de universalização de uma cultura escolar identificada com a modernidade. Compreendendo assim a viagem das idéias pedagógicas, das práticas educativas e escolares inserida em padrões consistentes da modernidade e da modernização almejadas pela sociedade brasileira. (Bastos, p.106 2002)

No final do oitocentos a escola popular foi elevada à condição de redentora da nação e de instrumento de modernização por excelência. Isso pode ser claramente percebido no substitutivo de reforma do ensino primário apresentado por Rui Barbosa, cujos argumentos centrais consideravam inadiável a renovação pedagógica e a inspiração no modelo dos países avançados. A estratégia de Rui Barbosa foi buscar a afirmação do novo pela contundente desqualificação das escolas e das práticas vigentes.

A compreensão, largamente partilhada no pensamento científico da época, da trajetória humana como evolutiva referendava a observação dos países europeus em seu caráter modelar e de seu papel na disseminação de padrões educacionais sob dois aspectos: da internacionalização de conhecimentos e como exemplo na aplicação dos mesmos. (Vidal, p.41, 2009)

Segundo Gondra

é recorrente no registro dos viajantes e na historiografia brasileira, a afirmação de que o projeto civilizatório que se tentou implementar no Brasil ao longo do século XIX buscou na Europa suas principais e mais duradouras referências. Embora espalhadas por vários países, dois deles ocupam lugar privilegiado na construção do referido projeto: a Inglaterra e a França. O primeiro embalava e alimentava a utopia de um mundo em que a indústria exercia um fascínio inigualável ao colocar o homem diante de possibilidades infinitas. (p.162, 2002)

A França, como já apresentamos no capítulo II,

³⁰ Sobre este assunto, ver: Palhares-Burke & Hébard: Discursos sobre a leitura- 1880-1890.

exercia fascínio pelos aspectos culturais em seu sentido mais amplo, sediando os sonhos de refinamento e desfrute do que havia de mais qualificado nas artes e na moda. Ao adotá-los como modelos buscava-se o afastamento do passado colonial, na tentativa de, com essa estratégia, constituir e integrar o Brasil em uma nova ordem: a dos Estados Nacionais modernos e civilizados. (Gondra, p.162, 2002)

Para Circe Bittencourt, “Os estadistas brasileiros, sempre com os olhos voltados para o exterior, acompanhavam a política de educação internacional, mas estavam, sobretudo, atentos em resolver os problemas internos” (p.35, 2008). Com os olhos voltados para a Europa, que era considerada um padrão a ser seguido

seus pés permaneciam fincados nos trópicos. No caso da educação, tal procedimento também é verificado ao observarmos as viagens dos intelectuais brasileiros, os lugares de estudo dos filhos das elites ou daqueles patrocinados pelo Estado Imperial. O destino era o desembarque nos portos do chamado mundo civilizado, de onde eram trazidos livros, materiais, métodos e, até mesmo, professores para construir o modelo educacional a ser aqui adotado. (Gondra, p.162, 2002)

Segundo Marta Carvalho

Discernir, na proliferação dos discursos que, no Brasil, a partir das últimas décadas do século XIX até meados da década de 1930, buscaram legitimar-se como saber pedagógico de tipo *novo, moderno, experimental e científico*, estilos distintos de configuração do campo dos saberes e das práticas pedagógicas (...) que, materialmente dispostos como Manuais de Pedagogia, organizam e constituem o campo dos saberes pedagógicos representados como necessários à prática docente. (Carvalho, p.111, 2000)

No âmbito das políticas educacionais, a ânsia em “acertar os ponteiros com o relógio global” (Sevcencko, p.27, 2002) aparecia com clareza nos textos legais desde a segunda metade do século XIX (Gondra, p.54, 2003).

Como decorrência da implantação do sistema público de instrução, obrigatório e gratuito e da criação de um sistema de formação de professores, as Escolas Normais,

foi abundante na produção de uma literatura pedagógica, visando construir e constituir um sistema escolar sobre princípios científicos e universais, isto é, instrumentar pela ciência práticas pedagógicas eficazes. (Bastos, p.157, 2009)

Os livros comprados para a Escola Normal de São Paulo demarcam a intenção de assimilar uma cultura pedagógica específica, a partir das teorias científicas do período, inserindo-se no conjunto de manuais que circularam no Brasil no século XIX. Eles estabeleceram uma determinada concepção de profissional da educação e os respectivos saberes metodológicos que o formariam, veiculando um padrão almejado pela sociedade.

3.1 As Exposições Universais e as Conferências pedagógicas: circulação de saberes

Entre os livros adquiridos por Paulo Bourroul, é importante assinalar a presença das:

1- *Conférences Pédagogiques de Paris en 1880 - Rapports et procès-verbaux*, convocadas pelo então ministro Jules Ferry;

2- *Conférences sur l'introduction de la méthode des Salles d'asile dans l'enseignement primaire*, conferências proferidas por Mme. Pape-Carpentier, na Sorbonne, para os professores que estiveram presentes à Exposição Universal de 1867;

3- *Conférence pédagogique à la exposition universelle em 1878*;

4- *Congrès pédagogiques des instituteurs en France (1881)*;

5- *Conférence de pédagogie, manuel des élèves-maîtres et des instituteurs*, de Louis Mariotti.

Notamos que desde a segunda metade do século XIX até o início do século XX,

O trânsito de educadores entre os países da Europa e das Américas foi constante, além da presença significativa das referências a autores e impressos europeus, sobretudo franceses, nos discursos de professores e reformadores brasileiros, como no caso de dos Pareceres sobre o ensino primário, de Rui Barbosa, e a *Histoire de L'instruction Publique au Brésil*, de José Ricardo Pires de Almeida. O final do oitocentos caracterizou-se pela intensa circulação de objetos e pessoas e de modelos culturais, configurando a hipótese de uma história conectada (Vidal, p.15-18, 2005)

Essas experiências inovadoras, nas palavras de Villela (p.117, 2000), traziam um novo conceito de espaço escolar, novos materiais pedagógicos e uma nova forma de organização escolar, dando origem a uma verdadeira revolução nas representações da escola e do ato de ensinar.

Esse movimento era reforçado pelas Conferências Pedagógicas e pelas Exposições Universais onde se exibia o que havia de mais adiantado em tecnologia educacional, proporcionando mais um meio de difusão desses saberes escolares na segunda metade do século XIX. Tais dados permitem mapear os indícios da circulação desses documentos e de suas apropriações entre os agentes culturais que estiveram envolvidos com a difusão da escolarização no final do século XIX. (Schuelbauer, p.7, 2006)

Segundo Bastos

Alguns autores consideram as conferências pedagógicas tão antigas como a própria escola. A Prússia parece ter sido a primeira a instituí-las, em 1763. Porém, somente no século XIX ela é vulgarizada, em decorrência da exigência de formação dos professores primários, da disseminação das escolas normais, da constituição de um sistema de instrução pública em vários países. Na França, há uma primeira referência em 1829, mas, a partir de 1835, elas se generalizam. (p.1, 2004)

As Conferências pedagógicas francesas eram convocadas pelo Ministério da Educação, e abrangia os inspetores das escolas normais e primárias de todo o país. Eles reuniam-se em Paris para debater questões relativas ao ensino público e “tinham como objetivo principal expor, comentar e adaptar à situação escolar as regulamentações oficiais” (Dubois apud Carvalho, p.25, 2007). Esses encontros se tornaram mais frequentes após a derrota ocorrida na guerra franco-prussiana (1870-1871) e surgiram como uma forma de superação do estado de desânimo propagando o desenvolvimento da instrução.

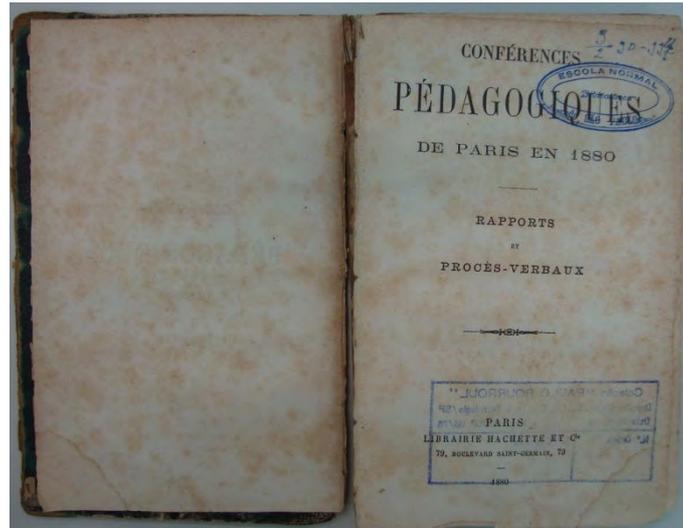


Figura 10 Página de rosto do livro sobre as Conferências Pedagógicas de Paris, que aconteceram no ano de 1881

No Brasil, as Conferências foram criadas no ano de 1854, no bojo das discussões sobre a instrução popular relacionadas às transformações sócio-políticas, econômicas e culturais do período, mas só foram efetivadas a partir do ano de 1873, quando passaram a ser regulares com a obrigação da presença dos professores. Estabelecidas pelo Regulamento de 3 de agosto de 1872 (anexo ao Decreto n. 1331, de 7 de fevereiro de 1854), pelo Inspetor Geral J. C. Figueiredo, onde ele decreta que

“todos os professores públicos das escolas primárias do Município da Corte, serão convocados com oito dias de antecedência pela Inspetoria Geral da Instrução Pública, para se reunirem nas férias de Páscoa e nas do mês de Dezembro, a fim de conferenciarem sobre todos os pontos que interessarem: regime interno das escolas; métodos de ensino; sistema de recompensas e punições para os alunos, expondo as observações que hajam colhido de sua prática e das leituras das obras que tenham consultado”

Em 1873, já se realizam várias conferências pedagógicas. Felipe da Motta de Azevedo Corrêa, presidente das Conferências, assim se expressa: “do exposto torna-se claro que a primeira Conferência Pedagógica deu bom resultado, que foi concentrar a atenção dos professores da Corte para o estudo do assunto de alto interesse para a escola”. (Moacyr, p.500, 1937)

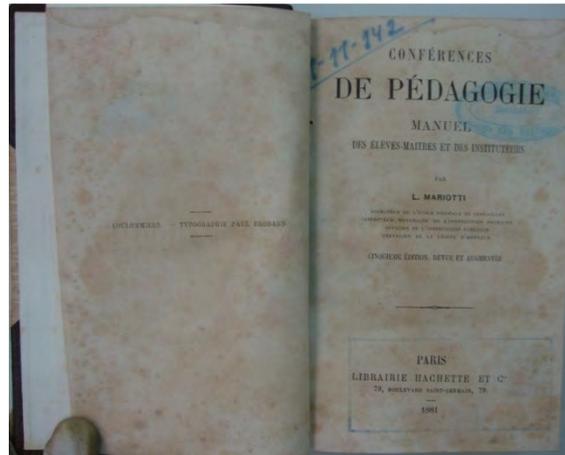


Figura 11 Conferências pedagógicas dirigidas aos mestres e aos alunos-mestres, de Louis Mariotti.

As conferências públicas – pedagógicas, literárias ou populares -, realizadas entre 1873 e 1890, caracterizam-se pela reunião de pessoas interessadas em ouvir e/ou discutir temas da atualidade. Possuem caráter educativo e de vulgarização do conhecimento, com a intenção de *difundir as luzes* e as modernidades científicas. Delas participavam professores e intelectuais, figuras proeminentes da sociedade, que tinham por objetivo discutir diversas questões vinculadas à docência, à educação e ao ensino. Reconhecidas como relevantes para o progresso e melhoramento da instrução pública, tiveram por objeto de estudo tanto questões concernentes à política educacional do período como à escola propriamente dita, as matérias e os métodos de ensino (Bastos, p.1, 2004)

As preocupações do Estado ao criar esse espaço de discussão era preparar os docentes para a crescente complexidade do sistema de ensino e criar um padrão de formação profissional que acontecia basicamente de duas maneiras: por meio das escolas normais e pela prática.

Sendo assim, as Conferências Pedagógicas surgiram como um meio pelo qual o governo imperial pretendeu conhecer e controlar as idéias circulantes na corporação e também instituir doutrinas e códigos norteadores das práticas escolares

Elas funcionavam de acordo com um aparato legal bem controlado, segundo o qual eram instituídos os “pontos” sobre os quais os professores deveriam dissertar. Dentre eles, apareciam os temas referentes aos métodos de ensino, co-educação dos sexos, castigos, meios de recompensa e punição, a disciplina e a constante presença de questões cujo tema era a moralidade.

Já as *Exposições Universais*, nas palavras de Kuhlmann, “foram um palco para a representação de espetáculos de crença acrítica no progresso, na técnica, na ciência”, (p. 11, 2001) e onde se disputava o “reconhecimento como participante no concerto das nações”. (Kuhlmann, p. 20, 2001)

A primeira exposição com caráter internacional aconteceu em Londres, no ano de 1851, generalizando-se desde então por vários países: Paris (1855); Londres (1862); Paris (1867); Viena (1873); Filadélfia (1876); Paris(1878); Buenos Aires (1882); Antuérpia (1883); Paris (1889); Chicago (1893); Paris (1900); Louisiana (1904); Milão (1906); Bruxelas (1910); São Francisco (1915); Rio de Janeiro (1922).

Nesses eventos, destaca Kuhlmann, (p.20, 2001) a educação era identificada como elemento constitutivo da sociedade e um dos “pilares centrais para a normatização e edificação controlada da sociedade ocidental moderna” (Kuhlmann, p.9, 2001). Sendo assim foi criado um espaço específico para a divulgação de novos métodos e propostas educacionais tornando-se freqüente a realização de congressos sobre a instrução durante essas *Exposições*, além da realização de exposições enfocando o tema como “na Bélgica, em 1880, no Brasil, em 1883, e na Inglaterra, em 1884”. (Kuhlmann, p.88, 2001)

Em sintonia com esse movimento, foi pensado o Congresso da Instrução do Rio de Janeiro, que juntamente com as Conferências Populares da Freguesia da Glória (1873) e a Exposição Pedagógica (1883), compõem um quadro importante do ideário pedagógico da época. Mesmo assim essas iniciativas foram criticadas pelos liberais e republicanos, por tratar-se de experiências vinculadas a Monarquia. (Hilsdorf, p.19, 1999)

A Conferência proferida por Buisson na Exposição Universal em Paris, no ano de 1878, onde foi debatido o Método Intuitivo, teve grande repercussão entre os brasileiros: foi fonte para Rui Barbosa na elaboração de seus Pareceres, em 1883, e também é citada nos relatórios de Leôncio de Carvalho, do mesmo ano.

3.2 O método intuitivo

Na composição da bibliografia adquirida pelo professor Paulo Bourroul, identificamos vários livros referentes ao método intuitivo ou lições de coisas:

- 1- *L'éducation humaine*, de Fredrich Froebel;
- 2- *Méthode Froebel*, de Herman Goldammer;
- 3- *Leçons des choses*, de Emile Bouant;
- 4- *Exercices et travaux pour les enfants selon la méthode et les procédés de Pestalozzi et de Froebel*, de autoria de Fanny Ch. Delon e M. Delon;
- 5- *Etudes sur la vie et les travaux* de J. H. Pestalozzi, de Phillibert Pompée;
- 6- *L'école Froebel*, de O. Masson;

7- *Manuel pratique des jardins d'enfant de Frédérique Froebel à l'usage des institutrices et des mères de famille*, de Jean François Jacobs;

8- *L'école primaire: Cahiers de pédagogie d'après les principes de Pestalozzi*, de Jules Paroz;

9- *Plan d'études et leçons des choses pour les enfants de six à sept ans*, de Jules Paroz.

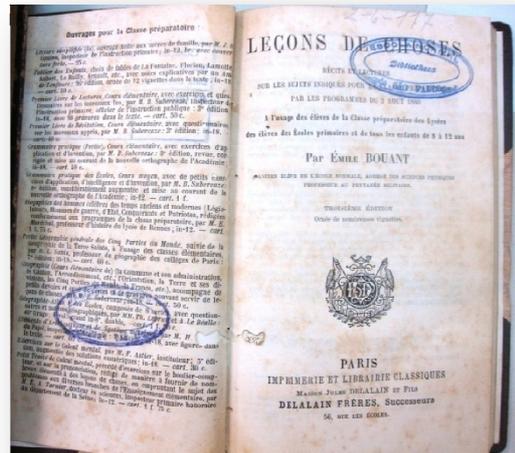
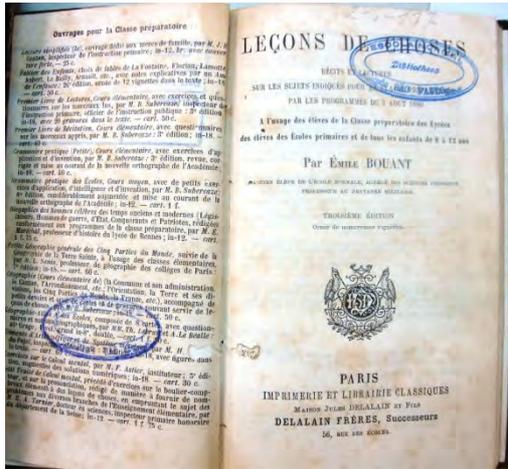


Figura 12 Leçon des choses, de Bouant e Émile Saffray

O método intuitivo³¹, conhecido também como *lições de coisas*, configurou-se como uma das mais importantes inovações pedagógicas do período, representando, junto com a questão da formação dos professores, o núcleo central das reformas que estavam servindo de base para a organização do ensino popular em toda a Europa, assim como nas Américas. (Shelbauer. p.2, 2006)

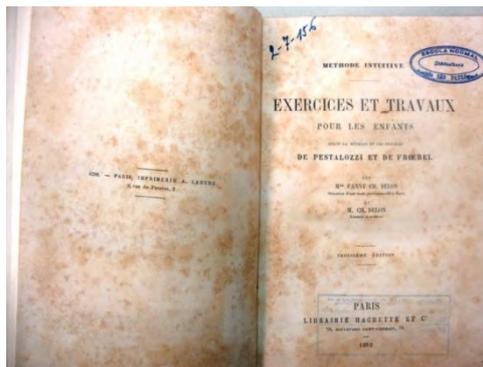


Figura 13 Exercícios e trabalhos para crianças, segundo o método de Froebel e de Pestalozzi, de autoria de Fanny e M. Delon.

³¹ Consta no Regulamento da Escola Normal de São Paulo, expedido em 1880, que o método intuitivo deveria ser ensinado aos alunos-mestres.

Fundamentado especialmente nas idéias de Pestalozzi e Froebel, pressupunha uma abordagem indutiva pela qual o ensino deveria partir do particular para o geral, do conhecido para o desconhecido, do concreto para o abstrato (Souza, p.12, 2000). Estes tratados preconizavam que toda a educação devia começar pela educação dos sentidos, em contraposição ao ensino livresco, substituindo, segundo Schelbauer (p.8, 2006), “o verbalismo pelo realismo”.

Mencionado pela primeira vez por *Mme. Pape-Carpentier* nas conferências proferidas na Exposição Internacional de Paris, em 1867, suas idéias exerceram influência marcante na educação brasileira no que se refere à educação dos sentidos. Elas apareceram como material da 1ª Cadeira de Gramática e Língua Portuguesa da Escola Normal do Império em 1878 (Villela, p. 2002), e também no material trazido por Leôncio de Carvalho para compor o acervo do Museu Escolar do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo (Schelbauer, p.37, 2003)

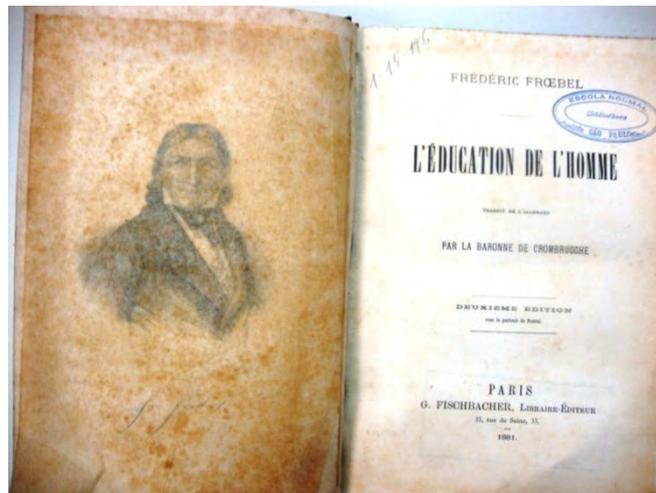


Figura 14 O livro de Froebel, que tanta influência exerceu na educação brasileira.

Essa modalidade de teoria sobre educação e formação de professores que animou as iniciativas de institucionalização da escola em São Paulo, principalmente no fim do século XIX, passa a ser compreendida como a arte de ensinar. (Carvalho p.111, 2000). Ainda segundo a autora, “essa pedagogia estruturava-se sobre o primado da visibilidade, propondo-se como arte quando o segredo é a imitação de modelos”. Agregavam-se outros saberes-fazeres sobre o processo educativo a essa pedagogia que se desenvolvia tendo como base a

crença na eficácia incontestes dos processos de ensino intuitivo; concepções acerca da natureza infantil formuladas nos marcos de uma psicologia das faculdades mentais; que] aposta na *pedagogia moderna* como *corpus* de saberes e de instrumentos

metodológicos aptos a viabilizar a escola de massas. (Carvalho, p.112, 2000, grifos da autora)

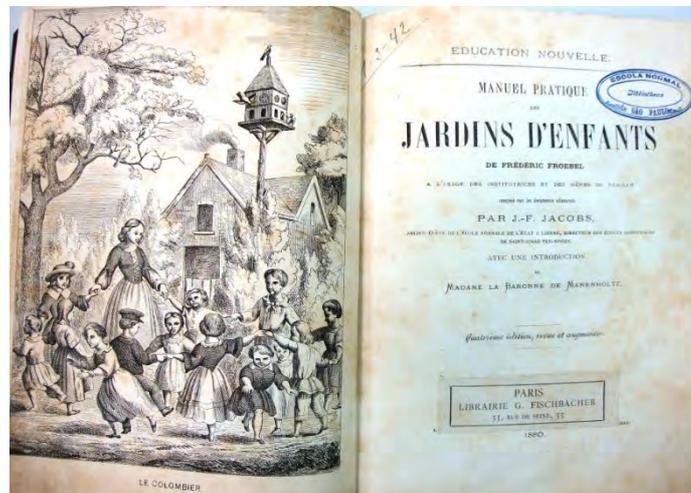


Figura 15 Manual prático para Jardins de Infância, de Jacobs

Podemos considerar as cartas geográficas e geológicas, os desenhos, os atlas para estudos de Física e Química e o próprio laboratório trazido por Paulo Bourroul como coleções de objetos para o ensino intuitivo, que pretendia

Ensinar pela realidade ela mesma; e cada realidade permite um conhecimento útil, um bom sentimento ou uma boa idéia [...] seus princípios, regras seguem as mesmas operações do conhecimento humano, visto que cada criança é um pequeno homem. Assim, o método segue a mesma marcha que o espírito, nas suas percepções. (Bastos, p.11, 2003)

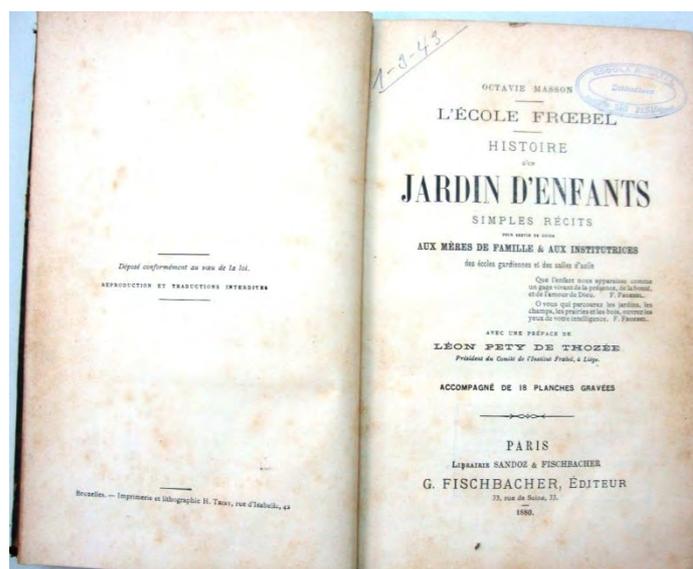


Figura 16 A Escola Froebel, de Octavie Masson

Em sua *Conférence sur l'enseignement intuitif*, Buisson expôs o histórico e o desenvolvimento desse ensino, conceituando o método intuitivo, distinguindo três formas de intuição: a sensível, a intelectual e a moral. Ele enfatiza que “exercer seus sentidos não é somente fazer uso deles, é aprender a bem julgar por eles e de alguma forma a bem sentir: pois nós só sabemos tocar, ver, entender como nós aprendemos”. (Schelbauer, p.8 2006).

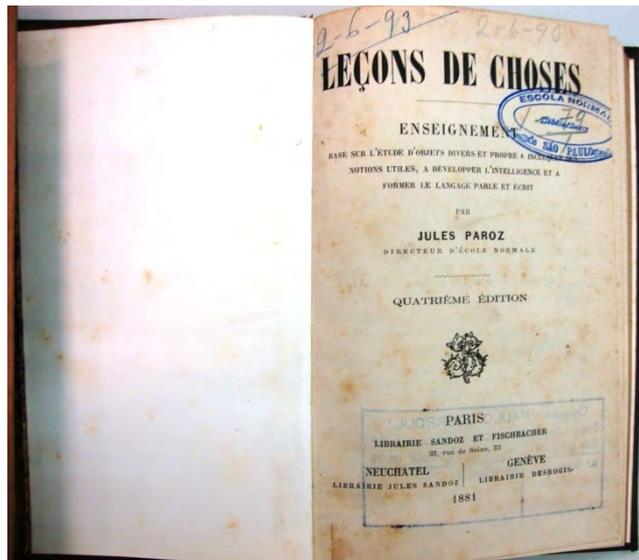


Figura 17 Plano de estudos e lição de coisas, de autoria de Jules Paroz

3.3 Rastros, vestígios, sinais: Célestin Hippeau e a educação comparada na imprensa e nos projetos políticos

Na bibliografia trazida por Bourroul constam 8 livros de Célestin Hippeau:

- 1- *Instruction publique en Italie,*
- 2- *Instruction publique en Allemagne,*
- 3- *Instruction publique en Angleterre,*
- 4- *Instruction publique dans la République Argentine,*
- 5- *Instruction publique dans les États-Unis*
- 6- *Instruction publique dans les États du Nord,*
- 7- *Instruction publique en Russie,*
- 8- *Instruction publique en France.*

E, sobre o mesmo tema, as excursões pedagógicas

9- *L'éducation nouvelle: études de pédagogie comparée* Edmond Dreyfus-Brisac,

10- *Excursions pédagogiques*, de Michael Bréal

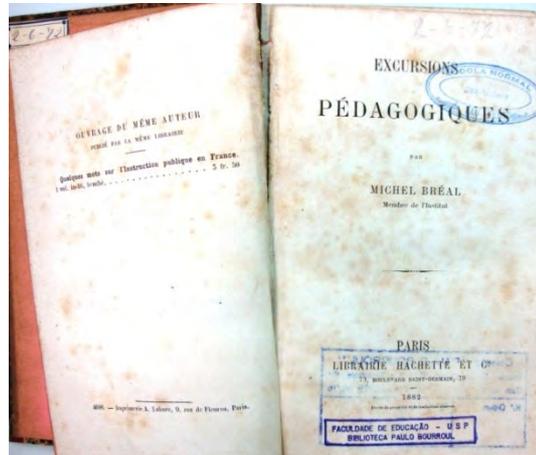


Figura 18 Excursões pedagógicas, Bréal

A imprensa periódica foi, sem dúvida, um importante veículo de divulgação das inovações pedagógicas em curso no final do XIX. Os jornais noticiavam, polemizavam e defendiam não só questões relacionadas à educação no Brasil, mas também faziam referências aos debates internacionais, às obras e aos autores que serviam de referência aos nossos intelectuais. Em Editorial do ano de 1871, o jornal

“A Província de São Paulo” cita o Relatório sobre a Instrução Pública nos Estados Unidos, de autoria de Célestin Hippeau, considerado um “evangelho para os estudiosos dos assuntos educacionais”, nas palavras de Schelbauer (p.226, 2003).

O texto de Hippeau foi traduzido para o português e publicado no Diário Oficial do império Brasileiro. Ao indagar sobre o sentido da presença deste discurso no interior de um jornal patrocinado pelo Estado, Gondra (p.4, 2002) observa que na apresentação do texto no DOIB, o Estado Imperial indica suas intenções, que segundo ele são

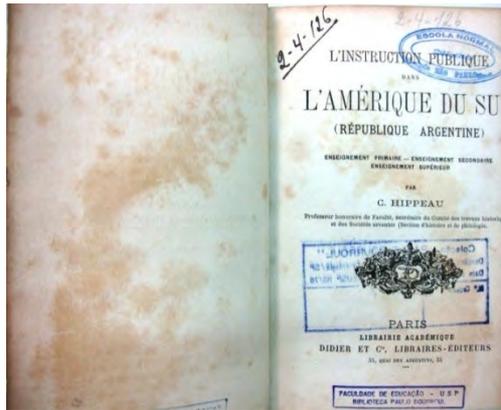


Figura 19 A Instrução pública na Argentina, de Hippeau

A busca pelo modelo civilizado do ponto de vista cultural, político e econômico, muito provavelmente fez perceber no relatório com as credenciais de um estudo francês, aspectos que mereceriam ser expostos e tornados públicos. Embora o regime político fosse diverso, aproximações no que se refere à idade da nação norte-americana, à crença na razão como condição para fazer emergir um estado forte e a um liberalismo que justifica a ausência do poder do Estado, especialmente nas questões de ordem social, podem ter feito com que se reconhecesse no livro do sr. Hippeau um guia para alavancar o Brasil ao nível do seu tempo e incluí-lo no restrito concerto das nações civilizadas. (Gondra, p.5, 2002)

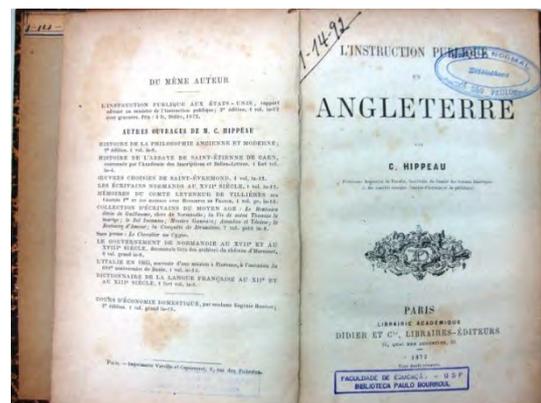
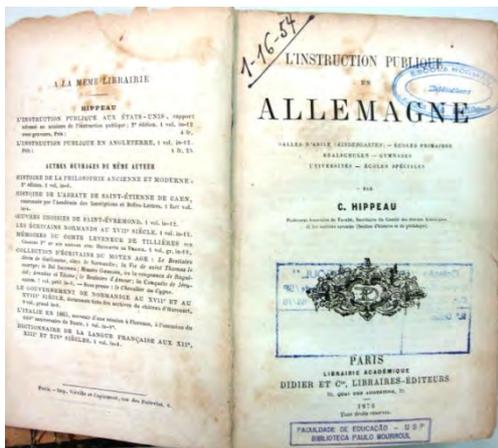


Figura 20 Instrução Pública na Alemanha, Hippeau

Figura 21 Instrução Pública na Inglaterra, Hippeau

A partir de 1870, Hippeau edita uma série de volumes sobre o ensino em diversos países. A finalidade dessas publicações, segundo o próprio autor, é que os países “possam introduzir inovações no seu sistema de ensino público e implantar reformas que excelentes espíritos já pensaram” – e destaca a necessidade particular da França conhecer a realidade educacional de

outros países. Nestas obras, ele descreve e analisa o que era considerado necessário e importante para integrar todo sistema de educação pública no século XIX: um sistema que evidenciasse progresso, numa visão de mundo ideal – otimista e triunfante expressão de uma modernidade educacional e de um projeto liberal de educação. (Bastos, p.77, 2002).

De acordo com Hippeau

Esta instrução será suficientemente completa se permitir a cada um a possibilidade de descobrir o emprego dos conhecimentos adquiridos. Há o costume de dizer que uma escola bem organizada é aquela que descobre um lugar para cada coisa, e cada coisa no seu lugar. Nós dissemos que a sociedade, a qual a escola é a imagem, não pode ser bem ordenada se não se descobre m lugar para cada um, e cada um no seu lugar. (Bastos, p.78, 2002).

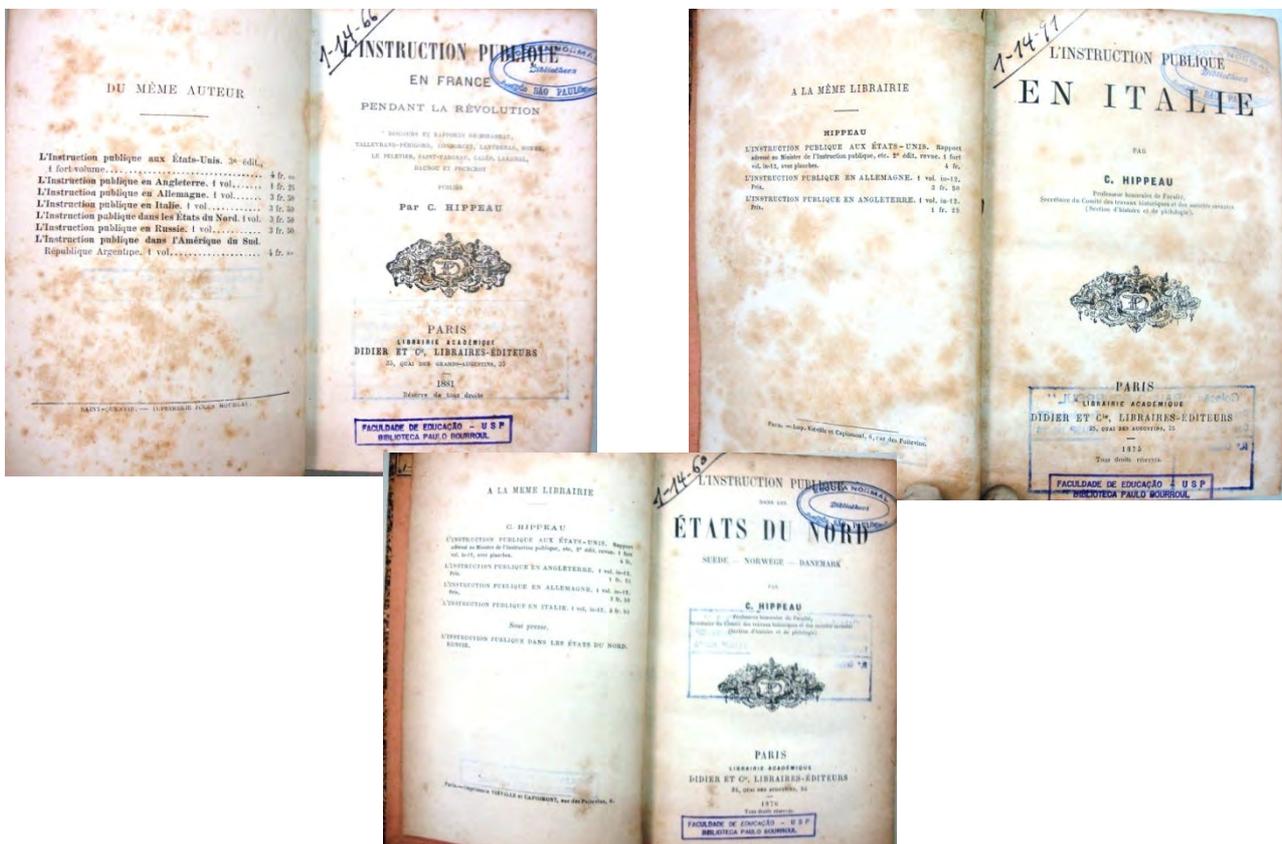


Figura 22 Instrução Pública na França, Instrução Pública na Itália, e Estados do Norte, de Hippéau

Rui Barbosa utiliza-se amplamente das obras de Hippéau para redigir os Pareceres³² de Reforma do Ensino Primário, Secundário e Superior (1882-1883). No Parecer de Reforma do

³² Os Pareceres escritos por Rui Barbosa compreendem uma obra de quatro volumes na qual se encontra minuciosa discussão sobre todos os aspectos relacionados à questão da Instrução Pública fundamentada em ampla bibliografia internacional, constituindo uma rica fonte de informações para a compreensão das idéias de renovação do ensino em circulação no final do século XIX e a forma como foram apropriadas e interpretadas no Brasil (Souza, p.50, 2006)

Ensino Primário (1883), faz 73 citações ao autor. Para se ter uma idéia do que este dado significa, basta dizer que somente F. Buisson, com 104 referências, suplanta a presença de C. Hippeau nos pareceres. (Bastos, p.103, 2002)

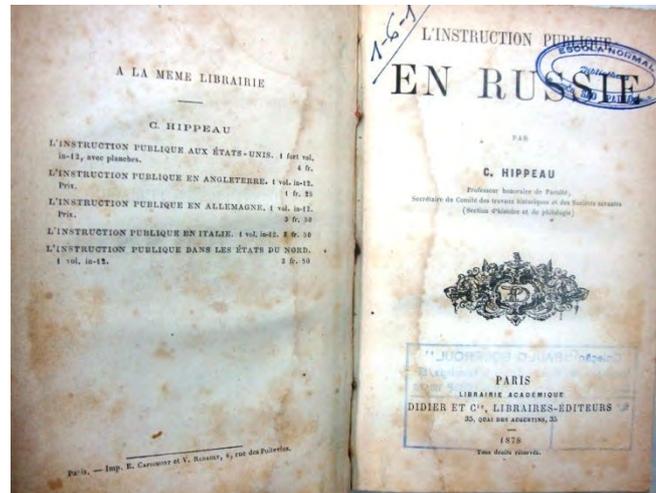


Figura 23 Instrução Pública russa, Hippeau

Para Lourenço Filho (1954) os relatórios de Célestin Hippeau e Ferdinand Buisson foram os “primeiros estudos de educação comparada que o mundo conheceu”, embora, segundo Bastos (p.68, 2002), essa prática já existisse desde o início século XIX, inaugurada por Marc-Antoine Jullien com a obra *Esquisse et vues préliminaires d'un ouvrage sur l'éducation comparée*.

Participa, também, do *Dictionnaire de pédagogie et d'instruction primaire* de Ferdinand Buisson, outra obra que consta na bibliografia adquirida por Bourroul, considerado *a bíblia da escola popular do fim do século XIX* (Dubois, 2000), *um guia teórico e prático de tudo o que se refere ao ensino primário – público e privado* (Nora, p. 353, 1984) e escreve o verbete “biblioteca escolar” (1881).

Para nós é interessante observar que na maioria de seus textos, Hippeau se refere às bibliotecas escolares, considerando-as, como

um dispositivo de educação continuada do adulto, depois que abandona os bancos escolares. A leitura, para ele, é um dos meios mais eficazes para *construir e moralizar* o povo. Destaca que todo catálogo de uma biblioteca deveria conter a seguinte classificação de obras: obras gerais, gramáticas e dicionários; moral e pedagogia; história e biografias; geografia e viagens; clássicos; literatura, poesia, romances, contos e teatro; obras destinadas às crianças; economia política, legislação e conhecimentos úteis; ciências físicas e

naturais, higiene, indústria; agricultura, horticultura, silvicultura, piscicultura etc.; belas-artes e música. (Bastos, p.72, 2003)

3.4 Direção moral para os professores: os manuais de aconselhamento

Podemos constatar a grande presença dos guias de aconselhamento na lista dos livros trazidos pelo professor Paulo Bourroul:

- 1- *Direction morale pour les instituteurs*, de Théodore-Henri Barrau;
- 2- *L'instruction civique à l'école*, de Paul Bert;
- 3- *Cours de pédagogie*, de Michael Charbonneau;
- 4- *Cours de morale pour les écoles normales*, de Pierre Janet;
- 5- *Pédagogie morale*, de Labbé de Saint-Pierre;
- 6- *Manuel de l'enseignement primaire*, de Eugène Rendu
- 7- *Lettres sur la profession d'instituteur* par A. Théry

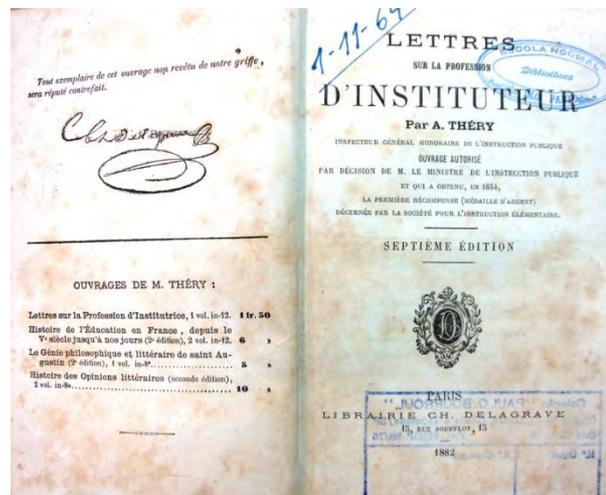


Figura 24 Cartas sobre a profissão de professor, Théry

Muito mais do que lições para professores, os chamados “manuais de aconselhamento” correspondiam aos discursos adequados ao papel que os docentes deveriam desempenhar (Chartier, 1991) e eram, em sua maioria, muito comuns no século XIX francês. Continham “conselhos úteis” fundamentados nas lições de pedagogia, na doutrina cristã e especialmente, em preceitos morais e regulamentações da ordem pública. (Schaffrath, p.9, 2009)

Segundo Marta Carvalho (p.24/25, 2007), esse manuais eram fruto de uma antiga tradição, as preceptivas ou livros de aconselhamentos de príncipes que tiveram seu auge nos séculos XVI e

XVII e tinham como principal característica elencar um rol de virtudes cristãs que definiriam o bom governo.

Ainda segundo a autora, muitos livros de pedagogia no oitocentos retomaram essa tradição, organizando-se como os guias de aconselhamento reais, recheados de conselhos morais para orientar o novo profissional que surgia: o professor.

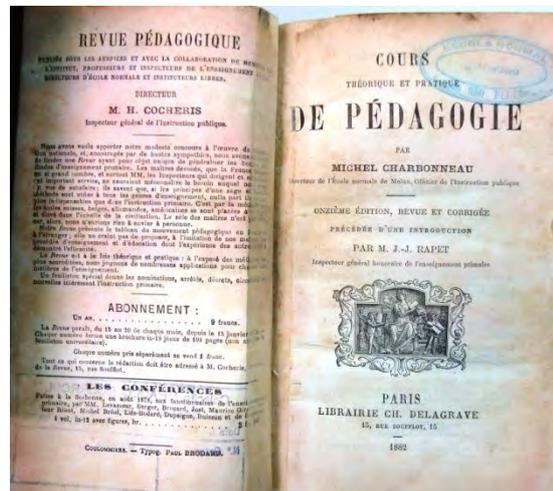


Figura 25 Manual de Pedagogia, de Charbonneau

Esse tipo de literatura floresceu durante a Monarquia de Julho e reunia teoria e prática pedagógica para aconselhar os mestres e alunos-mestres “valendo-se da autoridade dos fatos comprovados pela experiência ordinária e evitando os debates doutrinários”. (Dubois apud Carvalho, p.25, 2207)

O autor de um desses manuais, Michael Charbonneau, também presente entre os livros trazidos pelo professor Bourroul, esclarece que essa literatura se fundamentava no bom senso e no senso comum, ditados pela experiência de onde extraía o sentido para orientar a juventude. (Carvalho, p.25, 2007)

3.5 Manuais de História da Educação

Para a 4ª Cadeira também foram adquiridos vários manuais de História da Educação, disciplina que se consolidou na segunda metade do século XIX (Bastos, p.158, 2009), no conjunto das várias especializações da História e da Pedagogia científica, fundamentais para a formação dos futuros professores. Deste gênero, constam os seguintes exemplares na lista do professor Paulo Bourroul:

1-*Histoire critique des doctrines de l'éducation en France depuis le seizième siècle*, de Gabriel Compayré;

2-*Historie Universelle de la Pédagogie*, de Jules Paroz;

3-*Histoire de l'éducation des femmes en France*, de Paul Rousselot.

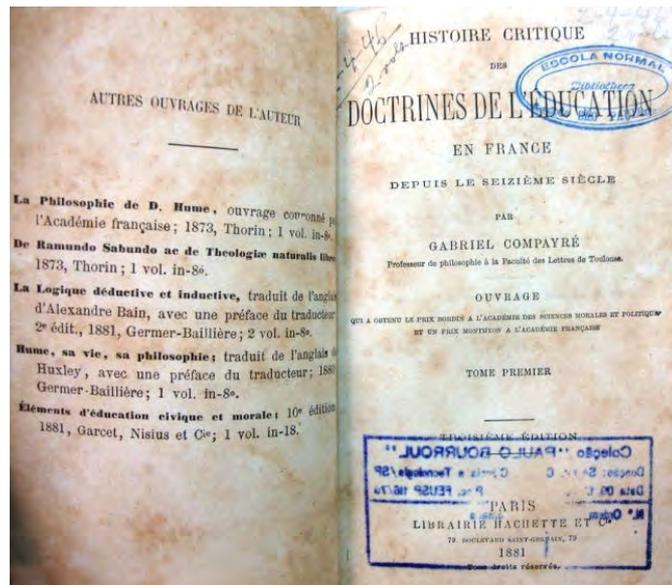


Figura 26 História crítica das doutrinas de Educação na França, Compayré

Essas obras, em sua maioria, resultaram de cursos dados pelos autores em escolas normais ou em Universidades, com o objetivo de instrumentalizar pela ciência as práticas pedagógicas, afirmando a pedagogia como ciência da educação e legitimando as idéias dos educadores privilegiados como objeto de estudo. Para Compayré (1911), a história é a introdução necessária, a preparação para a própria ciência.

Analisando a estrutura desses manuais, Bastos chama atenção para a sua similaridade: todos adotam uma visão linear e cronológica da história da educação numa sequência progressiva, entendendo também a educação como um constante aperfeiçoamento.

Esses livros ao enfatizar as idéias e a biografia dos principais educadores, que se impõem como modelos exemplares que legitimam uma ação pedagógica, apontam para objetivos muito mais éticos e ideológicos do que cognitivos.

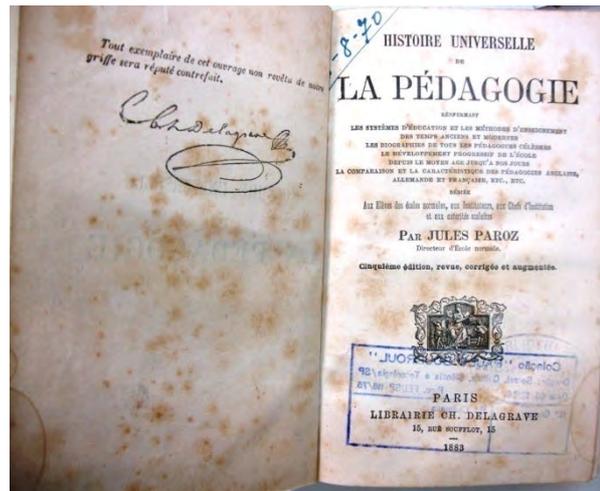


Figura 27 História da pedagogia, Paroz

Antonio Nóvoa também identifica algumas características em sua organização,

além de privilegiar as idéias dos principais educadores do passado, fazem uma evocação cronológica, que se inicia, regra geral, nos tempos mais remotos das civilizações “primitivas” e termina com os educadores do século XIX; uma ideologia progressista (conservadora), no sentido de que a educação é contada como uma epopéia e como um movimento de aperfeiçoamento da humanidade; uma concepção comparada, que se manifesta na inclusão, após a referência às idéias dos educadores do século XIX, de uma série de capítulos que descrevem a situação dos sistemas educativos de vários; numa concepção positiva, de crença nas potencialidades do novo movimento científico (ciência da educação, psicologia, sociologia), bem ilustrada pelo capítulo final destes manuais.

(Bastos, p.173, 2009)

3.6 O Dicionário de Buisson e os tratados de pedagogia: a ciência chega à escola

Buisson e o ministro Jules Ferry desejando dar uma nova orientação aos futuros mestres, conferiram um status universitário aos cursos de pedagogia e de ciência da educação na faculdade de letras. (Carvalho, p.27, 2007)

Na lista do professor Paulo Bourroul encontramos livros com este mesmo perfil:

- 1- *La science de l'éducation*, de Alexandre Bain ,
- 2- *Leçons de psychologie appliquée à l'éducation*, de Henri Marion,

3- *L'éducation*, de Herbert Spencer

4- *Cours de pédagogie théorique et pratique*, de Gabriel Compayré

5- *Quelques pensée sur l'éducation* de John Locke

6- *Dictionnaire de Pédagogie d'Instruction Primaire*, de Ferdinand Buisson

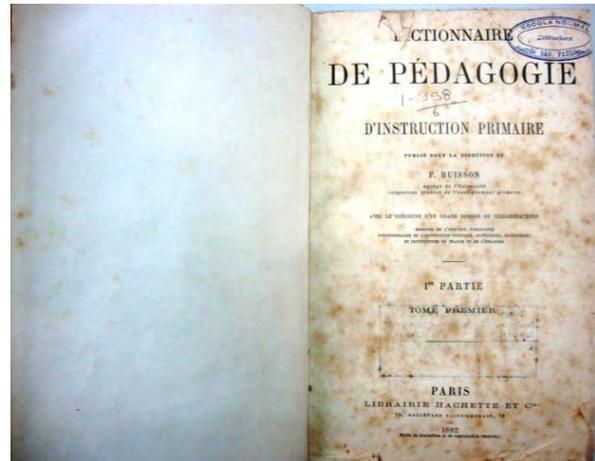
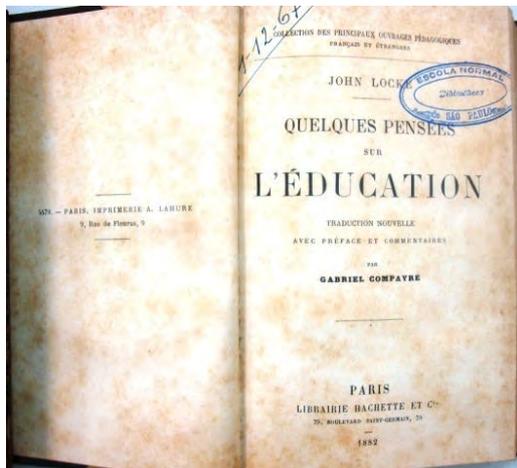


Figura 28 Locke traduzido por Compayré e o Dicionário de Buisson, considerado a “Bíblia da Instrução primária”

Preocupados com os limites do trabalho do professor primário, que se resumia a ensinar a ler e a escrever aos seus alunos, colocaram entre as atribuições dos mestres formar o caráter, a inteligência e o coração de seus pupilos, distinguindo a melhor forma de ensiná-los.

Segundo Gautherin (apud Carvalho, p.28, 2007), um dispositivo retórico e legislativo instituiu esse discurso como ciência segundo o seguinte encadeamento: “ciência fundamental – ciência aplicada – prática, no qual a prática depende sempre de uma ciência aplicada, invariavelmente proposta como uma ciência de segunda ordem, que por sua vez depende de uma ciência de mãe”

Os manuais de Compayré, sobretudo o *Cours de pédagogie théorique et pratique* são obras que corresponde plenamente a esta nova orientação. Republicano e um dos mais importantes colaboradores de Buisson em seu *Dictionnaire*, é considerado um dos autores decisivos para a consolidação das ciências na educação (Dubois, apud Carvalho, p.29, 2007). Segundo ele, “*personne ne conteste plus aujourd’hui la possibilité d’une science de l’éducation*”, distinguindo a pedagogia – que seria uma teoria da educação e a educação em si – uma prática da pedagogia. (Ramos Ò, p.129, 2006)

Ainda segundo o mesmo autor, suas obras tiveram tamanha importância e repercussão que sua época ficou conhecida como o “momento Compayré”. (p.128, 2006).

Diferentes dos guias de aconselhamento que citamos acima, os tratados de pedagogia oferecem fundamentos e métodos,

Amalgamando “princípios” ditos filosóficos ou científicos com saberes extraídos da experiência de casos considerados de “bom senso” e muita vez do senso comum acumulados como cultura escolar informal, o *Tratado de Pedagogia* se configura como manual que compendia e sistematiza os saberes que estatui necessários ao exercício da docência. Na autoridade magistral da enunciação que o constitui como súmula ou compêndio desses saberes, são apagadas as marcas das circunstâncias históricas específicas que presidiram sua produção, fazendo com que o gênero *Tratado* se confunda com o próprio campo da pedagogia que se propõe compendiar. (Carvalho, p.30, 2007)

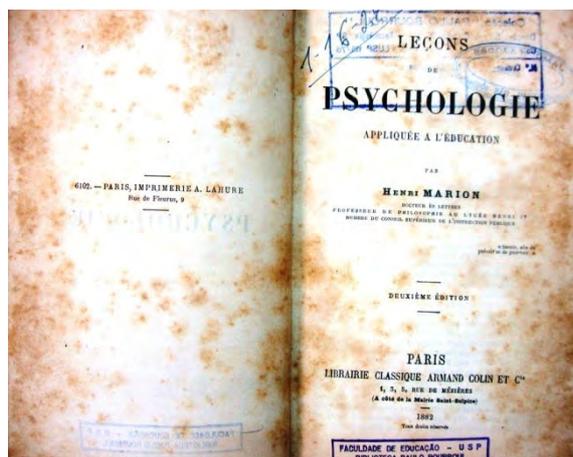


Figura 29 Lições de psicologia, Marion

Não menos importante foi o intelectual e educador francês, Ferdinand Buisson, cuja obra teve grande influência em vários escritos e atividades de pensadores brasileiros.

Para Maria Helena Câmara Bastos, (p.3, 2000), a força e o prestígio que suas idéias desfrutaram no Brasil foi devido a sua posição política e profissional. Como Inspetor Geral da Instrução Pública francesa, diretor de Ensino Primário, editor da “Revista Educação” e professor da Sorbonne, ele estava mais do que gabaritado para ser citado e para que suas idéias fossem reproduzidas entre nós, como exemplo do que havia de melhor e mais moderno em matéria de educação.

Buisson elaborou os relatórios das Conferências proferidas na Exposição Universal de Viena, em 1873, na Exposição Universal da Filadélfia em 1876, em que expôs sobre o ensino

primário e na Exposição Universal em 1878, em Paris, sobre ensino intuitivo. Estes influenciaram de maneira decisiva Couto Ferraz na elaboração de sua Reforma do Ensino Primário e Secundário do Município da Corte e aparecerem nos escritos de Rui Barbosa, como a Declaração de Reforma do Ensino Secundário e Superior (1882) e na Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da Instrução Pública (1883).

Sua obra mais importante, o *Dictionnaire de Pédagogie d'Instruction Primaire* que mais tarde foi traduzido a pedido de D. Pedro II, consta da lista de livros comprados pelo professor Paulo Bourroul na França. Este dicionário, reuniu “tudo o que foi pensado e realizado em matéria de renovação pedagógica no século XIX, constituindo, portanto uma importante referência para os estudos das instituições e práticas pedagógicas” (Giolitto apud Souza, p.29, 1996). Seu dicionário sistematizou um saber enciclopédico sobre uma educação e um ensino de características modernas. (Ramos Ó, p.128, 2006)

Ao abordar a forma de intuição moral, ele esclarece o primeiro dever profissional do professor que consiste em manter a medida, a moderação e a prudência de não pressionar as crianças e ao mesmo tempo despertar, à luz da moral, os olhos do coração e da consciência.

Esta questão levantada por Buisson também esteve presente nas discussões educacionais que ocorreram no Brasil desde a década de 1870, no quadro dos debates políticos e das propostas de difusão da escolarização primária às classes populares. Também pode ser percebida nas reformas, pareceres, nas conferências e exposições pedagógicas, permitindo identificar as fontes utilizadas pelos legisladores e intelectuais apresentando os indícios de sua apropriação na educação brasileira e possível influência na compra dos livros para a biblioteca da Escola Normal de São Paulo.

Em sintonia com o pensamento positivista vigente no período, o aumento da produção acadêmica voltada para a “ciência da educação”, permitia o estabelecimento de leis e princípios gerais e possibilitava a afirmação de Compaýré: “Il y a donc une science de l'éducation, science pratique, appliquée, qui a désormais ses principes, ses lois qui témoignent de sa vitalité par un grand nombre de publications. (Ramos Ó, p.129, 2006)

3.7 Higiene escolar e arquitetura: construindo espaços e educando corpos

A modernidade educativa vai sendo reinventada, a partir de um signo de progresso que associava desenvolvimento científico e educativo à ampliação material da escola. A construção arquitetônica serviu tanto à racionalização do ensino e à disseminação de métodos quanto respondeu aos ditames da higiene, regulando os espaços coletivos e individuais. (Vidal, p.43, 2009)

Observamos a expressiva presença de livros sobre arquitetura e higiene escolar entre os comprados pelo professor Paulo Bourroul³³

- 1- *L'éducation physique des garçons*, de Fonssagrives:
- 2- *L'éducation physique des filles*, de Fonssagrives:
- 3- *Traité de l'éducation des filles*, de François Fénelon,
- 4- *Hygiène scolaire influence de l'école sur la santé des enfants*, de Aimé Riant,
- 5- *Leçon d'hygiène*, de Pecault,
- 6- *Les écoles publiques, construction et installation en Belgique et en Hollande*, de Félix Narjoux,
- 7- *Règlement pour la construction des écoles en Suisse*, de Félix Narjoux,
- 8- *Construction des écoles primaires et des salles des asiles*, de Félix Narjoux,
- 9- *Construction des écoles normales*, de Félix Narjoux.

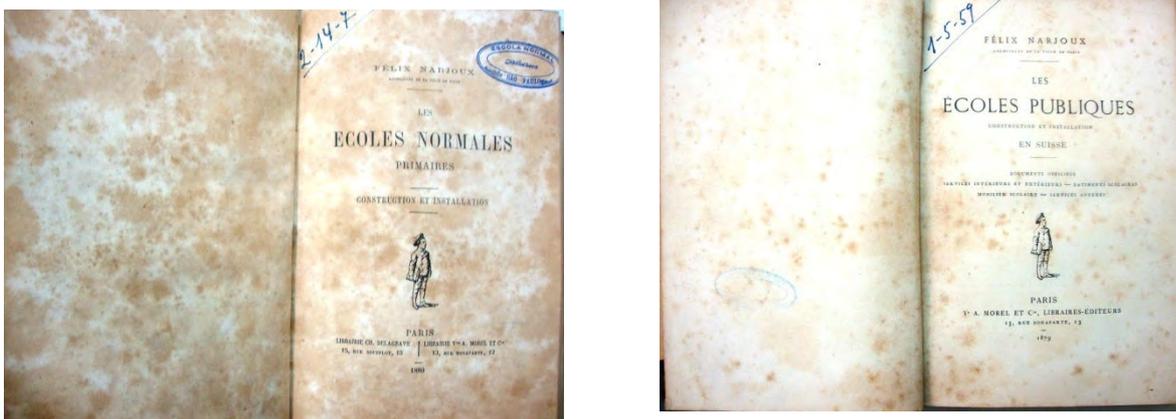


Figura 30 Arquitetura escolar, de Félix Narjoux

Os edifícios escolares passaram a dialogar com as discussões do final do século XIX acerca da urbanidade, do higienismo e da necessidade da educação para alcançar o progresso. Sobre o assunto Rosa Fátima Souza nos esclarece

O edifício escolar torna-se portador de uma identificação arquitetônica que o diferenciava dos demais edifícios públicos e civis ao mesmo tempo em que o identificava como um espaço próprio – lugar específico para as atividades de ensino e do trabalho docente. (Souza, p. 123, 1996)

³³ Não podemos ignorar a formação médica do Professor Paulo Bourroul e seu posterior trabalho no Serviço Sanitário, em São Paulo.

No fim do século XIX vigorou uma atitude otimista com relação à escola, vista como “redentora do pecado da ignorância” e “fator do progresso social”. Os arquitetos dialogavam com os responsáveis pelos caminhos da educação.

Para entender um pouco mais da presença dos médicos-higienistas e sua relação com os projetos arquitetônicos escolares é importante esclarecer a relação entre as áreas da saúde e da educação no Brasil Imperial.

Fundamental para isso foi a criação da Sociedade Médica, em 28 de maio de 1829, no Rio de Janeiro, e antes dela, a Faculdade de Medicina na mesma cidade – FMRJ e a Academia Imperial de Medicina – AIM, que tinham o propósito de consolidar o campo da Ciência Médica no Brasil, como nos informa Gondra

[...] duas poderosas armas fabricadas para combater os inimigos internos e externos da ordem médica. Uma primeira é a constituição de uma sociedade científica que reunisse e integrasse os homens que exerciam legal e oficialmente a ciência médica. Foi com essa intenção que [...] fundou, [a Sociedade Médica, pois] se propunha a tratar dos interesses médico-sociais e do ensino da Medicina, tudo isso sob os auspícios do governo.

Uma segunda arma contra os charlatães constituiu-se na própria formação dos médicos e, nesse sentido, é necessário ter em mente o processo de escolarização a que os futuros médicos passaram a ser submetidos para terem assegurado o direito ao exercício profissional. Sendo mais preciso, a escola de formação integra um complexo projeto desenvolvido pela corporação médica com vistas a obter e manter o controle exclusivo sobre os processos de formação, seleção, organização e fiscalização da medicina, funcionando como eficaz estratégia para garantir o monopólio sobre a arte de curar (Gondra, p.522,2007).

Depreendemos então que a ordem médica por intermédio das associações corporativas precisava definir e legitimar o seu espaço e o seu lugar na sociedade brasileira utilizando como argumento o caótico crescimento urbano alavancado pelo desenvolvimento industrial que aumentava o caos social e as enfermidades entre a população. A grande concentração de pessoas em algumas áreas urbanas, sem contar com os cuidados de higiene pessoal e de saneamento, fortalecia a idéia de que os profissionais da saúde eram os únicos preparados para lidar com o problema.

É nesse período e em virtude desse quadro que surge um novo ramo na Medicina, que se “ocupou da descrição e redescricao dos objetos sociais, em conformidade com os cânones dessa Ciência, [que] foi designado como Higiene, ramo que se preocupou, sobretudo, com uma medicina

do social”. (Gondra, p.521, 2007), batizando o profissional que vai atuar a partir de então como médico-higienista.

A partir da atuação dos médicos-higienistas na sociedade imperial, surgiu um novo discurso e, com ele, o deslocamento no entendimento da doença. O médico deveria então, dificultar ou impedir o aparecimento da doença lutando contra tudo o que na sociedade poderia interferir no bem-estar físico e moral dos indivíduos.

Se a sociedade, por sua desorganização e mal funcionamento, é causa de doença, a Medicina deve refletir e atuar sobre seus componentes naturais, urbanísticos e institucionais visando a neutralizar todo o perigo possível; nasce a periculosidade e com ela a prevenção. (Gondra, p.525, 2007)

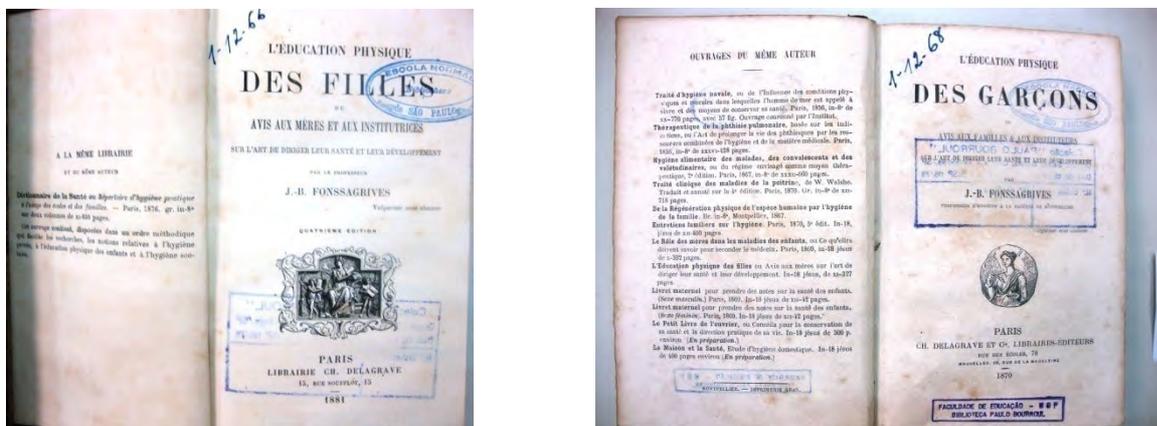


Figura 31 Educação física de meninas e meninos: a atuação dos higienistas na educação

Neste momento os médicos-higienistas passaram a ser reconhecidos como planejadores do urbano, e

as grandes transformações da cidade estiveram a partir de então ligadas à questão da saúde; torna[m]-se enfim, analista[s] de instituições: transforma o hospital – antes órgão de assistência aos pobres – em máquina de curar; cria o hospício como enclausuramento disciplinar do louco tornado doente mental; inaugura o espaço da clínica, condenando formas alternativas de cura; oferece um modelo de transformação à prisão e de formação à escola (Gondra, p.525, 2007).

Os médicos-higienistas,

[...] nesse sentido, afirma [m] que a escola seria o lugar privilegiado para se vacinar e revacinar os jovens e, para que [...] pudesse [m] ser levado a um bom termo, propõe [m] a

criação do serviço de inspeção higiênica das escolas, a ser exercido por profissionais habilitados, os médicos-inspetores. Estes deveriam possuir um conjunto de qualidades, detalhadas pelo advogado, tais como o sentimento do dever, a simpatia pelas crianças, os conhecimentos técnicos variados, o poliglotismo e a aptidão para o ensino, dentre outras, de modo a executar com sucesso tarefa tão necessária. (Gondra, p.525, 2007)

Ainda segundo o autor, é na expansão do campo de ação da Higiene e na especialização desse serviço que estaria a chave para fazer com que a escola cumprisse seu duplo destino: de instruir e moralizar. (p.533, 2007)

Nos manuais escritos pelos médicos-higienistas, observamos a preocupação desses profissionais com a idade e com o sexo dos indivíduos. Apresentados em forma de avisos/conselhos/advertências, assemelhados aos dos manuais de civilidade, o higienista vai perfazendo na verdade um guia da boa educação física das meninas e dos meninos, unificando procedimentos no interior da ordem médica, de modo que a esta fosse reconhecida e admitida como a arte mais apropriada para dirigir comportamentos. (Gondra, p.29, 2003)

De acordo com o José Gondra (p.30, 2003), no prefácio desses manuais, os autores esclarecem que tais obras eram destinadas a pais, mães, professores e professoras. Desta maneira, procuravam vulgarizar os fundamentos da higiene, apresentados na forma de conselhos a serem seguidos pelos responsáveis pela formação das novas gerações, no espaço público (os/as professores/as) e no espaço privado (pais e mães).

Ao mesmo tempo, nota-se o estabelecimento de normas para a construção das escolas considerando os novos modelos de educação: escolas graduadas, de ensino simultâneo e divididas em classes

A emergência das escolas graduadas [em meados do séc. XIX], permitiu aos professores adotarem o ensino simultâneo, estabelecendo um currículo uniforme. Além disso, a divisão das salas de aula permitia maior controle sobre os alunos e uma maior especialização da instrução, além da introdução de processos padronizados e burocratizados de avaliação. (Souza, p.34, 1996)

Ao preconizar a organização física dos espaços, os arquitetos o fazem, como pode ser observado na divisão dos capítulos dos livros de Félix Narjoux, segundo a aprovação da Comissão Especial de Higiene e Salubridade dos estabelecimentos escolares. Esta Comissão observa desde o lugar onde será construído o edifício escolar, as dimensões das classes, o número de alunos em cada

uma delas, a distribuição da iluminação, ventilação, aquecimento etc. Esse procedimento está de acordo com o modelo escolar inscrito nas práticas higienistas do início do século XIX. Tal modelo era composto por seis áreas de conhecimento: *circunfusa*, *applicata*, *ingesta*, *gesta*, *excreta* e *percepta*. A *circunfusa* dizia respeito justamente a localização da escola, que seria distante do centro e erguido de uma forma que proporcionasse a vigilância constante dos alunos. A *applicata* determinava as roupas indicadas para cada tipo de atividade. A *ingesta* relacionava-se à alimentação, que era de acordo com as atividades realizadas ao longo do dia. A *gesta* era o saber responsável pela prescrição das atividades físicas. A *excreta* representava o momento específico da alimentação. A *percepta* era o saber que determinava os sentidos religiosos, morais e literários da formação dos alunos. (Gondra, p.159-165, 2004)

A força da arquitetura sobre a sociedade transcendeu o funcionalismo; sua expressividade dá origem a uma nova forma de comunicação cultural, que é também pedagógica em seu sentido mais amplo. A função pragmática da arquitetura adquire, assim, uma dimensão semântica.

[Pois, a] linguagem arquitetônica [...] expressa, além de uma ordem construtiva, um sistema de intenções, valores e discursos, um jogo de simbolismos que atribuem a uma tradição cultural. A muralha, por exemplo, que é um símbolo de *civitas*, pode indicar como muro ou cerco institucional a delimitação de uma coletividade escolar, além de desempenhar outros objetivos. A torre, elemento que costuma fazer parte de muitos centros educativos do século XIX, sobretudo daqueles de filiação religiosa, é um signo de poder e de domínio (como se sabe, está também presente em prefeituras, igrejas e castelos). Os salões de conferências, os seminários ou as aulas convencionais representam diferentes formas retóricas de comunicação, além de cobrir determinadas funções. Toda arquitetura é definitivamente necessária, mas também arbitrária; funcional, mas também retórica. Seus signos indiciários deixam, em seu contato, traços que guiam a conduta. A antropologia do espaço não pode deixar de ser, ao mesmo tempo, física e lírica.

A arquitetura escolar, para além dessa análise semiológica, pode ser contemplada também como suporte de outros símbolos acrescidos. O edifício-escola, como se sabe, serviu de estrutura material para colocar o escudo pátrio, a bandeira nacional, as imagens e pensamentos de homens ilustres, os símbolos da religião, algumas máximas morais e higiênicas [...]. Isso expressa toda uma instrumentação da escola a serviço dos ideais nacionais, religiosos e sociomorais. (Viñao Frago & Escolano, pp. 34-45, 1998)

Podemos então concluir que a arquitetura escolar fez parte de um projeto educador e higienista, aparecendo como sua primeira premissa. A localização da escola e suas relações com a ordem urbana, o estilo arquitetônico do edifício e os elementos simbólicos que ele expressa, a decoração exterior e interior, a divisão interna em classes de níveis diferentes, a separação do professor e dos alunos tudo diz algo a respeito dos padrões culturais e pedagógicos que a criança deveria internalizar e aprender.

3.8 Apropriações e consumo

Para o Darnton o ato de ler continua a ser uma atividade misteriosa. Ele compreende que os textos “moldam a percepção dos leitores” (Darnton, p.145, 2010) ao mesmo tempo que estes infundem significados particulares ao que leram, como demonstra Ginzburg ao relatar o caso do moleiro Menocchio³⁴

Nesse sentido, “a história da leitura terá de levar em conta a coerção do texto sobre o leitor, bem como a liberdade do leitor com os textos” (Darnton, p. 146, 2010)

Não possuímos registros sobre a maneira que os freqüentadores da Biblioteca da Escola Normal reagiram em relação à bibliografia adquirida pelo professor Paulo Bourroul.

Pouco se sabe sobre sua freqüência e sobre quem a freqüentava. Seriam os alunos? Seriam os professores? Ambos? Parece difícil arriscar qualquer resposta em vista das poucas indicações que os documentos nos deixaram, mas podemos inferir alguma coisa.

No regulamento de 1880, o artigo 27 “incumbe à congregação aprovar ou rejeitar os compêndios de ensino propostos pelos professores, cabendo dessa decisão recurso para o Presidente da Província”. Este assunto foi bastante debatido quando da elaboração do regulamento, já que se relaciona diretamente às questões como a da autonomia dos professores.

Em 1884, essa questão volta à tona com a necessidade de aprovação dos compêndios. Em relatório sobre o ensino superior, o Barão de Sabóia, diretor da Escola de Medicina do Rio de Janeiro diz que:

o professorado, ainda subjugado pela influência das grandes autoridades científicas do velho mundo, a cuja opinião se sujeita com a mansuetude da impessoalidade, não dá seu ensino

³⁴ Ao relatar no livro “O queijo e os vermes” a convergência entre o pensamento de um simples moleiro com o que havia de mais refinado na cultura de seu tempo, o historiador Carlo Ginzburg propõe que os leitores interferem na fruição do texto, remodelando-o e mesmo alterando sua natureza (Ginzburg, p.29, 1987)

uma orientação científica própria e se limita em muitos casos ao papel de simples expositor de doutrinas e opiniões alheias, dando lugar a que alunos deixem de comparecer às aulas, certos de que irão encontrar no livro o que deixaram de ouvir nas aulas (Baub, p. 169, 1972)

Na opinião do diretor da Escola Normal, Sá e Benevides

A adoção de um compêndio é uma necessidade para o aproveitamento literário dos alunos e método para os professores, para haver uma base para as preleções e lições, além de ser uma das obrigações dos professores (Benevides, 1885)

Apesar da resistência apresentada por alguns professores, os manuais – cursos, tratados, lições – acabaram se impondo. Com a função de iniciar os alunos da Escola Normal na “nova ciência da educação”, isto é, (in)formar e inculcar os valores de um sistema público de educação. Dessa forma, são manuais de profissionalização que visam fundar práticas profissionais em conformidade com um modelo, de forma prescritiva e útil, disseminados por vários lugares do mundo. (Bastos, p.56, 2008)

Ao indagarmos sobre a utilização da biblioteca da Escola Normal, verificamos que, em correspondência com o Presidente da Província, o professor Paulo Bourroul solicitou verba para a colocação de iluminação a gás na biblioteca para que ela pudesse ser utilizada no período noturno (Bourroul, 1883).

Analisando os relatórios posteriores a sua gestão, percebemos que a iniciativa do professor Paulo Bourroul padecerá com a persistência de alguns dos problemas que dificultaram desde o início seu pleno estabelecimento. Falando sobre a biblioteca, o mesmo Dr. Benevides relata ter sido fechada em 30/09/1884, por não ser possível ao porteiro, pelas exigências de seu serviço, achar-se efetivamente na Biblioteca durante o tempo em que deve ser franqueada pelo regulamento. Justificando-se, o Diretor envia ao presidente um ofício em 10/10/1884, dizendo ter sido obrigado a “lançar mão desta medida para evitar atos de indisciplina e estrago de obras praticados pelos freqüentadores”.

Tendo recebido o pedido de autorização para o contrato de um bibliotecário, o Presidente envia ao Inspetor do Tesouro Provincial uma carta autorizando a contratação. A resposta é que não existe verba votada para este fim, mas que é possível efetuar o pagamento de uma gratificação mensal “nunca superior a 30\$000, ficando encarregado desse serviço João Pinheiro da Silva, que já

é zelador do laboratório”, correndo essa despesa por conta da mesma verba destinada à compra de livros e outros objetos necessários às aulas

Em relatório ao Presidente da Província, João Alfredo Correia de Oliveira, o sucessor de Paulo Bourroul apresentou o número de alunos que freqüentaram a Biblioteca naquele ano. Apesar dos problemas como a falta de mobiliário adequado, do funcionamento da biblioteca coincidir com os períodos de aula e da maioria dos livros estarem em idioma francês, o número de freqüentadores foi de 140 alunos na primeira quinzena do ano. (Benevides, 1885).

Em novo relatório, este do ano de 1886, o número de obras da Biblioteca, que era de 505 títulos perfazendo o número de 1015 volumes, cresceu para 1050, sendo descritas como “obras diversas e relativas às matérias do ensino Normal”.

O quadro de freqüência apresentado neste mesmo relatório é de 608 alunos nos três primeiros trimestres do ano. (Benevides, 1886). Nesse momento, a biblioteca está sob controle do Bacharel Carlos Marcondes Lessa, docente da 6ª Cadeira de Gramática e Língua Francesa, que para exercer esta função recebe a gratificação de 50\$000 mensais. (Benevides, 1886)

No ano de 1887, já sob a administração de seu novo diretor, o Cônego Manuel Vicente da Silva, achavam-se matriculados 441 alunos de ambos os sexos, e a biblioteca contava 1.559 volumes. Nessa época o responsável pela biblioteca era outro professor, Dr. Carlos Reis, titular da 1ª Cadeira, de Gramática e Língua Portuguesa. (Silva, 1887)

O novo Regulamento da Escola, assinado em 1887, não mudará a situação da Biblioteca, que permanecerá aberta só cinco horas e durante o período das aulas.

A questão da freqüência e da utilização dos livros da Biblioteca pelos alunos da Escola Normal nos lembra que não podemos perder de vista a distância entre o “leitor ideal” proposto pelo autor ou editor do livro e o “leitor real”, visto que as apropriações dos textos implicam na consciência de que a possibilidade de leitura efetua-se por um processo de aprendizado particular, e resultam em competências diferentes. (Pécora, p.10, 1996)

Porém, se pensarmos nas relações entre os alunos-mestres e professores da Escola Normal e os bacharéis da Faculdade de Direito, teremos outra perspectiva de análise.

Sabemos da profunda ascendência que a Faculdade exerceu sobre a cidade desde sua fundação, em 1828. Em torno dela reunia-se a nata da intelectualidade paulista, que tinha na biblioteca do Largo São Francisco, nas livrarias e em outros pontos de encontro espalhados pela cidade, espaços de sociabilidade para troca de idéias e discussões sobre os mais variados assuntos, inclusive sobre livros

“tagarelar às mesas do Café Java e da Confeitaria Paulicéia, ou às portas da Casa Garraux, Livraria Teixeira e Charutaria Gonçalves” (Deaecto, p.335, 2005)

Segundo a autora, o verbo “tagarelar” só poderia ter nascido em meados do século XIX³⁵, no contexto de crescimento urbano. Esse “tagarelar” está intimamente relacionado às leituras de livros, ao acompanhar os novos lançamentos e conhecer as críticas publicadas nos jornais, tornando assim mais complexos os estudos sobre as práticas de leitura, dadas a profusão de espaços em que ela poderia ocorrer. (Deaecto, p.335, 2005)

Gostaríamos então, de inserir a Biblioteca da Escola Normal como mais um espaço de sociabilidade literária na São Paulo oitocentista.

³⁵Segundo o Dicionário Houaiss, “f. hist. Tagarelar (1858)”. In Deaecto, p.335, 2005, nota de rodapé 776.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa investigação, ao mapear as principais idéias pedagógicas colocadas em circulação por meio dos livros adquiridos pelo professor Paulo Bourroul para a 4 Cadeira – Metodologia e Pedagogia, procurou compreender os modelos por eles indicados para a formação dos professores da Escola Normal de São Paulo no último quartel do século XIX.

Para cumprir essa tarefa realizamos um minucioso trabalho de levantamento das fontes primárias, isto é, ao tomarmos contato com a lista original dos livros comprados pelo professor Paulo Bourroul, procedemos a necessária correção dos nomes e a posterior localização dos respectivos itens na biblioteca da FEUSP.

A partir desse momento, estabelecemos um cuidadoso e imprescindível diálogo com as fontes deixando fluir os indícios e as pistas pouco evidentes. Tal diálogo esteve orientado pela perspectiva dos estudos sobre a intensa circulação de pessoas, idéias e impressos que ocorreu ao longo do século XIX.

Dessa investigação, apreendemos que as questões sobre os conteúdos e métodos de ensino, bastante enfatizado e foram objeto de grande debate desde meados do século XIX, por meio das Exposições Universais e das Conferências Pedagógicas, que ao mesmo tempo em que faziam circular os saberes, consolidavam a posição do professor como profissional da educação, insistindo na fertilidade desse momento histórico.

Os materiais pedagógicos tornados amplamente conhecidos, tanto por meio desses encontros como por meio de catálogos, jornais e revistas trouxeram com eles um novo conceito de espaço escolar e uma nova forma de organização da escola, dando origem a uma grande inovação nas representações da mesma e do ato de ensinar.

Outro meio de divulgação de novos modos de organização e métodos de ensino vinha por meio da educação comparada, que permitia que fosse conhecida a estrutura da educação em diversos países e também para que estes pudessem introduzir inovações e implantar reformas segundo os novos modelos.

Pudemos verificar também que as obras escolhidas se inscrevem num momento de consolidação de novos métodos de ensino, como o Método Intuitivo, concomitante a afirmação e a disseminação da escola primária moderna. Esta, voltada para o progresso, deveria ser a fundadora de uma nova realidade educacional no país, por meio de um ensino renovado e um programa enciclopédico. A reconfiguração do currículo para a escola primária constituiu-se neste momento, mediante um trabalho de adaptação das ciências naturais para viabilizar sua aprendizagem pelos alunos do nível primário, tendo o referido método como carro-chefe. O método intuitivo ou lição de

coisas possibilitou e potencializou a tradução do conhecimento científico para o nível de aprendizagem da criança.

No que tange à questão do papel dos professores, observamos a convivência de duas representações. Nas mesmas prateleiras em que se encontrava uma literatura que enfatizava o caráter essencialmente moral da educação, aconselhando aos professores a escutar sempre o “bom senso comum”, encontravam-se também os manuais de pedagogia que instituíram o discurso científico. Estes ampliaram o campo do profissional da educação segundo o princípio da educação integral: educação física, intelectual e moral. Inspirados nas idéias de Spencer, também presente entre os livros comprados pelo professor Paulo Bourroul, viam a correspondência entre as leis da evolução biológica e o progresso social, naturalizando a evolução da sociedade e fazendo o conhecimento científico mais relevante. As propostas da educação dita científica demandavam um professor diferente do que até então existia.

Nesse sentido, a modernidade educativa foi recriada a partir de uma idéia de progresso que associava desenvolvimento científico e educativo à ampliação material da escola. A construção arquitetônica tanto serviu à racionalização do ensino e à disseminação de métodos quanto respondeu aos ditames da higiene, regulando os espaços coletivos e individuais. A presença de vários livros que tratam da arquitetura e da higiene escolar chamaram nossa atenção para uma possível afinidade do próprio professor Paulo Bourroul, médico de formação, com as idéias higienistas, muito em voga naquele momento. Não podemos perder de vista que, após deixar a direção da Escola Normal, ele construiu uma carreira como médico-higienista, secundando os trabalhos de Oswaldo Cruz no Serviço Sanitário.

O fato do professor Paulo Bourroul estar à frente da Escola Normal também trouxe a questão fundamental da presença francesa na educação brasileira, não só materialmente, na forma dos livros adquiridos, mas também em relação às idéias e inovações pedagógicas disseminadas a partir da França. Constatamos que os autores franceses eram apropriados pela elite intelectual nacional como uma maneira de fundamentar o desenvolvimento da educação no Brasil, já que a França encontrava-se, junto aos Estados Unidos e a Alemanha, entre os principais modelos de empreendimentos educacionais bem-sucedidos.

O empenho do professor Paulo Bourroul em viabilizar a montagem da biblioteca da Escola Normal de São Paulo, ocupando-se com sua disposição, iluminação e frequência, aponta uma preocupação com a melhoria na formação teórica, técnica e prática dos professores, no sentido de sua profissionalização. A aquisição deste conjunto de livros demonstra também a intenção em atualizar ao máximo a bibliografia da Escola Normal, já que as edições eram as mais recentes e

estavam em sintonia com o que estava sendo proposto para a formação dos professores naquele momento.

É importante frisar que os limites dessa investigação impediram a abordagem e o aprofundamento de algumas questões que nos pareceram relevantes ao longo da pesquisa. A riqueza deste acervo permite vários recortes que, sem dúvida, poderiam revelar contornos mais específicos sobre as noções discutidas nessa dissertação, uma vez que colocariam em evidência as coerências e as contradições expressas neste conjunto de livros e no perfil de professores que ele deseja formar.

FONTES

CORRESPONDÊNCIA

BENEVIDES, José Estácio de Sá. Relatório apresentado ao Presidente da Província José Luiz de Almeida Couto (1884). Instituto de Estudos Brasileiros - IEB/USP.

_____. Ofício ao Presidente da Província Senador João Alfredo Correia de Oliveira (1885). Arquivo do Estado de São Paulo. Instrução Pública, Série Correspondências – C5132

_____. Ofício ao Vice-Presidente da Província Francisco Antonio de Souza Queiroz (1885). Arquivo do Estado de São Paulo. Instrução Pública, Série Correspondências – C5132

BOURROUL, Paulo. Ofício ao Presidente da Província Francisco de Carvalho Soares Brandão (1882). Arquivo do Estado de São Paulo. Instrução Pública, Série Correspondências - C5131

_____. Ofício ao Presidente da Província Francisco de Carvalho Soares Brandão (1883). Arquivo do Estado de São Paulo. Instrução Pública; Série Correspondências - C5131

_____. Relatório apresentado ao Presidente da Província Barão de Guajará, em novembro de 1883. Instituto de Estudos Brasileiros - IEB/USP.

_____. Ofício ao Presidente da Província Visconde D' Itu (1883). Arquivo do Estado de São Paulo. Instrução Pública, Série Correspondências – C5131

CHAVES, Manuel José. Ofício ao Inspetor de Instrução Pública Diogo de Mendonça informando sobre a Escola Normal de São Paulo (1860). Arquivo do Estado. Instrução Pública, Série Correspondências – C5129

_____. Ofício ao Inspetor de Instrução Pública Diogo de Mendonça informando sobre a Escola Normal de São Paulo (1861). Arquivo do Estado. Instrução Pública, Série Correspondências – C5129

SILVA, Augusto Freire da... et all. Ofício ao Vice-Presidente da Província Luiz Carlos da Assumpção apresentando parecer sobre o projeto de regulamento para a Escola Normal de São Paulo (1885). Arquivo do Estado. Instrução Pública, Série Correspondências – C5131

TOLEDO, João Aureliano de. Ofício contendo a relação de livros a serem trocados na livraria Garraux, segundo pedido do professor da 1ª Cadeira da Escola Normal sr. Paulo Antonio do Valle (1875). Arquivo do Estado. Instrução Pública, Série Correspondências – C5131

VALLE, Paulo do. Ofício contendo a relação de livros comprados a pedido do professor interino da Escola Normal de São Paulo (1875). Arquivo do Estado. Instrução Pública, Série Correspondências – C5131

LEIS E DECRETOS

BRASIL. Decreto-Lei nº 7247, de 19 de abril de 1879. Reforma do ensino primário, secundário e superior no município da Corte em todo o Império In: Relatório do ano de 1878, apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 17ª Legislatura. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1879

REGULAMENTO

BRITO, Laurindo Abelardo de. Regulamento da Escola Normal de São Paulo expedido em 30 de junho de 1880. Typ. da Gazeta Liberal, São Paulo, 1884. Instituto de Estudos Brasileiros - IEB/USP.

LIVROS DA BIBLIOTECA PAULO BOURROUL

BERSOT, Ernest. *Conseil d'enseignement*, de philosophie et de politique. Membre d'Institut, directeur d'École Normale Supérieure. Paris, Librairie Hachette et Cie, 1879.

_____. *Questions d'enseignement, études sur les réformes universitaires*. Paris: Librairie Hachette et Cie. 1880.

BOUANT, Émile. *Leçons des choses*. Récits et lectures sur les sujets indiqués pour la classe préparatoire par les programmes du 2 août de 1880. A usages des élèves de la classe préparatoires des Lycées des élèves des écoles primaires et de tous les enfants de 8 a 12 ans. Ancien élève de l'École Normale, Agrégé des Sciences Physiques, professeur au prytanée militaire. Troisième édition ornée des nombreuse vignettes. Paris: imprimerie et librairie classiques

BRÉAL, Michael. *Quelques mots sur la instruction publique en France*. (Professeur au Collège de France, Membre de l'Institut) . Deuxième éditions. Paris: Librairie Hachette et Cie, 1879.

_____. *Excursion pédagogiques: un voyage scolaire em Allemagne*. (Membre de l'Institut). Paris: Librairie Hachette et Cie, 1882.

CHARBONNEAU, Michael. *Cours théorique et pratique de pédagogie*. Directeur d'École Normale de Melun, officier d'instruction publique. Onzième Édition, revue et corrigée, précédé d'une introduction par M. J.-J. Rapet, inspecteur general honoraire de l'enseignement primaire. Paris: Librairie Ch. Delagave. 1882.

COMPAYRÉ, Gabriel. *Histoire critique des doctrines de l'éducation em France* depuis le seizième siècle par Gabriel Compayré (Professeur de Philosophie à la Faculté des Lettres de Toulouse) Troisième édition. Paris: Hachette et Cie ,1881. 2 vols

CONFÉRENCES *pédagogiques* de Paris em 1880. Rapports et procès verbaux. Librairie Hachette et Cie, s.d.

DELON, Mme Fanny & DELON, Charles. *Methode intuitive*. Exercices et travaux pour les enfants selon les méthode et les procedes de Pestalozzi et de Froebel par directrice d'une école professionnelle à Paris et Charles Delon, licencié és sciences. Troisième édition. Paris: Librairie Hachette et Cia, 1882.

DICTIONNAIRE *de Pédagogie d'instruction primaire publiée sur la direction* de F. Buisson, agrégé de l'Université, inspecteur general de enseignement primaire. Avec le concurs d'un grand nombre de coloborateurs, membres de l'Institut, publicites, fonctionnaires de l'instruction publique, inspecteurs, professeurs et instituteurs de France et de l'étrangers. Paris: Librairie Hachette et Cie, 1882. 2 vol

DREYFUS-BRISAC, Edmond. *L'éducation nouvelle: études de pédagogie comparée* par Rédacteur em chef de la Revue Internationale de l'Enseignement. Paris: G. Masson. Éditeur. Librairie de l'Academie de Médecine. 1882.

FERNEUIL, Th. *La reforme de l'enseignement public em France: et les nouveau programmes adaptés par le Conseil Supérieur de l'Instruction Publique*. Deuxième édition revue et augmentée. Paris: Librairie Hachette et Cie. 1881.

FONSSAGRIVES, J-B. *L'éducation physique des filles* ou avis aux familles & aux instituteurs sur l'art de diriger leur santé et le développement par J.-B. Fonssagrives, professeur d'hygiène a la Faculté de Montpellier. Paris. Delagrave et Cie, Librairies-éditeurs, Quatrième Édtion, 1881.

FONSSAGRIVES, J-B. *L'éducation physique des garçons* ou avis aux familles & aux instituteurs sur l'art de diriger leur santé et le développement par J.-B. Fonssagrives, professeur d'hygiène a la Faculté de Montpellier. Paris. Delagrave et Cie, Librairies-éditeurs, 1870.

FROEBEL, Frédéric. *L'éducation d'homme* (Traduit de l'allemand par la Baronne de Chombrucche. Deuxième édition par le portrait de Froebel. Paris: Fischbacher, Librairie-éditeur, 1881.

GARSAULT, T. *Pédagogie pratique*, simples conseils aux maîtres. Inspecteur de l'instruction primaire, officier de l'instruction publique. Paris: Librairie Classique de Ch. Fouraut et fils. 1882.

GIRADIN, M. Saint-Marc (Député) *.De l'instruction intermédiaire* et de ses rapport avec l'instruction secondaire, Nous avons pensé qu'en matière d'instruction publique surtout il s'agit plutôt de regulariser et améliorer ce qui existe que de détruire pour inventer et renouveler sur la foi de theories hasardeuses (M. Guizot, exposé des motifs du projet de loi sur l'instruction primaire em 1833). Paris: Imprimerie et librairie classiques de Jules Delalain, imprimeur de l'Université Royale de France. 1847.

HIPPEAU, C. *L'instruction publique dans l'Amérique du Sud* (République Argentine). Enseignement primaire, enseignement secondaire, enseignement supérieur. (Professeur honoraire de Faculté, Secrétaire du Comité des Travaux Historique et des Sociétés Savants (section d'Histoire et de Philosophie). Paris: Librairie Académique. Didier et Cie, Librairies Éditeurs, s.d.

_____. *L'instruction publique em Angleterre*. Paris, Librairie Académique. Didier et Cie, Librairies Éditeurs, 1872

_____. *L'instruction publique em Allemagne*. Salles d'asiles (Kindergarten), Écoles Realschulen, Gymnases. Universités. Écoles specials. Paris: Librairie Académique, Didier et Cie, Libraires Éditeurs, 1873

_____. *L'instruction publique en Italie* . Professeur honoré par Faculté, Secrétaire du Comité des Travaux Historiques et des Sociétés Savants (Section d'Histoire et de Philologie). Paris: Librairie Académique Didier et Cie, Librairies Editeurs. 1875.

_____. *L'instruction publique dans les États du Nord* (Suede-Norwége-Danemark) .Professeur honoré par Faculté, Secrétaire du Comité des Travaux Historiques et des Sociétés Savants (Section d'Histoire et de Philologie). Paris: Librairie Académique Didier et Cie, Librairies Editeurs. 1876.

_____. *L'instruction publique em Russie*. Professeur honoré par Faculté, Secrétaire du Comité des Travaux Historiques et des Sociétés Savants (Section d'Histoire et de Philologie). Paris: Librairie Académique Didier et Cie, Librairies Editeurs. 1878.

_____. *L'instruction publique en France pendant la révolution. Discours et rapports de Mirabeau, Talleyrand-Périgord, Condorcet, Lanthenas, Romme, Le Peletier, Saint-Fargeau, Calès, Lakanal, Daunou et Fourcroy publiés par C. Hippeau.* Paris: Librairie Académique Didier et Cie, Librairies Éditeurs. 1882.

JACOBS, J.-F. *Manuel pratique des jardins d'enfances de Frédéric Froebel* . (Ancien élève de l'École Normale de l'État à Lierre, Directeur des Écoles Comunales de Saint-Josse- Tem- Noode) Quatrième édition revue et augmentée. Paris: Librairie G. Fischbacher, 1880.

LOCKE, John. *Quelques pensées sur l'éducation* Traduction nouvelle avec preface et commentaires par Gabriel Compayré. Paris: Librairie Hachette et Cia, 1882.

MARION, Henri. *Leçons de psychologie appliquée a l'éducation* .(Docteur de lettres. Professeur de Philosophie au Lycée Henry IV. Membre du Conseil Supérieur de l'Instruction Publique). Deuxième édition. Paris: Librairie Classique Armand Colin et Cie, 1882.

MARIOTTI, L. *Conférence de pédagogie.* Manuel de élèves-maitres et des instituturs (Directeur de l'École Normale de de Versailles) Cinquième édition, Revue et augmentée. Paris: Librairie Hachette et Cie, 1881.

MASSON, Octavie. *L'école Froebel* histoire d'un jardin d'enfants simple récits pour servir de guide aux mère de famille & aux institutrices des écoles gardiennes et des salles des asiles par. Paris: Librairie Sandoz & Fischbacher, 1880.

NARJOUX Félix . *Écoles primaires et salles d'asiles.* Construction et installation. À l'usage de MM. les Maires, Délégués Catonaux et Members de l'enseignement primaire. (Architecte de la Ville de Paris). Paris: Librairie Ch. Delagrave et Librarie Vv E. Mobel et Cie., 1879.

NARJOUX Félix. *Les écoles publiques construction et installacion en Suisse.* Documents officiels, services intérieurs et extérieurs – Bâtiments scolaires, mobiliers scolaires – services annexes. (Architecte de la ville de Paris). Paris: Ve. Morel et Cie, Libraires- Éditeurs. 1879.

NARJOUX Félix *Les écoles normales primaries.* Construction et installation. (Architecte de la Ville de Paris). Paris: Librairie Ch. Delagrave et Librarie Vv E. Mobel et Cie., 1880

PAROZ, Jules. *Leçon des choses: enseigment basé sur l'étude d'objets divers et propre à inculques des notions utiles à developper l'intelligence et à former le langage parlé et écrit.* (Directeur d'École Normale) Quatrième édition. Paris: Librairie Sandoz et Fischbacher, 1881.

_____. *Histoire Universelle de la Pédagogie* renfermant les systèmes d'éducation et les méthodes d'enseignement des temps anciens et modernes, les biographies des tous les pédagogues célèbres, le développement progressif de l'école, depuis le moyen-âge jusqu'à nos jours, la comparaison et la caractéristique des pédagogies anglaise, allemande et française, etc, etc. dédiée aux élèves des écoles normales, aux instituteurs, aux chefs d'instruction et aux autorités scolaires, Directeur d'Ecole Normale, Cinquième Édition, revue, corrigée et augmentée. Paris, Librairie Ch Delagrave, 1883.

PÉCAUT, Elie. *Cour d'hygiène* .. Paris: Librairie Hachette et Cie. 1882.

PEREZ, Bernard. *L'éducation dès les berceaux: essai de pédagogie expérimentale*. Paris: Librairie Germer Baillière et Cie, 1880.

REVUE *de pédagogie* publiée sous les auspices et avec la collaboration des membres de l'institut, professeurs, et inspecteurs de l'enseignement public, directeurs d'écoles normales et instituteurs libres. Directeur M. Ch. Hanriot, agrégé des classes supérieures, docteurs ès Lettres, anciens professeurs de Faculté, Inspecteurs honoraire d'academie. Premier et second semestre 1878. Paris, Librairie Ch. Delagrave. 1878.

ROUSSEAU, Jean-jacques. *Émile ou de L'éducation* (Extraits comprenant les principaux éléments pédagogiques des trois premiers livres avec une introduction et des notes par Jules Steeg). Troisième édition. Paris: Librairie Hachette et Cie. 1882.

SIMON, Jules. *L'école*. Quatrième édition. Paris: Librairie Internationale A. Lacroix, Verboeckhoven & Cie, Éditeurs. 1863

SPENCER, Herbert. *De l'éducation*. Édition populaire. Deuxième tirage. Paris: Librairie Germer Baillière et Cie.

THÉRY, A. *Lettres sur la profession d'instituteur* (Inspecteur général honoraire de l'Instruction Publique) Septième édition. Paris, Librairie Ch. Delagrve, 1882.

BIBLIOGRAFIA:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org). *História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras. v.2, 1998.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889)*. São Paulo: EDUC; Brasília: INEP/MEC, 1989.

ALMEIDA, M. dos S., MAEDA, E. Y. Método para o fichamento preliminar de grandes doações: uma experiência da FEUSP. 9º Congresso Brasileiro e V Jornada Sul-Rio-Grandense de Biblioteconomia e Documentação, Porto Alegre, 3 a 7 de julho de 1977.

AMARAL, I. R. do e FARIA, L. M. Resenha sobre o livro de Roger Chartier: a História Cultural entre práticas e representações. In: *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v. 16, n.30, jan/abr, pp.183-186, 2007.

ARAÚJO, José Carlos Souza et all (orgs). *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. Campinas, SP: Alínea, 2008.

BARATIN, Marc e JACOB, Christian. (orgs.) *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

BARROS, J D. A História Cultural e a contribuição de Roger Chartier, In: *Diálogos*, DHP/PPH/UEM, v.9, n.1, pp.125-141, 2005

_____. A História Cultural Francesa – caminhos de investigação, In *Fênix: Revista de História e Estudos Culturais*, UFU, Minas Gerais, out/ dez, vol.2, ano II, n.4, pp.1-17, 2005.

BASTOS, M. H. C. & FARIAS FILHO, L. (orgs). *A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo*. Passo Fundo: Ediupf, 1999.

BASTOS, M H. C. *Ferdinand Buisson au Brésil : pistes, vestiges et signaux de ses idées pédagogiques (1870-1900)*. Département de Mémoire de L'Éducation – SNE/INRP. Disponível em :

_____. Leituras da Ilustração Brasileira: Célestin Hippeau (1803-1883) In *Revista Brasileira de História da Educação* n°3 jan./jun. 2002.

_____. Permuta de luzes e idéias: as Conferências populares da freguesia da glória (1873-1890). In *História e Memória da Educação brasileira*, Natal, UFRN, 2002. v. 1, pp. 1-19.

_____. Luzes do futuro: O Congresso da Instrução-Rio de Janeiro (1883-1884). Uberlândia: Ícone, v. 8, n. 1-2, p. 153-182, 2003.

_____. Manuais escolares franceses no Imperial Colégio de Pedro II (1856-1892). In *História da educação*. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, n 26, set/dez, pp.39-58, 2008.

_____. Paroz, Compayré, Rousselot: manuais de História da Educação em circulação no Brasil (sec.XIX), In: *O ensino de História da Educação em perspectiva internacional*. Uberlândia: EDUFU, pp. 157-188, 2009.

BARROS, Maria Paes de. No tempo de dantes. São Paulo: Paz e Terra. 1998.

BATTLES, Matthew. *A conturbada história das bibliotecas*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003.

BAUAB, M. A. R. *O ensino Normal na província de São Paulo (1846-1889): subsídios para o estudo do Ensino Normal no Brasil Império*. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, São Paulo, 1972.

BENCOSTTA, Maucus Levy (org.). *História da educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 2005

BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. Trad. José Martins Barbosa e Hermerson Alves Batista. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Obras escolhidas, v.3)

BINZER, Ina von. *Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 5ª Ed.

BITTENCOURT, C. *Livro didático e saber escolar (1810-1910)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. (Coleção História da Educação)

BIVAR, V. S. B. *Vivre à St. Paul: os imigrantes franceses na São Paulo oitocentistas*. Tese (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007

BONTEMPI JR, B. “A educação brasileira e a sua periodização”: vestígios de uma identidade disciplinar. In: *Revista Brasileira de História da educação*, nº 5, jan/jun, pp.43 - 68, 2003.

BONTEMPI JR., B.. Do vazio à forma escolar moderna: a história da educação como um fardo na Cidade de São Paulo. In: *História da cidade de São Paulo: a cidade no Império 1823-1889*. São Paulo, Paz e Terra, v.2, pp.507 -541, 2004

BRUNO, Ernani da Silva. *Histórias e tradições de São Paulo: O burgo de estudantes (1828-1872)*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1954. V.II

- BRUNO, Ernani da Silva. *Histórias e tradições de São Paulo: metrópole do café (1872-1924)*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1954. V.III
- BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- CAMARA, Giselle Marques. “Então esse é que é o Imperador? Ele não se parece nada com reis”: Algumas considerações sobre o intelectual brasileiro Pedro de Alcântara e suas viagens pelas terras do Nilo. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- CARRETER, Fernando Lázaro (org). *La cultura del libro*. Madrid : Fundación German Sanches Ruiperez, 1983.
- CARVALHO, J. M. de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980
- _____. *Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.
- CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas e a instrução pública*, São Paulo: Saraiva/ EDUSP, 1978. .
- CARVALHO, M. M. C. de. Modernidade pedagógica e modelos de formação docente. In *São Paulo em perspectiva*, vol.14 no.1 São Paulo Jan./Mar., pp.111-120, 2000.
- _____. A caixa de utensílios e a biblioteca: pedagogia e práticas de leitura. In *Brasil 500 anos: tópicos em História da Educação. Brasil 500 anos: tópicos em história da educação*. São Paulo, EDUSP, pp. 137-168, 2001
- _____. A escola e a República e outros ensaios. São Paulo: Editora Universitária São Francisco, 2003.
- _____. Uma biblioteca francesa para a Escola Normal de São Paulo (1882): livros de formação profissional e circulação de modelos culturais. In: *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, pp.17-40, 2007
- CASTANHA, André Paulo. *O ato adicional de 1834 e a instrução elementar no império: descentralização ou centralização?* Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.
- CERTEAU, Michael de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- _____. *A invenção do cotidiano*, vol.1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Anne- Marie, HÉBRARD, Jean. *Discursos sobre a leitura (1880-1980)*. São Paulo, Ática, 1995.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel: 1990.

_____. O mundo como representação. In *Estudos Avançados*, v.5, n.11, pp. 173-191, 1991

_____. *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

_____. *A ordem dos livros*. Brasília: UNB, 1998.

COLLICHIO, T.A.F. Dois eventos importantes para a História da Educação Brasileira: a Exposição Pedagógica de 1883 e as Conferências Populares da Freguesia da Glória. *Revista da Faculdade de Educação/USP*. São Paulo, 13(2), pp. 5-14, jul/dez, 1987.

COSTA, Emília Viotti da. Alguns aspectos da influência francesa em São Paulo na segunda metade do século XIX In *Revista de História*, n.142-143, 2000, pp. 277-308,

_____. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: UNESP, 7ª ed., 1999.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DEAECTO, M. M. *Comércio e vida urbana na cidade de São Paulo (1889- 1930)*. São Paulo: SENAC, 2002.

DEAECTO, M. M. *No império das letras: circulação e consumo de livros na São Paulo oitocentista*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

DIAS, M. H. *Professores da Escola Normal de São Paulo (1846-1890): a história não escrita*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ENSAIOS PAULISTAS (*contribuição de "o Estado de São Paulo" às comemorações do IV centenário da cidade*). São Paulo: Editora Anhambi S/A, 1958.

FARIA FILHO, L. M. Instrução elementar no século XIX. In *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, pp. 135-150, 2000.

_____. *Práticas Escolares - A cultura escolar como categoria de análise*, 2008.

FEBVRE, Lucien e MARTIN, Henri-Jean, *O Aparecimento do Livro*. Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

FREYRE, Gilberto. Um engenheiro francês no Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940. (Coleção Documentos Brasileiros, v.26)

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: LCT, 1989.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo. In *Micro-história e outros ensaios*. Difel: Lisboa, 1991, pp.203 a 214.

GONDRA, J. G. *Sem Deus nem Rei? O Positivismo na Escrita da Educação Brasileira* In Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v.77, n.185, jan/abr. 1996.

_____. A sementeira do porvir: higiene e infância no século XIX. In: *Educação e Pesquisa, São Paulo*, v.26, n.1, p.99-117, jan/jun. 2000.

_____. Olhos na América – uma leitura dos relatórios de Hippeau In *Educar*, Curitiba, UFPR, n. 19, p. 161-185. 2002.

_____. Homo higienicus: Educação, Higiene e a Reinvenção do Homem. Campinas: *Caderno Cedes*, v. 23 (nº 59), p. 25-38, abril 2003.

_____. Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

_____. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive & FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). *500 anos de educação no Brasil*. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 519-535 , 2007.

Haidar, M. L. M. *O ensino secundário no Império Brasileiro*. São Paulo, EDUSP, 1972.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo, EDUSP, 2005, 2ed.

HEBRARD, Jean. Bibliotecas Escolares. In *Educação, Memória, História. Possibilidades, leituras*. Campinas: Mercado das Letras, pp. 15-104 , 2004.

HOBBSAWM, Eric. & RANGER, Terence. (orgs.) *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997. 6ª ed.

HOLLANDA, Sergio Buarque de. *O Brasil monárquico: do Império à República*. Tomo II. Vol.5. Rio de Janeiro: DIFEL, 1985. 4ª ed.

KUHLMANN JR., M. *As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP. 1990 (Coleção Repertórios).

LERNER, Fred. *Historia de las bibliotecas del mundo: desde la invención de la escritura hasta la era de la computación*. Buenos Aires: Troquel, 1999.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias da Rua do Ouvidor* (prefácio e notas de Jamil Almansur Haddad). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952. (Coleção Brasileira, v.275).

MANACORDA, Mario Alighiero. *História da Educação: da antiguidade aos nossos dias*. São Paulo: Cortez, 1986. 2 ed.

MAROTTO, Lucia Helena. *Biblioteca escolar, eis a questão! Do espaço do castigo ao centro do fazer educativo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

MARTINS, Antonio Egydio. *São Paulo antigo 1554-1910*. São Paulo, Paz e Terra, 2003.

MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. 2.ed. São Paulo : Atica, 1996.

MATTOS, I. T. *O tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: Acess, 1994.

MONARCHA, C. *Escola Normal da praça: o lado noturno das luzes*. Campinas: UNICAMP, 1999.

MORSE, Richard. *Raízes oitocentistas da Metrópole*. Imprensa Oficial do Estado, São Paulo, 1950

_____. *De comunidade a metrópole: biografia de São Paulo*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.

OLIVEIRA, José Feliciano de. *O ensino em São Paulo: Reminiscências*. São Paulo: Typ. Siqueira, 1932.

PALLARES-BURKE, M. L. *Nísia Floresta. O carapuceiro e outros ensaios de tradução cultural*. São Paulo: Hucitec, 1996.

POLIANTHÉIA Comemorativa do Centenario do Ensino Normal em São Paulo 1846-1946. São Paulo, Gráfica Bréscia, 1946.

PRIMITIVO, Moacyr. *A instrução pública e as províncias (subsídios para a História da Educação no Brasil) 1835-1889*. Província de São Paulo, Companhia Editora Nacional. V. I, 1939.

_____. *A instrução pública e as províncias (subsídios para a História da Educação no Brasil) 1835-1889*. Província de São Paulo, São Paulo, Companhia Editora Nacional. II v., 1939.

_____. *A instrução pública e as províncias (subsídios para a História da Educação no Brasil) 1834-1889*. v. I, Companhia Editora Nacional, São Paulo

_____. *A instrução e o império (subsídios para a História da Educação no Brasil) 1854-1888* v.II, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937.

_____. *A instrução pública e o império (subsídios para a História da educação no Brasil) 1854-1889*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, v.III, 1938.

_____. *A instrução pública no Estado de São Paulo. Primeira década republicana 1890-1893*. São Paulo, Companhia Editora Nacional. 1942

RODRIGUES, João Lourenço. *Um retrospecto: alguns subsídios para a história pragmática do ensino público em São Paulo*. São Paulo: Instituto Ana Rosa, 1930.

SAHLINS, M. *História e cultura*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo*. Rio de Janeiro, Itatiaia, 1976.

SAVIANI, Demerval [et al]. *O legado educacional do século XIX*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2006. 2ª. ed. rev. e ampl.

SCHAFFRATH, M. dos S. Escola Normal: o projeto das elites brasileiras para a formação de professores. In: *I Encontro Interdisciplinar de Pesquisa em Artes 2008*, Curitiba. FAP, 2008, pp. 142-152.

SCHELBAUER, A. R. *A constituição do método intuitivo na província de São Paulo (1870-1889)*. Tese (Doutorado em educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2003.

SCHELBAUER, A. R. Método intuitivo e lições de coisas: saberes em curso nas conferências pedagógicas do século XIX. In LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. (Org.). *Navegando pela história da educação brasileira*. Campinas: Gráfica FE: HISTEDBR, 2006, pp. 1-23.

SCHNEIDER, O. *A circulação de modelos pedagógicos e as reformas da instrução pública: atuação de Herculano Marcos Inglês de Souza no final do Segundo Império* Tese (Doutorado em Educação, História, Política, Sociedade). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

SCHUELER, A.F. Representações da docência na imprensa pedagógica na Corte imperial (1870-1889): o exemplo da Instrução Pública. *Educação e Pesquisa*, 2005, vol.31, n.3, pp.379-390.

SCWARCZ, L. M. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

SEVCENKO, Nicolau (org). *História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, v. 3, 1998.

SOARES, F. dos S. *O professor de matemática no Brasil (1759-1879): aspectos históricos*. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SOUZA, R. F. *Templos de civilização*. Um estudo sobre a implantação dos Grupos Escolares no Estado de São Paulo (1890-1910). Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

_____. Inovação educacional no século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil. *Cadernos CEDES*. Campinas, Ano XX, n.51, Nov. 2000, pp 9-25

TANURI, L. M. *O ensino Normal no Estado de São Paulo (1890-1930)*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 1973.

_____. História da formação de professores In: *Revista Brasileira de Educação*, mai/jun/jul , pp.61-87, 2000

VALDEMARIN, V. T.. Lições de coisas: concepção científica projeto modernizador para a sociedade. *Caderno. CEDES*. 2000, vol.20, n.52, pp. 74-87.

VIDAL, D.G. & FARIA FILHO, L. M. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). *Revista Brasileira de História*. 2003, vol.23, n.45 pp. 37-70.

VIDAL, D.G. *Culturas escolares. Estudos sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária. (Brasil e França, final do século XIX)*. Coleção Memória da Educação, Campinas: Autores Associados, 2005

_____. A invenção da modernidade educativa: circulação internacional de modelos pedagógicos, sujeitos e objetos no oitocentos. In *Múltiplas visões: cultura histórica no oitocentos*. Cury, Cláudia Engler Cury & Mariano, Serioja Cordeiro (orgs.). João Pessoa, Paraíba: EFPB. 2009. Pp. 37-54.

VIDAL, Laurent & De LUCA, Tânia Regina (orgs.). *Franceses no Brasil: séculos XIX-XX*. São Paulo, UNESP, 2009.

VILLALTA, L C. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In SOUZA, Laura de Melo e. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia das letras, v.1, p.331-385, 1997

VILLELA, Heloisa O. S. *A primeira Escola Normal no Brasil: uma contribuição à história da formação de professores*. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

VILLELA, H. O. S. O mestre-escola e a professora In 500 anos de educação do Brasil. Belo Horizonte, Autêntica, pp. 95-134, 2000.

_____. *Da palmatória à lanterna mágica: Escola Normal da província do Rio de Janeiro entre o artesanato e a formação profissional (1868-1876)*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____. Do artesanato à profissão: representação sobre a institucionalização da formação docente no século XIX In: *Histórias e memórias da Educação no Brasil*, vol II: século XIX. Petrópolis, Rio de Janeiro Vozes, pp.104-115, 2005

VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1998.

WARDE, M. J. Contribuições da História para a Educação. In *Em aberto*, INEP, Brasília, vol.9, nº47, pp. 3-11, 1990.

ANEXOS

1- Relação manuscrita pelo professor Paulo Bourroul contendo os itens adquiridos na França

Paris, em 10 de Janeiro de 1883.

Alm.^o e Ex.^o Serr.^o,

Tenho a honra de passar ás mãos de V. Ex.^a a lista do conteúdo de 9 caixas E. N. n.^o 1-9, e de 4 caixas E. N. P. n.^o 1-4. Ficão em meu poder, para a prestação de contas, as facturas originaes com os respectivos recibos. Os conteúdos d'estas 13 caixas e das que ainda aqui restam, serão enviados directamente a V. Ex.^a pelos Serr.^{os}. Pinto & Braga, commissarios desta praça.

Deus Guarde a V. Ex.^a.

Alm.^o e Ex.^o Serr.^o Cons.^o Francisco de Carvalho Soares Brandão, M. D. Presidente da Provincia.

O Director da Escola Normal
Dr. Paulo Bourrou



Détail des objets contenus dans les caisses
E. N. P.

(Livres et matériel scolaire).

Caisse E. N. P. - n° 1.

- Bagnan. - Direction morale pour les instituteurs.
 Brial. - Quelques mots sur l'école.
 Conférences pédagogiques faites aux instituteurs. en 1880.
 Delon. - Méthode intuitive.
 Fénelon. - Education des filles.
 Ferrucil. - Réforme de l'enseignement en France.
 Hayem. - Réforme dans les écoles primaires.
 Mariotti. - Conférences de pédagogie.
 Rendu. - Manuel de l'enseignement primaire.
 Riant. - Hygiène scolaire.
 Rousseau. - Emile ou l'éducation.
 Salmon. - Conférences sur les devoirs des instituteurs.
 Salmon. - Conférences sur les devoirs des hommes.
 2 vol.
 Jules Simon. - L'école.
 Laffray. - Leçons de choses. 2 vol.
 Maury. - La terre et l'homme.
 Duruy. - Histoire sainte.
 Maspéro. - Histoire ancienne de l'Orient.
 Duruy. - Histoire grecque.
 Duruy. - Histoire romaine.
 Duruy. - Histoire du moyen-âge.
 Congrès des instituteurs en 1881.
 Duruy. - Histoire des temps modernes.
 Duruy. - Histoire de France. 2 vol.
 Flury. - Histoire d'Angleterre.
 Zeller. - Histoire d'Italie.



Rambaud. - Histoire de Russie.
 Reger. - Histoire de l'Autriche-Hongrie.
 De Jonghière. - Histoire de l'empire Ottoman.
 Piéron. - Littérature grecque.
 Piéron. - Littérature romaine.
 Demogot. - Littérature française.
 Demogot. - Littératures étrangères. 2 vol.
 Étienne. - Histoire de la littérature italienne.
 Besot. - Questions d'enseignement.
 Béal. - Excursions pédagogiques.
 Compaye. - Doctrines de l'éducation. 2 vol.
 Locke. - Pensées sur l'éducation.
 Troebel. - Éducation de l'homme.
 Jacobs. - Manuel des jardins d'enfants.
 Goltammer. - Méthode Troebel.
 Ponsbagistes. - Éducation des garçons.
 Ponsbagistes. - Éducation des filles.
 Péroz. - L'école primaire.
 Péroz. - Leçons de choses.
 Pécaut. - Leçons d'hygiène.
 Manuel de gymnastique des écoles.
 Masson. - L'école Troebel.
 Pogy. - Enseignement civique à l'école normale.
 Rollin. - Traité des études.
 Paul Bert. - Instruction civique à l'école.
 Marion. - Psychologie appliquée à l'éducation.
 Vincent. - Pédagogie.
 Garbault. - Pédagogie pratique.
 Cocheris. - Pédagogie des travaux à l'aiguille.
 Deobry. - Dictionnaire d'histoire et géographie. 21.
 Hippéau. - L'instruction publique aux États-Unis.
 Hippéau. - L'instruction en Angleterre.
 Hippéau. - L'instruction en Allemagne.
 Hippéau. - L'instruction en Italie.

Hippéau. - L'instruction dans les Etats du Nord.
 Hippéau. - L'instruction en Russie.
 Hippéau. - L'instruction dans la République Ar-
 gentine.
 Hippéau. - L'instruction en France.
 Herbert Spencer. - De l'éducation.
 Bain. - La science de l'éducation.
 Labbé. - Pédagogie morale.
 Reynolds. - Histoire de l'Espagne.
 Deandléri. - Histoire du peuple Suisse.
 Deberle. - Histoire de l'Amérique du Sud.
 Organisation et plan d'études des écoles.
 Joly. - Cours de philosophie.
 Plan d'étude des écoles Normales.
 Langlebert. - Physique.
 Langlebert. - Chimie.
 Langlebert. - Histoire naturelle.
 Legendre. - Géométrie.
 Lemaire. - Grammaire de la langue française.
 Programmes divers. Ibr.
 St Marc Girardin. - Education intermédiaire.
 Rouant. - Raisons de choses.
 Barrois. - Géométrie.
 Barrois. - Algèbre.
 Barrois. - Arithmétique.
 Ganot. - Physique.
 Dreyfus-Brisac. - L'éducation nouvelle.
 Wurtz. - Chimie moderne.
 Charbonneau. - Cours de pédagogie.
 Paroz. - Histoire de la pédagogie.
 Rousselet. - L'école primaire.
 Echéy. - Lettres sur la profession d'instituteur.
 Echéy. - Nouvelles lettres.
 Spach. - Ecoles maternelles.

Marjoux. - Construction des écoles primaires et des salles d'asile.

Marjoux. - Construction des écoles normales.

Marjoux. - Règlement pour la construction des écoles.

Pape-Carpentier. - Méthode dans les salles d'asile.

Marjoux. - Les écoles publiques en Europe.

Rompée. - Vie et travaux de Pestalozzi.

Dejoubert. - Supplément au dictionnaire.

Jaret. - Cours de morale des écoles primaires.

Jaret. - Cours de morale des écoles normales.

Revue pédagogique. - Collection de 1878 à 1882 inclus. - 10 vol.

Moussélet. - Pédagogie.

Moussélet. - Pédagogie féminine.

Plan d'études et programmes. - 1 br.

Berlot. - Conseils d'enseignement.

Briat. - Quelques mots sur l'instruction en France.

Buisson. - Dictionnaire de pédagogie. 2 vol.

Caisse E.N.P. n° 2.

7. - Boîtes contenant le matériel nécessaire pour les leçons de choses.

Caisse E.N.P. n° 3.

Grandes cartes murales collées sur toile avec gorge et rouleau :

Mappemonde.

Europe.

Asie.

Afrique.

Amérique.

Océanie.

Guillemin. - Tableaux cosmographiques :

N^o 1. Étoiles et nébuleuses. - Planètes et Comètes.
 N^o 2. Le soleil. - La terre. - La lune.
 Tableau synoptique des travaux à l'aiguille, par
 Madame Colbuis, collé sur toile avec gonge et
 rouleau.

Caisse E. N. P. - n^o 4.
 Cortambert. - Atlas de géographie, contenant 94
 cartes.
 Cortambert. - Cours de géographie.
 Porey. - L'éducation dès le berceau.
 Louis Héquier. - La terre et les mers.
 - - - - - Connais-toi, toi-même : notions
 de physiologie.
 - - - - - Les grandes inventions modernes.
 - - - - - L'homme primitif.
 - - - - - Les races humaines.
 - - - - - Vie des savants illustres. 5 vol.
 Grimard. - La Plante : botanique simplifiée.
 Gervais. - Zoologie.
 Hammarion. - Astronomie populaire.
 Bouillet. - Dictionnaire des sciences.
 Velain. - Géologie.

Détail des objets contenus dans les
Cristalles E.N.

(Appareils de chimie et instruments de
Physique).

Cristalle E.N. n° 1.

- 15. - Allonges droites et courbes.
- 51. - Ballons fond rond, ballons bi-tubu-
lés et à pointe et ballons tubulés.
- 25. - Bécans.
- 25. - Bols droits.
- 25. - Goulots.
- 6. - Cristallisoirs.
- 19. - Éprouvettes à gaz.
- 2. - Éprouvettes à débiter.
- 24. - Flacons de Wolff à 1 et à 2 tubulures.
- 10. - Spatules assorties.
- 30. - Vases à précipités.
- 22. - Verres à expériences.
- 1. - Entonnoir à robinet.
- 55. - Flacons bouchés à étroite et à lar-
ge ouverture.

Cristalle E.N. n° 2.

- 60. - Cornues ordinaires et tubulées.
- 9. - Entonnoirs verre.
- 10. - Matrass d'éclair.
- 23. - Cornues verre vert ordinaires et tubulées.
- 9. - fioles verre vert.
- 3. - Capsules porcelaine.



- 16. - Cots à rôtir.
- 10. - Cots à gaz.
- 2. - Tubes bisuit émaillés à l'intérieur.
- 1. - Appareil à déplacement de Robiquet avec robinet.

Caisse E.N. N° 3.

- 1. - Mortier porcelaine avec pilon.
- 2. - Mortiers bisuit avec pilon.
- 10. - Soucoupes.
- 6. - Cornues grès de Hesse.
- 20. - Creusets ronds en terre de Paris.
- 5. - Couverts de creusets.
- 10. - Fromages.
- 2. - Fourneaux à bassin.
- 2. - Fourneaux à résorbère.
- 1. - Fourneau à long tube.
- 50. - Cots à combustion pour le phosphore.
- 700. - Bouchons liège fin.
- 640 gr. - Clinquant.

Caisse E.N. N° 4.

- 1. - Porte-tubes à éclair.
- 10. - Supports bois.
- 1. - Cône pour équilibre.
- 2. - Cylindres obliques pour le centre de gravité.
- 1. - Double cône remontant un plan incliné.
- 1. - Cube de Newton.
- 1. - Marteau d'eau.
- 1. - Appareil pour force centrifuge.
- 1. - Appareil pour pression en tout sens dans les liquides.
- 1. - Appareil pour pression de bas en haut.
- 1. - Plotter à réaction.

- 1.- Appareil à Vases Communicants.
- 1.- Double cylindre d'Archimède.
- 1.- Balance hydrostatique.
- 1.- Sphères plomb, laiton, fer, etc.
- 1.- Placon à densité.
- 1.- Acéromètre de Nicholson.
- 1.- Stèle aux quatre éléments.
- 1.- Appareil à tubes capillaires.
- 1.- Sphères flottantes.
- 1.- Vessie à robinet.
- 1.- Vessie.
- 1.- Pédal - main.
- 1.- Hémisphères de Magdebourg.
- 1.- Baroscope.
- 1.- Règle de correction barométrique.
- 1.- Régnet à air.
- 1.- Cube de Mariotte.
- 1.- Vase de Santalé.
- 1.- Cate, Vin.
- 1.- Entonnoir magique.
- 1.- Pyromètre à cadran.
- 1.- Pyromètre de S' Gravesande.
- 1.- Thermomètre à cadran.
- 1.- Récipient pour point 0.
- 1.- Thermomètre comparatif.
- 1.- Uccule en bois de Tyndall.
- 1.- Cryophore de Wollaston.
- 1.- Bat - pouls.
- 1.- Marteau d'eau de Donny.
- 1.- Baromètre à large casette et à plusieurs tubes.
- 1.- Thermomètre différentiel de Leslie.
- 1.- Appareil d'Ingenhousz.
- 1.- Fil à plomb.
- 2.- Banneaux aimantés avec boîte.

1. - Aiguille aimantée.
1. - Bâton caoutchouc.
1. - Bâton iris rouge.
1. - Bâton cuivre à manche de verre.
1. - Bâton gomme-laque.
1. - Bâton verre dépoli sur une moitié.
1. - Electroscope à feuilles d'or avec condensateur.
- 5 mètres. - Chaîne métallique.
1. - Gaillon électrique.
1. - Excitateur à manche de verre.
6. - Découpures de Franklin.
1. - Excitateur zinc et cuivre.
1. - Pile de Volta.
1. - Élément Wollaston.
3. - Piles au bichromate.
6. - Piles Daniell.
1. - Appareil pour arc voltaïque.
1. - Bougie Jablotkoff.
1. - Pile thermo-électrique de Seebeck.
1. - Electro-aimant.
2. - Bobines pour induction.
1. - Bobine Ruhmkorff.
6. - Tubes de Geissler.
1. - Support tournant.
4. - Fusées de Statham.
1. - Paire téléphones de Bell.
8. - Morceaux de bois donnant la gamme.

Caisse EN n° 5.

1. - Placon de Wolff à tubulure (2000)
1. - Aspirateur simple de 5 litres.
1. - Chalumeau cuivre avec bout platine.
2. - Cônes allemands.
1. - Cuiller fer pour projection.

1. - Cure à eau de 30 litres.
1. - Main papier à filtrer.
1. - Gazomètre Rignault.
6. - Lames rondes.
6. - Lames.
5. - Lames plates.
3. - Lames triangulaires.
1. - Bâche - bâcheurs.
3. - Percerettes.
20. - Ressorts de montre.
5. - Triangles fer forgé.
- 1 kg. - Tubes de caoutchouc.
2. - Couronnements à jet en éventail.
2. - Tourneaux Wiesnegg.
5. - Lames plates.
1. - Chalumeau articulé à 3 bcs.
36. - Maisons de produits chimiques.
1. - Tourniquet hydraulique.
3. - Anémomètres de Raume.
2. - Alcomètres de Gay-Lussac.
1. - Jet d'eau dans le vide.
1. - Appareil à pluie de mercure.
1. - Tube de Cornicelli.
1. - Appareil pour maximum de densité de l'eau.
1. - Appareil Rignault pour point 100.
1. - Thermomètre à mercure.
1. - Thermomètre à alcool.
1. - Thermomètre d'appartement.
1. - Thermomètre plongé dans l'eau purgé d'air.
1. - Electrophore résine avec peau de chat.
1. - Amp électrique.
1. - Pistolet de Volta.
1. - Lampe de Mann.
2. - Terrines grès vernissées.

Caisse E.N. n° 6.

10. - Obturateurs verre.
 1. - Sondion à l'éclie.
 1. - Machine pneumatique à 2 corps de pompe, platine de 127 Gm.
 1. - Cloche rodée, cristal de 27 c/m.
 1. - Appareil Boutigny pour l'état sphéroïdal.
 1. - Mètre et cylindre d'argent.
 1. - Disque en bois lustré de drap.
 1. - Disque en verre dépoli à manche isolant.
 1. - Pendule électrique à balle de sureau.
 1. - Pointe et boules.
 1. - Excitateur simple.
 1. - Batterie électrique de 6 boudes.
 2. - Éléments Callaud.
 1. - Pile Crousté.
 1. - Voltmètre.
 1. - Caudimètre garni en fer.
 1. - Bouteille étincelante.
 3. - Miroirs montés acajou.
 1. - Courriquet électrique.
 1. - Tube étincelant.
 50. - Balles sureau.
 1. - Bouteille de Leyde décomposée.

Caisse E.N. n° 7.

34 Kilogr. 500 gr. - Mercure.

Caisse E.N. n° 8.

- 30 gr. - Mèches pour lampe à alcool.
 4 gr. - Fil platine.
 7 gr. - Lame platine.
 4. - Monteur fonte avec pilon.
 1. - Pince à ventail, clés droites.

6. Valets paille
 1. Cruchet sous cage acajou.
 1. Appareil pour enflammer l'éther.
 2. Solénoïde Daniell.
 3^m. - Fil cuivre couvert de gutta
 1. Plaque de De Goa Noire avec cadre multi-
 plicateur et solénoïde.
 1. Archet de bass.
 1. Triangle, rectangle et cercle pour le centre de
 gravité.
 1. Coupe-pomme.
 10. Harpes bataviques.
 1. Thermomètre de Finnersley.
 1. Microscope vertical à 2 oculaires.
 1. Disque de Newton.
 2. Tableaux de Spectres.
 1. Lampe de Davy.
 1. Lampe de Sûreté.
 1. Appareil Cyndall pour chaleurs spécifiques.
 1. Appareil Cyndall pour démontrer la chaleur
 créée par le travail dérivé.
 1. Verrier pour lignes droites.
 1. Compas Talbot.
 1. Pendule pour la loi des longueurs.
 1. Gille à analyse de B. Becq.
 1. Appareil pour démontrer le principe d'Archimède
 1. Andromètre.
 5. Feuilles de parchemin.
 1. Planchette de suspension pour baromètre.
 1. Radiomètre de Crookes.
 10. Capsules porcelaine, fond rond à 6.
 1. Vase à mercure porcelaine de 2 litres.
 14. Charbons Berzelius.
 510 gr. - Mastic de laboratoire.



1. - Lampe à alcool.
1. - Table émaillée.

Caisse EN n° 9.

4. - Cloches courbes.
20. - Tubes à eau.
11. - Tubes verre sert pour analyses organiques.
1. - Appareil à acide fluorhydrique.
4. - Cloches à bouton, verre.
2. - Cloches à douille.
4 H. 150 gr. - Eprouvettes à pied et à bec.
3 H. 1/2. - Tubes à gaz.
2 H. 1/2. - Baguettes pleines.
1. - Tube pour harmonica chimique.
5. - Pipettes à cylindre.
20. - Tubes de sûreté à entonnoir.
10. - Tubes en S à cylindre.
3. - Flacons de Durand.
5. - Tubes laqueur de Wiedig à 5 boules.
4. - Tubes de Cloez.
1. - Carreau fulminant.
13. - Tubes en U.
1. - Tube pour acide bromhydrique.
2. - Carafes jaugées.
1. - Eprouvette à pied.
2. - Eprouvettes à gaz.
1. - Ballon jaugé.
3. - Pipettes jaugées.
1. - Creuset fonte.
1. - Ballon à clochette.
1. - Siphon à branche.
200 gr. - Pierre d'aimant.
1. - Thermomètre à air.
5. - Tubes pour thermomètre à alcool.

5. - Tubes pour thermomètre à mercure.
 1. - Tube courbé pour force élastique des vapeurs.
 1. - Morceau d'ambre jaune.
 1. - Loupe à recouvrement de 3 lentilles.
 1. - Tube de Faraday, à chlorure d'argent.
 1. - Ballon pour peser les gaz.
 1. - Manomètre à air comprimé.
 1. - Ballon de Boumford.
 1. - Romaine à cadran.
 5 kg. - Chlorure de calcium desséché.
 10 Boîtes de papiers réactifs.
 1. - Ogonomètre.
 20 gr. - Cyanure d'argent.
 1 lit. - Alcool à 45°.
 1 lit. - Alcool absolu.
 1. - Hyposomètre de Régnault.